



EMPRESA DE ELETRICIDADE E ÁGUA, SA



RELATÓRIO E CONTAS 2017



ENERGIA e ÁGUA com Qualidade e Preços mais Baixos

Combate a Perdas, um Desafio Nacional.

FLYER – CALL CENTER**CALL CENTER**Linha de Apoio ao Cliente

800 30 45 – Chamadas através do telefone fixo (grátis)

260 34 60 (Região Sul) / 230 30 45 (Região Norte) –
Chamadas através dos telefones fixo e móvel (pagas)

Linha de Assistência Técnica e Avarias

800 11 33 – Chamadas através do telefone fixo (grátis)



CAMPANHAS E EVENTOS

ELECTRA
ENERGIA E ÁGUA
COM QUALIDADE

MEGA CAMPANHA
Isenção de Pagamento de
JUROS DE MORA

www.electra.cv

Dicas para poupar Energia Eléctrica

- Isolar o Freguesal em local bem ventilado. Não abra a porta do Freguesal por tempo prolongado. No Freguesal de partir os alimentos ainda quente.
- Descongele o Freguesal, evitando a acumulação de gelo. Na sua ausência por tempo prolongado, desligue o Freguesal e desligue da tomada.
- Tudo a vedação da porta do Freguesal.
- Utilize o Máquina de Lavar-Roupa somente quando estiver cheia.
- No Máquina de Lavar-Roupa use programas de baixa temperatura.
- Use no Máquina de Lavar-Roupa a dose certa de sabão especificada no manual.
- Limpe as fitas do Máquina de Lavar-Roupa com regularidade.
- Desligue o Aparelho (B.A.) condicionado quando o condutor estiver ausente.
- Faça janelas e portas quando usar o Aparelho de Ar Condicionado.
- Passar a Ferro primeiro as roupas delicadas e depois as mais leves.
- Evite ligar o Ferro Eléctrico quando muito quente.
- Utilize o Ferro de Passar a maior quantidade possível de roupas de uma só vez.
- Desligue o Freguesal quando estiver quente.
- Quando desligar o aparelho automaticamente, desligue o forno, sempre.
- Evite dormir com a televisão ligada. Desligue a televisão quando ninguém está acordado.
- Desligue o aparelho quando ninguém está acordado.

22 MARÇO
DIA MUNDIAL DA ÁGUA

ELECTRA
50 Anos de Desempenho em Cabo Verde.

ELECTRA

CALL CENTER - Cidade da Praia

LINHA DE APOIO AO CLIENTE
Disponível das 08 às 18h30min, de segunda à sexta-feira

- 800 30 45** - Chamadas através do telefone fixo (grátis)
- 260 34 60** - Chamadas através dos telefones fixo e móvel (pagas)

LINHA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E AVÁRIAS
Disponível 24h, todos os dias

- 800 11 33** - Chamadas através do telefone fixo (grátis)
- 260 34 61** - Chamadas através dos telefones fixo e móvel (pagas)

ELECTRA

Furto e Fraude de energia

Um mal que afecta a todos

www.electra.cv

A ELECTRA tem em curso um Programa de Combate a perdas, Fraude e Furto de Energia Eléctrica e Recuperação de Dívidas. Com o objectivo de diminuir os prejuízos, criar melhores condições de desenvolvimento da Empresa, prestar melhor serviço com maior segurança e preços mais atractivos. Assim, a ELECTRA está a realizar inspeções para detectar eventuais situações de Fraude e Furto em todas as habitações e estabelecimentos.

EVITE AS SEGUINTE SITUÇÕES:

- Auto Religiões
- Ligações directas sem passar pelo contador
- Meter e ou adulterar os contadores ou outros equipamentos da ELECTRA
- Alterar e ou retirar os dispositivos de segurança através de quebra de selos
- Vender ou fornecer energia eléctrica a terceiros
- Ajudar ou colaborar com terceiros na prática de qualquer um dos actos acima referidos.

Furto ou fraude de electricidade é crime!

Lei nº 76/VII de 2014

• Quem efectuar ligações eléctricas das formas designadas na lei, seja para seu consumo ou de terceiros, é punido com pena de prisão de 3 a 5 anos.

• Quem consumir energia eléctrica por via de ligações fraudulentas é punido com pena de prisão de 6 meses a 3 anos, ou com multa e 150 a 300 dias.

• Estas penas são agravadas para o dobro nos seus limites mínimos no caso de utilização de cabos embutidos nas paredes das casas ou em outra instalação física onde se consume electricidade furtada.

• Pagamento de caução por fraude

• Aplicação de coima por fraude:

- Pessoa singular: De 20.000\$00 (vinte mil escudos) a 2.000.000\$00 (dois milhões de escudos);
- Pessoa colectiva ou equiparada: De 100.000\$00 (cem mil escudos) a 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos).



Como cliente sempre que deparar com situações de furto e fraude, não hesite. **DENUNCIE!**

CALL CENTER

Linha de Apoio ao Cliente

800 30 45 - Chamadas através do telefone fixo (grátis)

260 34 60 (telefone fixo) / 260 34 61 (telefone móvel) - Chamadas através dos telefones fixo e móvel (pagas)

Linha de Assistência Técnica e Avárias

800 11 33 - Chamadas através do telefone fixo (grátis)

ELECTRA

MEGA CAMPANHA
ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE JUROS DE MORA

A ELECTRA tem em curso uma mega campanha de isenção de juros de mora, de 01 de Janeiro a 30 de Junho de 2018.

A campanha abrange a isenção total de juros de mora:

- Nos pagamentos de faturas em atraso;
- Em todas as prestações de planos de pagamento, negociados a partir de 01 de Janeiro

Caro cliente, não fique sem o seu serviço, pagando atempadamente a sua fatura ELECTRA.

Índice

1. ELECTRA EM NÚMEROS	10
2. ORGANIGRAMA DA ELECTRA, SA	12
3. FATOS RELEVANTES	17
4. ATIVIDADE OPERACIONAL	24
4.1. PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE	24
4.2. DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE	30
4.3. PRODUÇÃO DE ÁGUA	35
4.4. DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	39
5. ATIVIDADE COMERCIAL	41
6. INVESTIMENTOS	50
7. RECURSOS HUMANOS	53
8. INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	57
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	64
10. AÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS PREVISTAS PARA 2018-2020	65
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	67
12. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	73
13. RELATÓRIO E PARECER DE AUDITORIA	129

LISTA DE ACRÓNIMOS

ADP- Águas de Portugal	INPS- Instituto Nacional de Previdência Social
AEB- Água e Eletricidade de Boa Vista	IUR- Imposto Único sobre Rendimento
ARE- Agencia de Regulação Económica	IVA- Imposto sobre o valor acrescentado
BAI- Banco Angolano de Investimentos	JICA- Agencia Japonesa de Cooperação Internacional
BAICV- Banco Africano de Investimentos de Cabo Verde	KWh- Quillowatt hora
BCA- Banco Comercial do Atlântico	MEP- Método de Equivalência Patrimonial
BM- Banco Mundial	MT- Media Tensão
BO- Boletim Oficial	MW- Megawatt
BT- Baixa Tensão	NRF- Normas de Relatos Financeiros
BTE- Baixa Tensão Especial	ORET- Agencia Holandesa de Cooperação Internacional
CAPEX (Capital Expenditure) - Despesas de capital ou investimento em bens de capital	PIB- Produto Interno Bruto
CIP- Contribuição para Iluminação Pública	PT- Posto de Transformação
DDA- Direção de Distribuição de Água	PWC- PricewaterhouseCoopers
DMS- Distribution Management System	RABT- Rede Aérea Baixa Tensão
DRCU- Direção de Regulação e Comprador Único	RAMT- Rede Aérea Media Tensão
DTDE- Direção de Transporte e Distribuição de Energia	RSBT- Rede Subterrânea Baixa Tensão
EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)- Resultados antes de juros, impostos, depreciação e amortização	RSMT- Rede Subterrânea Media Tensão
EDP- Energias de Portugal	RTC- Radio Televisão de Cabo Verde
EMS- Energy Management System	SAIFI – System Average Interruption Frequency Index
EURIBOR (European Interbank Offered Rate) - Taxa interbancária oferecida na zona Euro	SAIDI – System Avarege Interruption Duration Index
GAS- Gabinete de Assessoria	SCADA- Supervisory Control and Date Acquisition
GCV- Governo de Cabo Verde	SGA - Sistema Gestão de Ativos
IAS (International Accounting Standards) - Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade	SGCC- Sistema de Gestão e Controle de Combustíveis e Lubrificantes
ICO- Instituto de Crédito Oficial de Espanha	SIGR - Sistema Integrado Gestão de Redes
IFRIC (Internacional Financial Reporting Interpretations Committee) – Comité de Interpretação de Normas Internacionais de Relato Financeiro	SNCRF- Sistema de Normalização Contabilística de Relatos Financeiros
IFRS (International Financial Reporting Standards) - Normas Internacionais de Relatório Financeiro	SNCRF- Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro)
	SS- Subestação
	TBA- Taxa base anual



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Acionistas,

O ano de 2017 ficou marcado pela retoma da economia a nível mundial e pelos consideráveis aumentos de preços internacionais do petróleo. O mercado petrolífero caracterizou-se, ao longo de 2017, por uma contínua volatilidade dos preços. A cotação média do barril do *brent* a nível mundial fixou-se em 63,56 dólares em Dezembro, aumentando em termos médios anuais 13,9% em 2017. Neste período, o Produto Interno Bruto real de Cabo Verde cresceu 3,9% e a inflação do ano fixou-se em 0,8%.

A gestão da Empresa foi caracterizada essencialmente pela continuidade das atividades iniciadas e pelo arranque efetivo de importantes projectos, abrangendo os domínios da gestão comercial, da expansão e manutenção de redes, do reforço das capacidades de produção de electricidade e água, tudo isto em conjugação com o esforço centrado na redução das perdas e melhoria da qualidade de energia.

A energia total produzida foi de 424,8 GWh, dos quais 87,3% foram distribuídos na rede, um aumento de 22,3 GWh (6,4%) em relação a 2016. A produção de água aumentou 1.296.704 m³ (18,9%) em relação ao ano anterior, devido, essencialmente, à entrada em funcionamento de duas novas Centrais Dessalinizadoras de água, na Cidade da Praia (5.000 m³/dia), em Outubro de 2016, e na ilha do Sal (1.200m³/dia), em Abril de 2017.

A taxa de penetração de energias renováveis passou de 18,5%, em 2016, para 16,1%, em 2017. Esta situação aparentemente contraditória com a Política Energética do País, deveu-se, por um lado, ao fato de, apesar dos sucessivos aumentos dos preços registados durante o ano 2017, o custo da produção *diesel* da Electra continua mais competitivo que o preço da produção eólica contratualizado com a Cabeólica. Por outro lado, é de considerar que não houve alteração na capacidade instalada de produção de Renováveis.

Os níveis de perdas e dívidas de clientes continuam a constituir os principais constrangimentos da Empresa que, deste modo, se vê privada de importantes recursos. As perdas de electricidade globais, técnicas e não técnicas, atingiram, em 2017, 109 GWh, o que representa 25,7% da produção. Relativamente ao ano de 2016, houve uma diminuição global de 1,6 pontos percentuais.

As perdas no segmento de água continuam em patamares elevados, situando-se, nos mercados de São Vicente e Sal, na ordem de 32%. Relativamente à Cidade da Praia convém referir que a distribuição de água passou, a partir 01 de julho de 2017, para a gestão da empresa Águas de Santiago (AdS).

Em termos de qualidade de serviço, verificou-se uma melhoria comparativamente ao ano anterior, traduzida na redução do número de cortes por cliente em 16% e no tempo de interrupção do fornecimento em 12%. Efetivamente, os dados de continuidade/estabilidade no fornecimento de electricidade, apontam que, em média, cada cliente esteve sem electricidade em aproximadamente 50 horas (SAIDI) e sofreu 29 cortes de fornecimento de electricidade (SAIFI).

Apesar dos ganhos de eficiência obtidos nos últimos anos, os desafios que a empresa tem para o futuro continuam enormes, nomeadamente no que se refere à consolidação dos ganhos, visando o processo de desenvolvimento sustentável da empresa.

Não obstante, em termos económico-financeiros, os Resultados Líquidos, aplicado o método de equivalência patrimonial no perímetro do Grupo ELECTRA, no ano findo atingiram 848 mil contos negativos, fortemente impactados pelo (i) incremento de imparidades para fazer face às dívidas de Clientes e pelos (ii) sucessivos aumentos dos preços dos combustíveis ocorridos ao longo do ano, sem compensação tempestiva nas tarifas de electricidade e água.

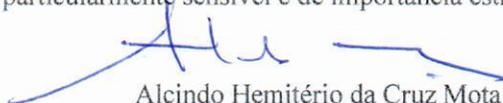
A luta contra as perdas e recuperação de dívidas continuará sendo o principal foco de atenção do Conselho de Administração. Todavia, tendo em conta a sua complexidade, esta questão deverá constituir um esforço conjunto de vários *stakeholders*, diríamos mesmo um desígnio nacional, envolvendo, nomeadamente, as Entidades Reguladoras, Técnica e Económica, as Câmaras Municipais, as Autoridades Policiais e Judiciais, Órgãos de Comunicação Social, demais Instituições Públicas e outros Parceiros, contribuindo assim para uma melhoria substancial na qualidade de serviço e consequente redução dos custos, com repercussão directa sobre as tarifas de electricidade e água, melhorando, desta forma, a própria competitividade da Economia Nacional.

Continuamos enfrentando desafios importantes para materializar a visão de ser uma Empresa de referência, com apreciável qualidade, tendo por objetivo: (i) Reduzir as perdas não técnicas para níveis sustentáveis; (ii) Melhorar a qualidade da energia eléctrica e (iii) Melhorar a estabilidade das redes num ambiente de alta penetração de energias renováveis.

Neste sentido, algumas medidas de fundo foram já iniciadas no decorrer do exercício de 2017 e terão continuidade nos anos seguintes, nomeadamente, a estruturação de um novo Plano de Comunicação da empresa com forte ênfase na melhoria substancial da relação com o Cliente, a introdução de um novo Sistema de Gestão Comercial e o desenho de um Plano Estratégico, com investimentos estruturantes no período 2018-2020, realçando a nova Central Eléctrica da ilha do Sal e as novas Plantas Dessalinizadoras de São Vicente e do Sal.

Na sequência, foi concluído, em 2017, entre outros, o Projeto “Call Center”, estando em fase de implementação os Projetos SCADA: “Design, Supply, Installation, Testing And Maintenance Of SCADA/EMS/DMS System”, introdução do consumo de combustíveis mais económicos nas Centrais eléctricas das ilhas de Santiago, do Sal, de Santo Antão e do Fogo, Cadastro de Ativos, Revenue Protection, Iluminação Pública com recurso às lâmpadas LED’s, incremento na injeção de mais contadores pré-pagos, além da substituição de contadores pós-pago em situação de anomalias.

Por último, o Conselho de Administração deseja realçar a colaboração de todos e reconhecer o profissionalismo dos colaboradores no alinhamento aos vários desafios que se colocam à empresa, impostos por um setor particularmente sensível e de importância estratégica para o País.



Alcindo Hemitério da Cruz Mota

/Presidente do Conselho de Administração/

1. ELECTRA EM NÚMEROS

ELECTRA EM NÚMEROS		
INDICADORES	2017	2016
PRODUÇÃO		
Centrais Diesel	13	13
Centrais Eólica	1	1
Centrais Solar	2	2
Potencia Disponível (kW) (*)		
Térmicas	120.077	130.078
Eólica	600	600
Solar	5.700	5.700
Capacidade Instalada Nominal (m3/d)	27.200	26.000
Capacidade Garantida (m3/d)	26.400	26.000
Produção Eletricidade (MWh)	424.798	395.223
Produção Água (m3)	8.209.700	6.925.704
Pontas Máximas (kW)	39.166	36.884
Pontas Assíncronas (kW)	72.343	67.742
DISTRIBUIÇÃO		
SAIFI - Electra SA (interrupções)	29,0	32,8
SAIFI Norte (interrupções)	27,8	25,1
SAIFI Sul (interrupções)	29,0	32,8
SAIDI - Electra SA (horas)	49,9	59,6
SAIDI Norte (horas)	38,5	51,7
SAIDI Sul (horas)	59,0	64,9
Perdas Eletricidade - Electra SA	25,7%	27,3%
Perdas Eletricidade - Electra Norte	10,8%	12,2%
Perdas Eletricidade - Electra Sul	34,9%	36,7%
Perdas Água - Electra SA	47,7%	44,9%
Perdas Água - Electra Norte	32,5%	28,9%
Perdas Água - Electra Sul	(**)	54,9%
COMERCIAL		
Nº Clientes Electra Sul	98.343	94.338
Baixa Tensão	97.825	93.861
Baixa Tensão Especial	518	477
Média Tensão	111	95
Água	29.786	29.330
Nº Clientes Electra Norte	67.335	64.147
Baixa Tensão	320	307
Baixa Tensão Especial	90	80
Média Tensão	28.633	27.330
Água		
Vendas ao Consumidor Final		
Electra Norte		
Eletricidade (GWh)	121	109
Água (m3)	2.022.152	1.865.066
Electra Sul		
Eletricidade (GWh)	141	131
Água (m3)	3.310.093	1.903.305
RECURSOS HUMANOS		
Nº Trabalhadores	795	801
Electra SA	115	111
Electra Norte	297	296
Electra Sul	383	394
ECONÓMICO-FINANCEIROS ¹		
Volume de Negócios (mESC)	8.994.121	9.284.905
Resultado Líquido (mESC)	-847.673	-171.657
Electra Norte	314.087	168.699
Electra Sul	-1.139.971	-929.303
Activo Líquido (mESC)	18.176.079	15.407.412
Capital Próprio (mESC)	-3.424.466	-2.576.792
CAPEX (mESC)	3.288.488	411.214
Vendas ao Consumidor Final		
Eletricidade		
Electra Norte (mESC)	3.036.268	2.743.267
Electra Sul (mESC)	3.695.712	3.447.678
Água		
Electra Norte (mESC)	701.629	643.638
Electra Sul (mESC)	766.952	643.593

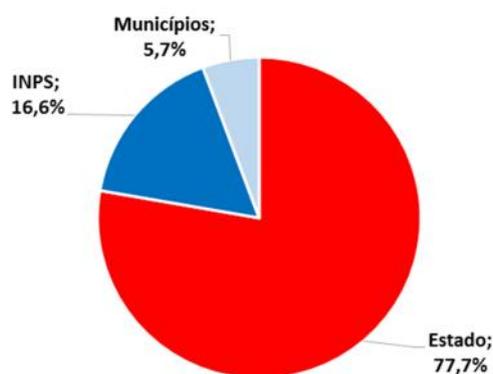
¹ Sistema de Normalização Contabilística e Relator Financeiro (SNCRF)

(*) Em 2017, verifica-se uma diminuição da potência instalada a nível global de 10.001 kW, em relação ao ano de 2016. A diminuição é justificada essencialmente pela desativação da central da Gamboa (4.437 kW) e pela avaria do Grupo CATERPILLAR 4 (7.440 kW), até agora não resolvida. Os dados foram corrigidos em relação a informação constante do Relatório e Contas de 2016

(**) As perdas de distribuição na cidade da Praia foram calculadas apenas durante o primeiro semestre de 2017, tendo em conta que os serviços de distribuição de água na ilha foram transferidos para a empresa AdS. Como tal, as perdas na cidade da Praia a partir de julho passaram a ser calculadas somente em alta.

A **ELECTRA, SA**, concessionária de serviços públicos de eletricidade e água, ao abrigo do contrato de concessão de maio de 2002, com o capital social de 1.585.262 milhares escudos, apresenta a seguinte estrutura acionista:

CAPITAL SOCIAL

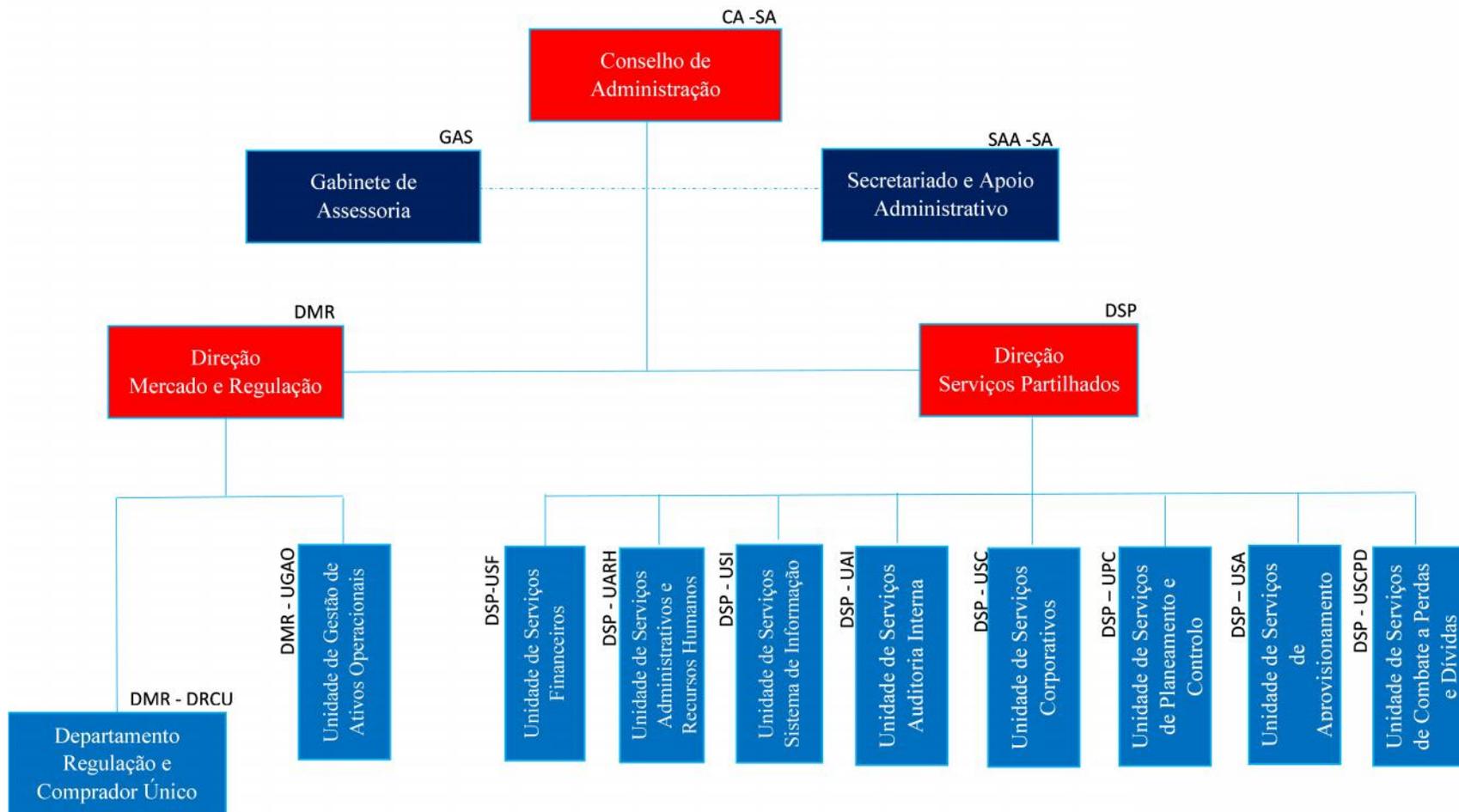


Com a reestruturação, ocorrida em 1 de julho de 2013, a ELECTRA SARL transformou-se num grupo de três empresas, criando a Electra Norte – Sociedade Unipessoal, SA, com Sede em S. Vicente e a Electra Sul, Sociedade Unipessoal, S.A., com Sede na Praia.

Em Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, em 13 de abril de 2017, a empresa adotou a forma de sociedade anónima e a alteração da denominação social para Empresa de Eletricidade e Água, SA, abreviadamente designada por ELECTRA, SA.

Considerando os novos desafios que se colocam à Empresa, e visando imprimir maior eficiência e eficácia na gestão global da Electra, foi ajustada a Macro Estrutura Organizativa da Electra SA, criando a USCPDC – Unidade de Serviços de Combate a Perdas e Dívidas, com estatuto de direção, conforme ilustrado no organigrama seguinte:

2. ORGANIGRAMA DA ELECTRA, SA





ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa de Assembleia Geral

Presidente	Eng.º Luis Manuel Barbosa Santos Teixeira
Primeiro Secretário	Dra. Eugénia Maria Rodrigues Soares

Conselho de Administração

Presidente *	Dr. Alcindo Hemitério da Cruz Mota
Administrador Executivo	Eng. Manuel Jesus Silva
Administrador Executivo*	Eng. Francisco Amaro de Pina Monteiro
Administrador Suplente	Eng. Carlos Alberto dos Santos Melício

Fiscal Único

Presidente	<i>PricewaterhouseCoopers, representada por Dr. Hermínio António Paulos Afonso</i>
Suplente	Dr. Armando José de Carvalho Ferreira Rodrigues

(*) A mesa da Assembleia Geral e o Conselho de Administração foram eleitos em reunião de Assembleia Geral de 02 de Março de 2018, tendo o Administrador Executivo Dr. Alcindo Hemitério da Cruz Mota assumido a Presidência do Conselho de Administração e o Eng. Francisco Amaro de Pina Monteiro eleito Administrador Executivo.

EQUIPA DE GESTÃO**ELECTRA, SA**

Assessor do Conselho de Administração - Eng. João Manuel Dias Fonseca

Assessor do Conselho de Administração - Dr. Álvaro Soares da Cruz

Assessor do Conselho de Administração - Eng. Martinho Crisóstomo Ramos

Assessor do Conselho de Administração - Eng. António Pedro Inácio de Pina

Diretor da Unidade de Gestão de Ativos Operacionais - Eng. Carlos Alberto Melício

Diretora da Unidade de Serviços Financeiro - Dr.ª Ondina Maria Almeida L. Brito

Diretora da Unidade Administrativo e Recursos Humanos - Dr.ª Alcinda Veríssimo Nascimento

Diretor da Unidade de Sistemas de Informação - Eng. Emanuel Almeida Spencer

Diretora da Unidade de Auditoria Interna - Dr.ª Paula Cristina Silva B. Andrade

Diretora da Unidade de Planeamento e Controlo - Dr.ª Neusa Margarida Lima F. Delgado

Diretor da Unidade de Aprovisionamento - Eng. Hipólito Emanuel Gomes

Diretora da Unidade de Combate a Perdas e Dívida - Dr.ª Gilda Maria Martins de Barros

ELECTRA NORTE, SA

Diretor de Produção Norte - Eng. Horácio Nelson Santos

Diretor de Transporte e Distribuição de Energia Norte - Eng. Ricardo Cláudio do Rosário Martins

Diretora de Comercialização Norte - Dr.ª Ana David Monteiro

ELECTRA SUL, SA

Diretor de Produção Sul - Eng. João Paulo Lima Bettencourt

Diretor de Transporte e Distribuição de Energia Sul - Eng. Silvino Borges Leal

Diretora de Comercialização Sul - Eng.ª Luísa Maria Horta F. Mendes de Oliveira



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2017

3. FATOS RELEVANTES

ENQUADRAMENTO GERAL

De acordo com relatório do BCV - Banco de Cabo Verde, divulgado no passado mês de janeiro/2018, a atividade económica mundial acelerou, no quarto trimestre de 2017, impulsionada pelo melhor desempenho tanto das economias avançadas como das emergentes e em desenvolvimento.

As estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) sugerem um crescimento da economia global de 3,7 por cento em 2017, que compara ao crescimento de 3,2 por cento registado em 2016.

A nível interno, o produto interno bruto cresceu em volume 3,9 por cento no terceiro trimestre do ano, em termos acumulados, que compara a 3,8 por cento registados em período homólogo. A dinâmica da economia foi, entretanto, restringida pelos contributos negativos da agricultura, da construção e das telecomunicações. Do lado da procura, o crescimento mais acelerado foi explicado pela dinâmica do consumo e investimento privados, pese embora a contração do investimento no terceiro trimestre, num contexto de aumento do financiamento ao setor privado com recursos internos e de contínua melhoria da confiança dos operadores económicos.

O mercado petrolífero caracterizou-se, ao longo de 2017, por uma contínua volatilidade dos preços. A cotação média do barril do Brent a nível mundial fixou-se em 63,56 dólares em dezembro, aumentando em termos médios anuais 13,9 por cento em 2017.

A inflação média anual fixou-se em 0,8 por cento em dezembro (-1,4 por cento em período homólogo).

A taxa de juro média efetiva aplicada nos empréstimos reduziu, em novembro, para 9,03 por cento, valor inferior às taxas registadas, respetivamente, em novembro e dezembro de 2016 em 0,61 e 0,39 pontos percentuais. Por sua vez, as taxas de juro passivas, em termos médios, reduziram 0,64 pontos percentuais em termos homólogos e 0,75 pontos percentuais relativamente a dezembro de 2016, fixando-se em 2,26 por cento.

Segundo o resumo das projeções demográficas da população por concelho, 2010 a 2030 realizado pelo INE, prevê-se uma taxa de crescimento média anual (TCMA)

de 1,2% para a população residente em Cabo Verde. O Censo concluiu ainda que 66% do agregado familiar reside no meio urbano e 34% do meio rural. O contínuo êxodo rural verificado nos últimos anos vem exercendo uma pressão nos grandes centros urbanos das ilhas, afetando o planeamento e acompanhamento da gestão de produção e distribuição de eletricidade e água.

Segundo os dados da Electra, a nível nacional, mais de 95 por cento dos agregados cabo-verdianos utilizam a eletricidade como principal energia para a iluminação e outros usos. Com relação à água dessalinizada, a taxa de cobertura assegurada pela Electra, em 2016, nas Ilhas de Barlavento (São Vicente e Sal) é de 84% e 72% em Sotavento (Santiago – Cidade da Praia).

A grande dependência externa aliada aos sucessivos aumentos dos preços dos combustíveis ao longo dos anos tem levado as empresas do setor energético a procurar outras formas alternativas de produção que minimizem o peso dos combustíveis nas suas estruturas de custo.

A Electra vem acompanhando o desenvolvimento tecnológico, tendo neste momento já implementado projetos que permite a migração de equipamentos que consomem gásóleo para equipamentos que consomem fuel oil e massificação de utilização da tecnologia osmose inversa na produção de água.

A importância das Energias Renováveis no balanço energético do país é cada vez mais uma necessidade premente, face a subida de preços do petróleo no mercado mundial por um lado, e por outro, face a necessidade de travar a crescente degradação do meio ambiente.

O Governo de Cabo Verde definiu no seu Programa de Governo para a IX Legislatura o uso, até onde for técnica e economicamente possível, das energias alternativas, particularmente das energias renováveis e limpas.

A Electra, em 2017, registou uma taxa de penetração das energias renováveis de 18% (Instalação de 22,5 MW nas Ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, resultante de parceria Público/Privado). Neste momento decorre o processo de negociação com novos promotores (PPP) para reforço de mais 10 MW, com base em Energias Renováveis (Solar) na Ilha de Santiago.

De acordo com o Plano Estratégico Sectorial das Energias Renováveis (PESER), em elaboração, serão atualizadas as Zonas de Desenvolvimento de Energias Renováveis

(ZDER) em todas as ilhas, em função dos recursos renováveis identificados para implementação de projetos eólicos, solares, energia térmica e energia a partir de resíduos sólidos urbanos.

Ainda, segundo o Programa do Governo, a curto prazo, torna-se essencial garantir: (i) A segurança energética e a estabilidade relativa dos preços; (ii) A solução dos deficits de produção, das limitações das redes de transporte e de distribuição; (iii) Uma ação decidida para limitar as perdas de produção, transporte e distribuição de eletricidade às tecnicamente aceitáveis, bem como, limitar as perdas comerciais e (iv) A eficiência dos sistemas de produção de eletricidade.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA – RELAÇÃO INTRA-GRUPO

Nos termos da Resolução 19/2010 de 16 de abril com as alterações introduzidas pela Resolução nº 26/2011, de 8 de agosto, a então ELECTRA SARL foi autorizada a criar duas sociedades participadas (100%) para exercer as competências concessionadas pelo Estado de Cabo Verde à mesma, com jurisdição, respetivamente, sobre as ilhas de Sotavento e do Barlavento, à exceção neste último caso da Ilha da Boavista.

Decorrente destas Resoluções, foram constituídas a ELECTRA NORTE, Sociedade Unipessoal, SA e ELECTRA SUL, Sociedade Unipessoal, SA para exercerem as atividades de carácter operacional da ELECTRA SA, nas Ilhas de Barlavento e Sotavento.

Com a criação das empresas Electra Norte e Electra Sul foi necessário o estabelecimento de relações operacionais e comerciais com a Electra SA, consubstanciadas em cinco contratos interempresas – Grupo ELECTRA, a saber:

Contrato de subconcessão - Para cumprimento na plenitude dos termos autorizada pela referida resolução, a ELECTRA SA transferiu para a ELECTRA NORTE e ELECTRA SUL, o estabelecimento de exploração de transporte e distribuição de eletricidade e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização através do Contrato de Subconcessão.

Contrato de Cedência - A ELECTRA SA é detentora das unidades de produção de eletricidade e água dessalinizada, incluindo as respetivas licenças de produção emitidas pelas autoridades competentes, sendo que, deste modo, detém o estabelecimento de propriedade e usufruto dos bens e equipamentos subjacentes àquelas atividades e o

estabelecimento de exploração das mesmas. O contrato de cedência tem por objetivo regular a cedência do estabelecimento de exploração de produção de eletricidade e água dessalinizada nas ilhas de Barlavento (Electra Norte) e de Sotavento (Electra Sul), entre a Cedente e a Cessionária, pela Resolução 19/2010, de 16 de abril, com as alterações introduzidas pela resolução nº 26/2011, de 8 de agosto. Em Junho de 2017, os serviços de distribuição de água na ilha de Santiago-Cidade da Praia foram transferidos para a empresa AdS.

Contrato de fornecimento de eletricidade e água por atacado - Por contrato celebrado com o Estado em 24 de maio de 2002, a ELECTRA, SA, é concessionária do transporte e distribuição de eletricidade e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização. Por via do mesmo contrato, foram ratificadas as licenças de produção de eletricidade e de água dessalinizada.

Com base em contratos celebrados, a ELECTRA, SA é a parte compradora dos contratos de fornecimento de eletricidade (eólica) por produtores independentes.

Deste modo, a ELECTRA, SA é a compradora única da totalidade da produção de eletricidade e água dessalinizada no território de Cabo Verde e, neste contexto, também a sua fornecedora por atacado. No âmbito destas funções, são suas atribuições garantir o abastecimento aos utilizadores e, por contraparte, planear e assegurar a atempada entrada em funcionamento dos produtores da eletricidade e da água requerida.

Contrato de Serviços Partilhados - Entre a Electra SA e as empresas Electra Norte e Electra Sul foram rubricados contratos com objetivo de prestar às segundas serviços nas áreas de suporte aos negócios e em áreas complementares de gestão, a saber: (i) Serviços Financeiros; (ii) Serviços Administrativos e de Recursos Humanos; (iii) Serviços de Auditoria Interna; (iv) Serviços de Sistemas de Informação; (v) Serviços de Planeamento e Controlo; (vi) Serviços Corporativos e (vii) Serviços de Aprovisionamento).

Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Dívidas - Entre a Electra SA e as empresas Electra Norte e Electra Sul, foram rubricados contratos com objetivo de proceder à cobrança das faturas aos seus clientes que se encontravam em dívida à ELECTRA, à data de 30 de junho de 2013.

DEFINIÇÃO DA TARIFA DE REFERÊNCIA DA ELECTRA

Tarifa por Atacado e Uso de Rede

Com base nos contratos celebrados com a Electra Norte e Electra Sul, a Electra SA agrega os custos de produção de eletricidade e água e vende estes produtos para a Electra Norte e Sul ao preço do atacado, e fatura a Electra Norte e Electra Sul pelo uso de rede de distribuição de energia e água.

A metodologia utilizada para determinar as tarifas (atacado e uso de rede), assegura que seja encontrado um equilíbrio nos preços e tarifas praticados entre as 3 empresas, estabelecendo uma clara relação entre a eficiência e a eficácia, permitindo introduzir elementos equilibradores da rentabilidade das mesmas.

Tarifa ao Consumidor Final

A Electra Norte e Sul agrega os custos da compra de energia e água e vende estes produtos para o consumidor final (preço regulado).

A instabilidade dos preços do petróleo a nível internacional influenciou o preço dos combustíveis a nível nacional, com repercussão nas tarifas de eletricidade e água durante o ano 2017 (houve atualizações tarifárias nas vendas de eletricidade e água ao consumidor em finais do mês de junho 2017).

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2017

A ELECTRA está enfrentando desafios importantes para alcançar sua visão de ser uma empresa de referência, com apreciável qualidade, tendo por objetivo:

- Reduzir as perdas não técnicas para níveis sustentáveis (3 a 5%).
- Melhorar a qualidade da energia elétrica
- Melhorar a estabilidade das redes num ambiente de alta penetração de energias renováveis

Assim, foi desenvolvido um programa abrangente com financiamentos garantidos, compreendendo três componentes:

- (i) Com três áreas principais: Os "Informação / controle", "Sistema de Gestão" e "Sistemas e Processos" (concluída).
- (ii) Compra de contadores (pré-pagos, pós-pagos e inteligentes), materiais para ramais de ligação de energia elétrica a clientes (pré-pagos e pós-pagos) e a aquisição de um Sistema de Proteção de Receitas – RPP (em curso).
- (iii) Áreas que complementarão as componentes anteriores: (i) Melhorar a gestão da procura; (ii) Reduzir as perdas comerciais e técnicas; (iii) Apoiar o objetivo do Governo de atingir altos níveis de penetração de energias renováveis e (iv) Melhorar a qualidade de energia, no âmbito do "Programa de Redução de Perda de Energia e Melhoria da Qualidade de Energia" (em curso e será concluída até finais 2019). Foram assinados os contratos referentes ao fornecimento dos laboratórios, remodelação de redes, contadores e equipamentos de suporte das comunicações dos contadores pré-pagos, no montante global de 2.122.062 Euros

Algumas medidas de fundo foram já iniciadas no decorrer do exercício de 2017 e terão continuidade nos anos seguintes, nomeadamente, a estruturação de um novo Plano de Comunicação da empresa com forte ênfase na melhoria substancial da relação com o Cliente, a introdução de um novo Sistema de Gestão Comercial e o desenho de um Plano Estratégico, com investimentos estruturantes no período 2018-2020, realçando a nova Central Eléctrica da ilha do Sal e as novas Plantas Dessalinizadoras de São Vicente e do Sal.

Na sequência, foi concluído, em 2017, entre outros, o Projeto "Call Center", estando em fase de implementação os Projetos SCADA: "Design, Supply, Installation, Testing

And Maintenance Of SCADA/EMS/DMS System", introdução do consumo de combustíveis mais económicos nas Centrais eléctricas das ilhas de Santiago, do Sal, de Santo Antão e do Fogo, Cadastro de Ativos, Revenue Protection, Iluminação Pública com recurso às lâmpadas LED's, incremento na injeção de mais contadores pré-pagos, além da substituição de contadores pós-pago em situação de anomalias.

Situação Financeira

Os Resultados Líquidos do período no montante **mESC 847.675** incorporam a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) das participadas Electra Norte, com mESC 314.087 positivos e Electra Sul com mESC 1.139.971 negativos.

Este resultado representa um aumento do prejuízo em mESC 676 016 relativamente ao período anterior, justificado essencialmente: (i) pelo aumento dos custos com os combustíveis, afetando negativamente a margem em cerca de mESC 290 000 e (ii) um incremento das imparidades para fazer face às dívidas de cobrança duvidosas de Clientes, no montante de cerca mESC 191 000.

O resultado continua fortemente impactados pelo (i) incremento de imparidades para fazer face às dívidas de Clientes e pelos (ii) sucessivos aumentos dos preços dos combustíveis ocorridos ao longo do ano, sem compensação tempestiva nas tarifas de electricidade e água.

4. ATIVIDADE OPERACIONAL

4.1. PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE

Capacidade de Produção

A produção de eletricidade em Cabo Verde reparte-se por três grupos de tecnologias:

- Térmica;
- Eólica;
- Solar fotovoltaico.

A produção *térmica* utiliza combustível de origem fóssil, sendo utilizado o fuelóleo e o gasóleo.

Em termos de capacidade instalada, a Electra detinha em 2017, um conjunto de 13 centrais *térmicas*, de dimensões variadas, um parque eólico e 2 parques solares.

Quadro 1- Centrais por ilhas de Cabo Verde

Ilha	Electra			Produtores Independentes	
	Diesel	Eólica	Solar	Cabeólica	Electric
Santo Antão	2	-	-	-	1
Porto Novo	1	-	-	-	1
Ribeira Grande	1	-	-	-	-
S. Vicente	2	1	-	1	-
S. Nicolau	1	-	-	-	-
Sal	1	-	1	1	-
Maio	1	-	-	-	-
Santiago	3	-	1	1	-
Praia	2	-	1	1	-
Assomada	1	-	-	-	-
Fogo	2	-	-	-	-
S.Filipe	1	-	-	-	-
Mosteiros	1	-	-	-	-
Brava	1	-	-	-	-
Total Electra	13	1	2	3	1

A potência instalada do parque produtor da Electra totalizava no final do ano em referencia **126.377 kW**, repartida pelas centrais térmica 129.278 kW (95,0%), centrais eólicas 600 kW (0,5%) e solar 5.700 kW (4,5%).

A distribuição da potência instalada pelas diversas unidades de produção está indicada nos quadros seguintes.

Em 2017, verifica-se uma diminuição da potência instalada a nível global de 10.001 kW, em relação ao ano de 2016. A diminuição é justificada essencialmente pela desativação da central da Gamboa (4.437 kW) e pela avaria do Grupo CATERPILLAR 4 (7.440 kW), até agora não resolvida.

Quadro 2- Repartição da potência a 2017 (kW)

Ilha	Unidade de Produção	Nominal (KVA)	Nominal (kW)	Disponível 2017 (KW)	Disponível 2016 (KW)	Eólica (kW)	Solar (kW)	Total 2017 (kW)	Total 2016 (kW)
TOTAL ELECTRA		194.515	155.612	120.077	130.078	600	5.700	126.377	136.378
Electra Norte		73.524	58.819	41.550	40.650	600	2.500	44.650	43.750
Santo Antão	Porto Novo/Ribeira Grande	10.570	8.456	6.000	6.850	0	0	6.000	6.850
	Porto Novo	8.250	6.600	5.350	5.500			5.350	5.500
	Ribeira Grande	2.320	1.856	650	1.350			650	1.350
São Vicente	Matiota/Lazareto	36.254	29.003	18.800	19.000	600	0	19.400	19.600
	Matiota	13.636	10.909	5.600	5.800	600		6.200	6.400
	Lazareto	22.618	18.094	13.200	13.200			13.200	13.200
S. Nicolau	Tarrafal	5.630	4.504	3.350	3.400	0	0	3.350	3.400
Sal	Palmeira	21.070	16.856	13.400	11.400	0	2.500	15.900	13.900
Electra Sul		120.991	96.793	78.527	89.428	0	3.200	81.727	92.628
Santiago	Gamboa/Palmarejo/Santa Catarina	104.031	83.225	68.815	80.692	0	3.200	72.015	83.892
	Gamboa	8.712	6.970	0	4.437	0	0	0	4.437
	Palmarejo	91.054	72.843	65.403	72.843	0	3.200	68.603	76.043
	Arribada (Santa Catarina)	4.265	3.412	3.412	3.412	0	0	3.412	3.412
Fogo	São Filipe	10.230	8.184	5.984	5.984	0	0	5.984	5.984
Brava	Favatal	2.580	2.064	1.704	1.416	0	0	1.704	1.416
Maio	Torril	4.150	3.320	2.024	1.336	0	0	2.024	1.336

Nota: Os dados foram corrigidos em relação a informação constante do Relatório e Contas de 2016

Eletricidade Produzida e Entregue a Rede

A produção em 2017 atingiu o valor de **424,8 GWh de** eletricidade, sendo que 87,3% foi distribuída à rede e os restantes 12,7% foram consumidos, da seguinte forma: 8,4% na dessalinização; 3,2% e 1,1% na bombagem da água produzida. Nesta quantidade, inclui-se também a energia renovável, adquirida junto dos produtores independentes.

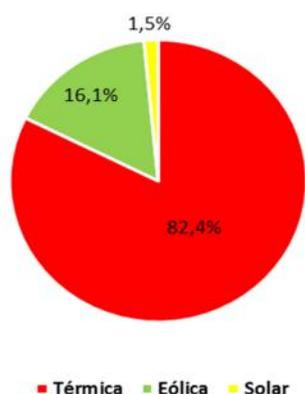
Quadro 3- Eletricidade Entregue à Rede (kWh)

Ilha	Total de Produção		Consumos internos afectos à produção nas centrais				Produção Entregue à Rede		
	2016	2017	Produção de energia	Dessalinização	Bombagem água produzida	Total de Consumos internos	2017	2016	2017-2016
Santo Antão	14.302.907	15.371.260	315.816			315.816	15.055.444	14.001.662	1.053.782
S. Vicente	74.002.153	79.086.769	3.768.653	8.048.627	583.063	12.400.343	66.686.426	62.176.338	4.510.088
S. Nicolau	6.569.879	6.775.332	121.806			121.806	6.653.526	6.470.851	182.675
Sal	56.540.041	61.356.845	2.570.756	8.559.999	458.400	11.589.155	49.767.690	45.267.525	4.500.165
Maio	2.708.270	3.442.553	12.261			12.261	3.430.292	2.694.279	736.013
Santiago	224.997.317	241.796.879	6.623.897	19.000.532	3.469.228	29.093.657	212.703.222	202.181.990	10.521.232
Fogo	13.418.555	14.181.777	319.131			319.131	13.862.646	13.136.097	726.549
Brava	2.683.872	2.786.428	14.356			14.356	2.772.072	2.671.721	100.351
Total Electra	395.222.994	424.797.843	13.746.676	35.609.158	4.510.691	53.866.525	370.931.318	348.600.463	22.330.855

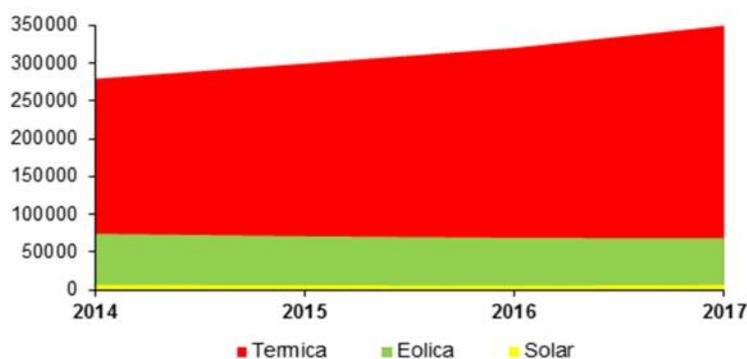
Comparativamente ao ano de 2016 registou-se um aumento da eletricidade entregue à rede de distribuição de 22,3 GWh (6,4%). Relativamente a produção global, registou-se um aumento de 7,5%, sendo um aumento de 9,2% na energia térmica, 17,0% na energia solar, resultante de contratos de gestão e manutenção técnica assinados com APP (Parque solar do Sal) e Cermi (Parque solar de Santiago), respetivamente e um decréscimo de 1,1% na energia eólica.

A repartição da energia transferida para a rede elétrica em 2017 foi a seguinte:

Produção de energia elétrica por tipo de tecnologia -2017

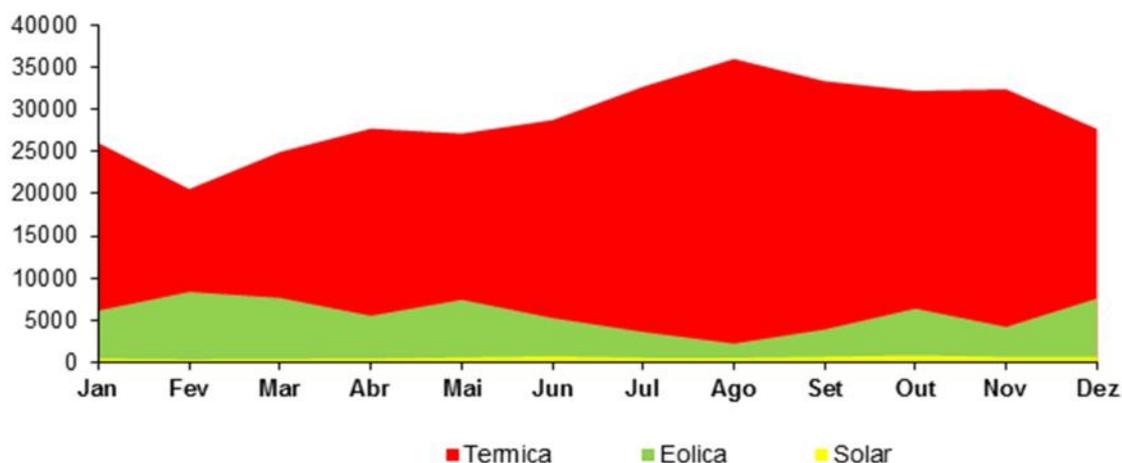


Evolução anual de produção de energia elétrica (MWh)

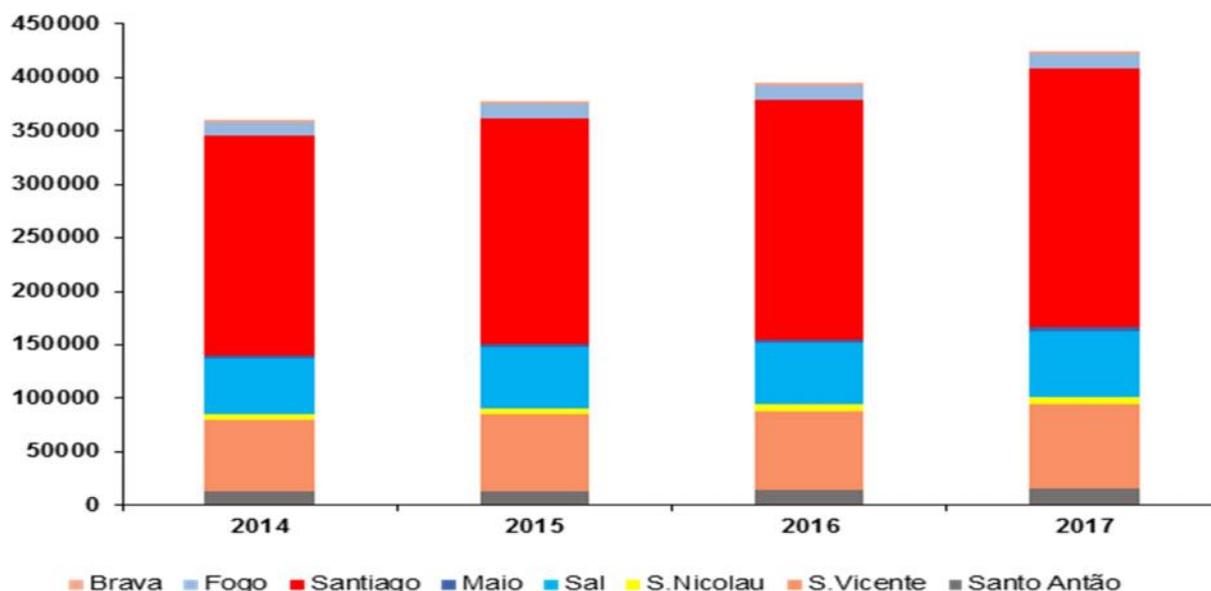


Os gráficos seguintes traduzem a evolução mensal e anual da emissão, por fonte de energia primária.

Evolução mensal de produção de energia elétrica 2017 (MWh)



Evolução anual de produção de energia elétrica por ilha (MWh)



Consumo Específico

O mix de combustíveis de todas as centrais elétricas, das empresas e em particular o consumo agregado médio para a Electra, é medido em **215,4 gr/kWh** de combustíveis necessário para produzir 1 quilowatt-hora de energia elétrica através de meios térmicos (2016: 213,46 gr/kWh). A meta definida pela ARE-Agência de Regulação Económica era de **219 gr/kWh**.

Quadro 4 - Consumo Específico

Unidade Produção	Produção Térmica	Gasóleo (L)	Fuel Oil 180 (L)	Fuel Oil 380 (L)	Consumo Específico (gr/kWh)
Santo Antão	14 604 222	3 937 579			226,5
S. Vicente	59 427 929	745 392		12 604 347	214,1
S. Nicolau	6 775 332	1 874 656			232,4
Sal	42 399 780	798 896	9 790 521		232,9
Maio	3 442 553	940 081			229,4
Santiago	206 314 196	126 758	45 862 446		209,5
Fogo	14 181 777	3 813 219			225,9
Brava	2 786 428	815 486			245,8
Total Electra	349 932 217	13 052 067	55 652 967	12 604 347	215,4

Varição das Pontas Máximas

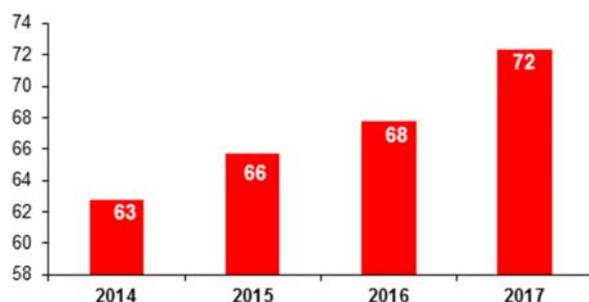
A ponta máxima, por unidade de Produção, foi de **39,2 GW**, registada na ilha de Santiago, representando um aumento de 6,2%, relativamente ao ano de 2016. É de se referir os aumentos das pontas máximas nos sistemas elétricos das ilhas de São Vicente (+ 900 kW), Sal (+1.120 kW) e ilha de Santiago (+2.282 kW).

Quadro 5- Pontas por Ilha (kW)

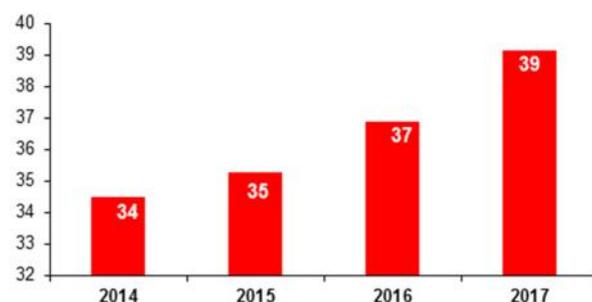
	2017				2016	2015	2014
	Valor	Mês	Dia	Hora			
Santo Antão	3.080	Dezembro	24	19:25	3.005	2.950	2.793
S. Vicente	13.300	Setembro	29	17:00	12.400	12.100	11.241
S. Nicolau	1.320	Agosto	17	19:59	1.280	1.189	1.193
Sal	11.558	Novembro	15	19:00	10.438	10.697	9.600
Maio	670	Novembro	23	20:00	580	542	540
Santiago	39.166	Outubro	24	19:00	36.884	35.282	34.471
Fogo	2.637	Abril	28	20:00	2.575	2.372	2.400
Brava	612	Junho	6	20:15	580	558	566
Ponta Assíncrona Total (*)	72.343				67.742	65.690	62.804

(*) Virtual

Evolução anual das Pontas Assíncronas (MW)



Evolução anual das Pontas Máximas (MW)



Indicadores de Produção de Eletricidade

Houve um decréscimo da taxa de disponibilidade, na ordem de 9.0 p.p., tendo-se fixado em 81,4%. O decréscimo justifica-se pela não realização de manutenções previstas.

As oscilações dos preços dos combustíveis fósseis no mercado internacional levaram a que o custo final de produção de eletricidade por meios térmicos fosse mais atrativo em relação ao preço base de compra de eletricidade de origem eólica da Cabeólica. Perante essa situação, a Electra limitou a receção da energia eólica da Cabeólica ao mínimo acordado no contrato *take or pay*, no âmbito do PPA com o Cabeólica, fator que contribuiu para uma redução da taxa de penetração de energia eólica em 2017, comparativamente ao ano 2016.

O quadro seguinte ilustra os principais indicadores de desempenho:

Quadro 6- Indicadores de Produção de Eletricidade

Indicadores de Produção de Energia Elétrica	2017	2016
Taxa de Indisponibilidade por Manutenção Planeada	2,1%	2,3%
Taxa de Indisponibilidade por Avaria	4,0%	3,6%
Taxa de Indisponibilidade por Paragens Forçadas	1,6%	3,7%
Taxa de disponibilidade das unidades térmicas	81,4%	90,4%
Taxa de penetração das energias renováveis	18,8%	22,5%

Black-Out

As interrupções no fornecimento de eletricidade aumentaram em todos os sistemas elétricos, com exceção das ilhas de São Nicolau, Fogo e Santiago onde se registaram progressos na garantia de continuidade do serviço, com redução substancial das quantidades de *Black-Out*.

O mesmo já não se pode afirmar para as restantes ilhas onde se registou um aumento considerável do número de *Black-Out* e do tempo de reposição do serviço, principalmente devido à continuidade dos projetos de modernização e extensão das redes MT, no âmbito dos projetos ORET e JICA - 6 ilhas, que obrigaram

a paragens para ligação das novas infraestruturas de distribuição (PTs e Subestações).

Quadro 7- Black-Outs (Quantidade e duração)

Ilha		2017		2016		Var. 2017-2016	
		Qtd	Dur. (min)	Qtd	Dur. (min)	Qtd	Dur. (min)
Santo Antão	Porto Novo	15	193	7	104	8	89
S. Vicente	S.Vicente	17	178	10	176	7	2
S. Nicolau	Tarrafal	23	288	83	595	-60	-307
Sal	Sal	11	750	8	295	3	455
Maio	Maio	54	1.836	40	3.126	14	-1.290
Santiago	Cidade da Praia	6	187	7	282	-1	-95
Fogo	S.Filipe	16	371	44	1.681	-28	-1.310
Brava	Favetal	31	1.400	31	592	0	808

4.2. DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE

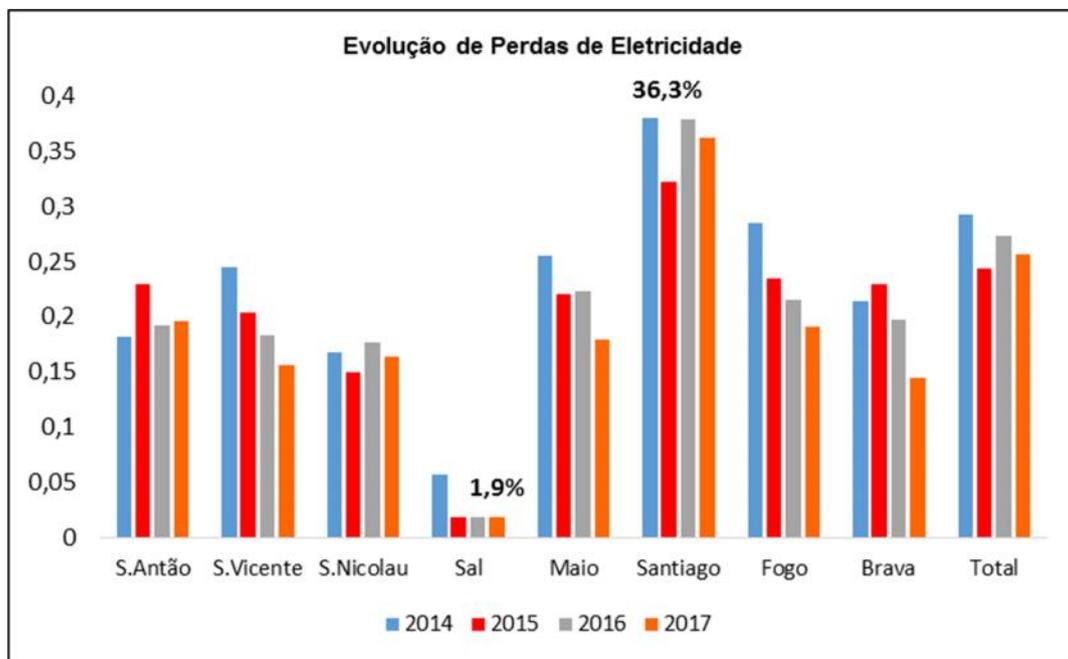
Perdas de Eletricidade

As perdas de eletricidade globais (técnicas e não técnicas) no país atingiram assim em 2017 os 109 milhões de kWh, o que representa 25,7% da produção. Relativamente ao ano de 2016, houve uma diminuição global de **1,6%**.

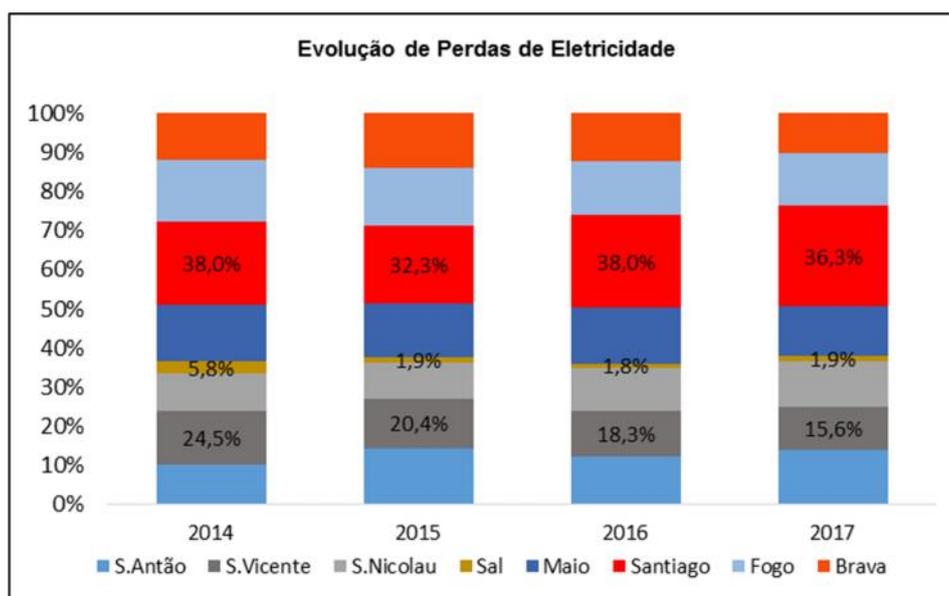
Quadro 8- Perdas de Eletricidade

Ilha	Produção	Total dos consumos da produção	Vendas	Perdas		
				2017	2016	
Santo Antão	15.371.260	315.816	12.043.678	3.011.766	19,6%	19,2%
S. Vicente	79.086.769	12.400.343	54.383.767	12.302.659	15,6%	18,3%
S. Nicolau	6.775.332	121.806	5.542.697	1.110.829	16,4%	17,7%
Sal	61.356.845	11.589.155	48.620.599	1.147.091	1,9%	1,8%
Maio	3.442.553	12.261	2.810.591	619.701	18,0%	22,4%
Santiago	241.796.879	29.093.657	124.931.921	87.771.301	36,3%	38,0%
Fogo	14.181.777	319.131	11.148.401	2.714.245	19,1%	21,5%
Brava	2.786.428	14.356	2.368.157	403.915	14,5%	19,8%
Total Electra	424.797.843	53.866.525	261.849.811	109.081.507	25,7%	27,3%

Constata-se uma redução das perdas na maioria das ilhas, salvo em Santo Antão e Sal onde se registou um ligeiro aumento.



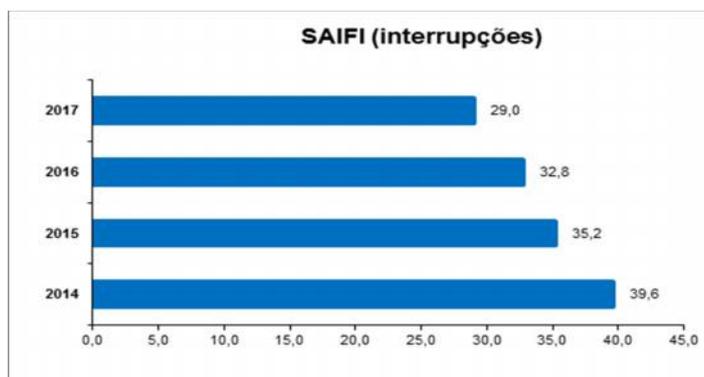
Os projetos em curso têm como objetivos, a redução das perdas globais técnicas e não técnicas de energia elétrica, com mais ênfase na ilha Santiago. Em 2017 registou-se uma diminuição em 1,7% (87,7 milhões de KWh) do valor das perdas em Santiago, comparativamente a 2016.



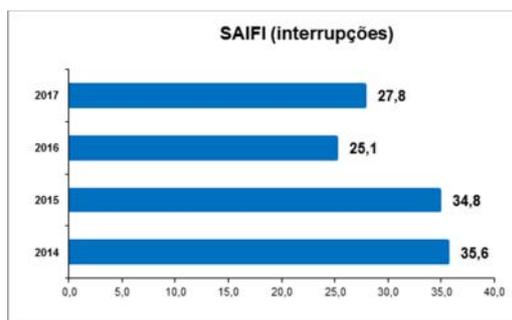
Indicadores de Transporte e Distribuição de Energia Elétrica

SAIFI - Indicador de frequência média de Interrupção de fornecimento de energia elétrica a cada cliente.

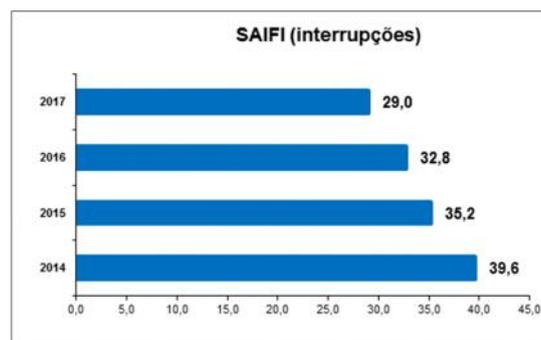
Electra SA



Electra Norte

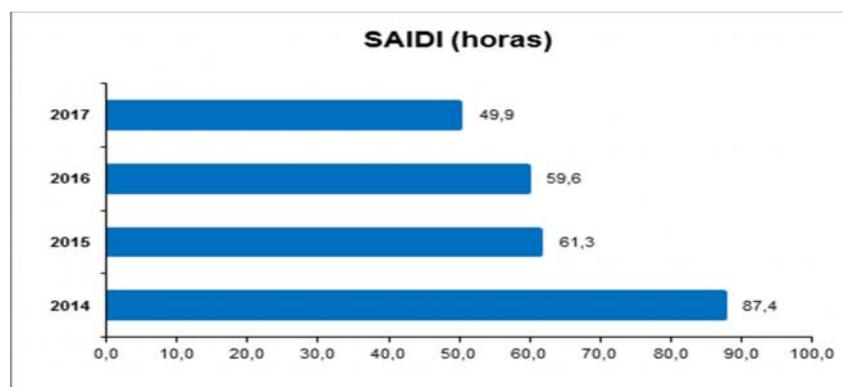


Electra Sul

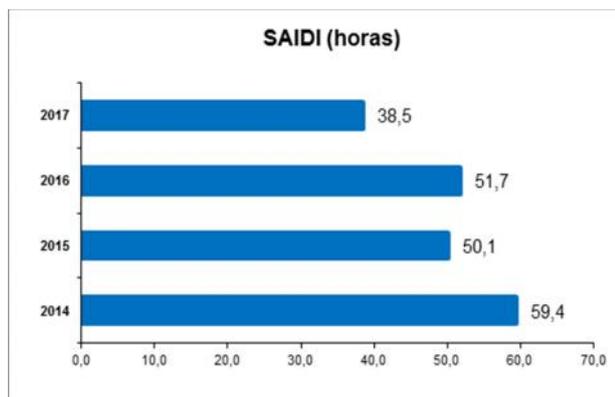


SAIDI – Indicador de duração média de interrupção de fornecimento de energia elétrica a cada cliente servido. É medida em unidade de tempo ao longo de um ano.

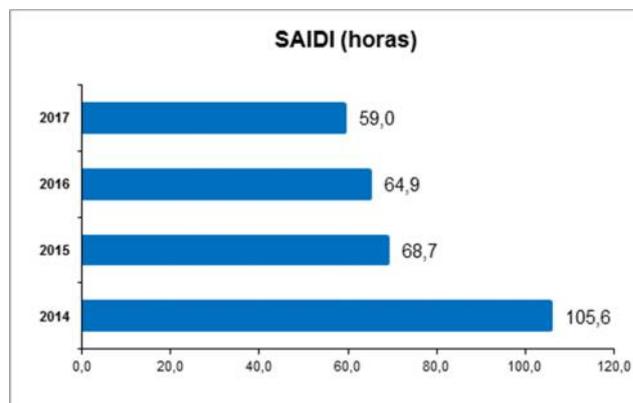
Electra SA



Electra Norte



Electra Sul



Rede de distribuição de Energia

	S. Antão	S. Vicente	S. Nicolau	Sal	Maio	Santiago	Fogo	Brava	Total
Nº Posto de Transformação									
Aereo	48	1	17		8	190	57	2	323
Alvenaria	51	146	23	77	16	277	32	17	639
Subestação									
Alta Tensão (60KV)						3			3
Rede									
Alta Tensão (km)						79,40			79,40
Aérea Media Tensão (km)	122,47	5,60	59,00		45,00	488,00	137,00	18,00	875,07
Subterrânea Media Tensão (Km)	105,59	146,00	42,00	145,00	8,00	128,00	34,00	7,40	615,99

Balço Energético

O balanço Energético, regista o volume da energia produzida e entregue à rede e os cálculos das perdas totais.

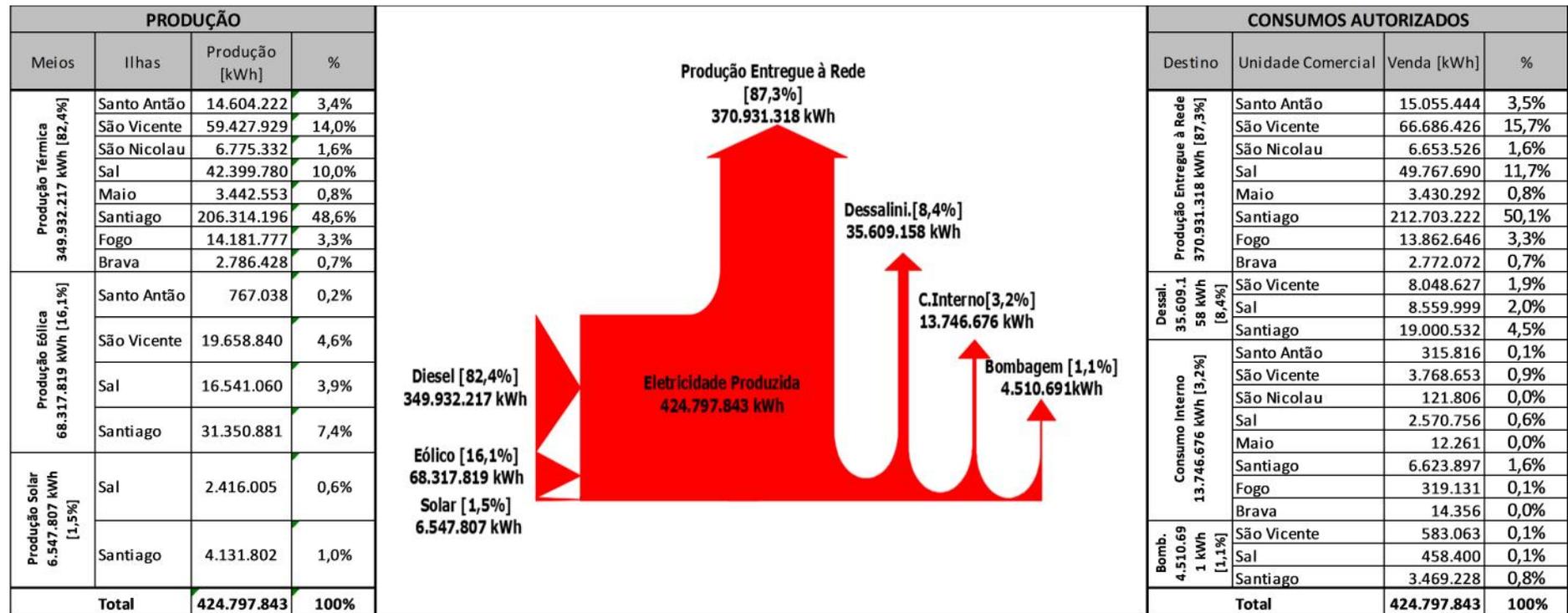


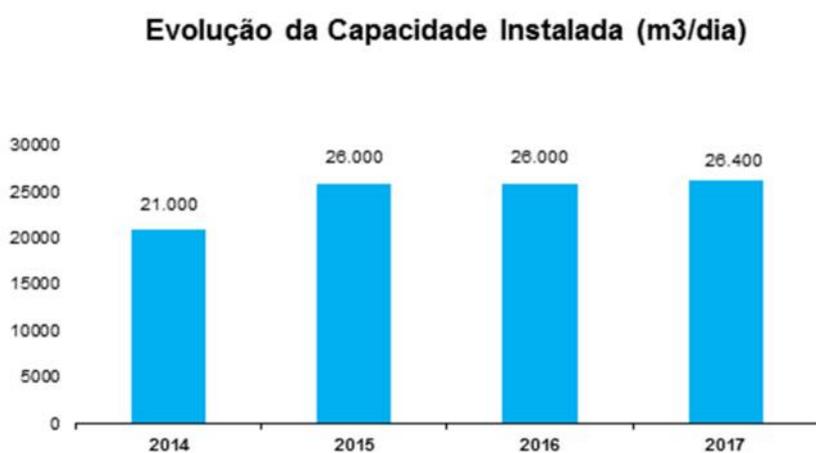
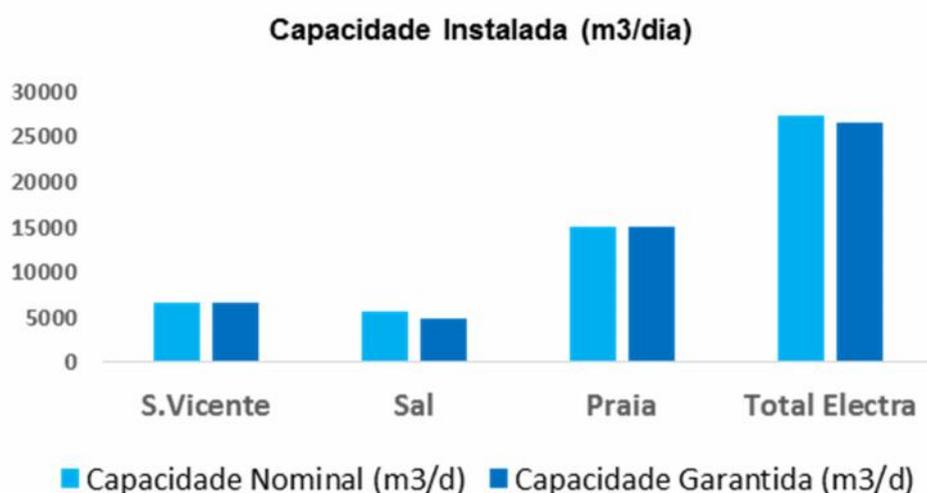
Figura 1

4.3. PRODUÇÃO DE ÁGUA

A produção e distribuição de água pela Electra estão circunscritas às ilhas de São Vicente e Sal. Por força do *unbundling*, a partir do mês de julho de 2017, em Santiago (cidade da Praia), a Electra continuou a assegurar a produção de água dessalinizada, descontinuando a exploração dos furos, passando a fornecer em alta à AdS- Águas de Santiago.

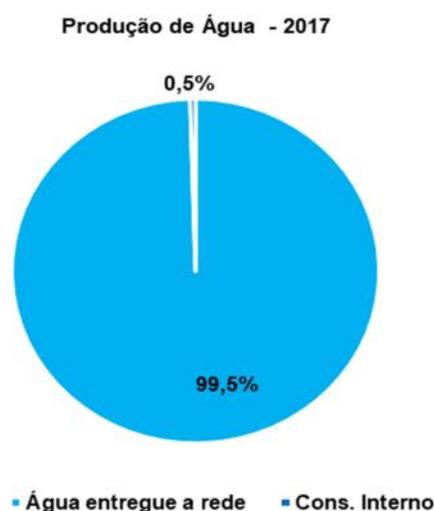
Capacidade Instalada

A Electra dispunha, em 31 de dezembro 2017, de 3 centrais de produção de água dessalinizada.



ÁGUA ENTREGUE À REDE

A água dessalinizada representou, durante o ano 2017, 98% da água injetada nas redes.



No ano 2017, foram produzidas **8.209.700 m³** de água, sendo que 99,5% foram entregues à distribuição e, os restantes 0,5% em consumos internos.

Em relação ao ano de 2016, registou-se um aumento da água entregue à rede de distribuição em **1.296.704 m³** (18,9%). Tal ficou a dever-se essencialmente devido, à entrada em funcionamento de duas novas Centrais Dessalinizadoras de água, na Cidade da Praia (5.000 m³/dia), em Outubro de 2016, e na ilha do Sal (1.200m³/dia), em Abril de 2017.

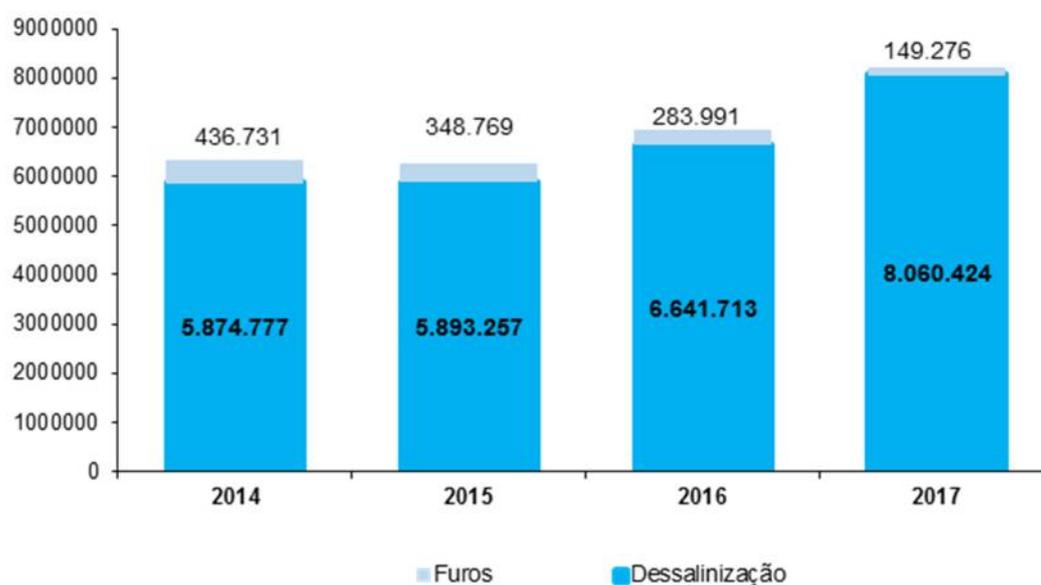
Quadro 9- Água entregue à Rede (m³)

Unidade produção	Água produzida	Consumo Interno	Água entregue à Rede		
	Quantidade		2017	2016	2017-2016
S.Vicente	1 576 836	9 103	1 567 733	1 412 935	154 798
Sal	1 435 075	3 282	1 431 793	1 228 864	202 929
Santiago (Praia)	5 197 789	26 004	5 171 785	4 232 807	938 978
Total Electra	8 209 700	38 389	8 171 311	6 874 606	1 296 704

Evolução da Produção de Água

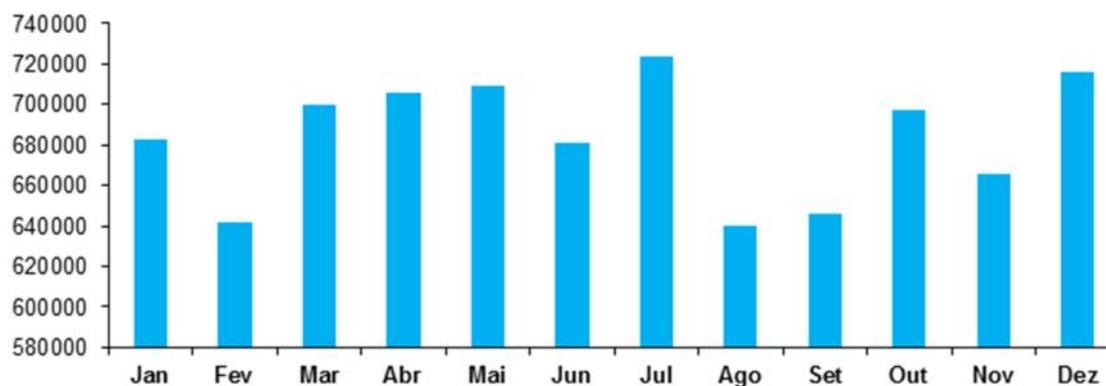
A produção de água registou um aumento de 18,5 %, entre o ano de 2016 e o ano de 2017. O quadro seguinte indica a evolução da produção de água e as contribuições de água dessalinizada e subterrânea na produção global.

Evolução do Produção de Água (m3)



O gráfico seguinte traduz a evolução mensal da produção de água:

Evolução mensal na produção de água 2017 (m3)



Balanço Hidrológico

O balanço hidrológico, regista o volume da água produzida e entregue à rede e os cálculos das perdas totais.

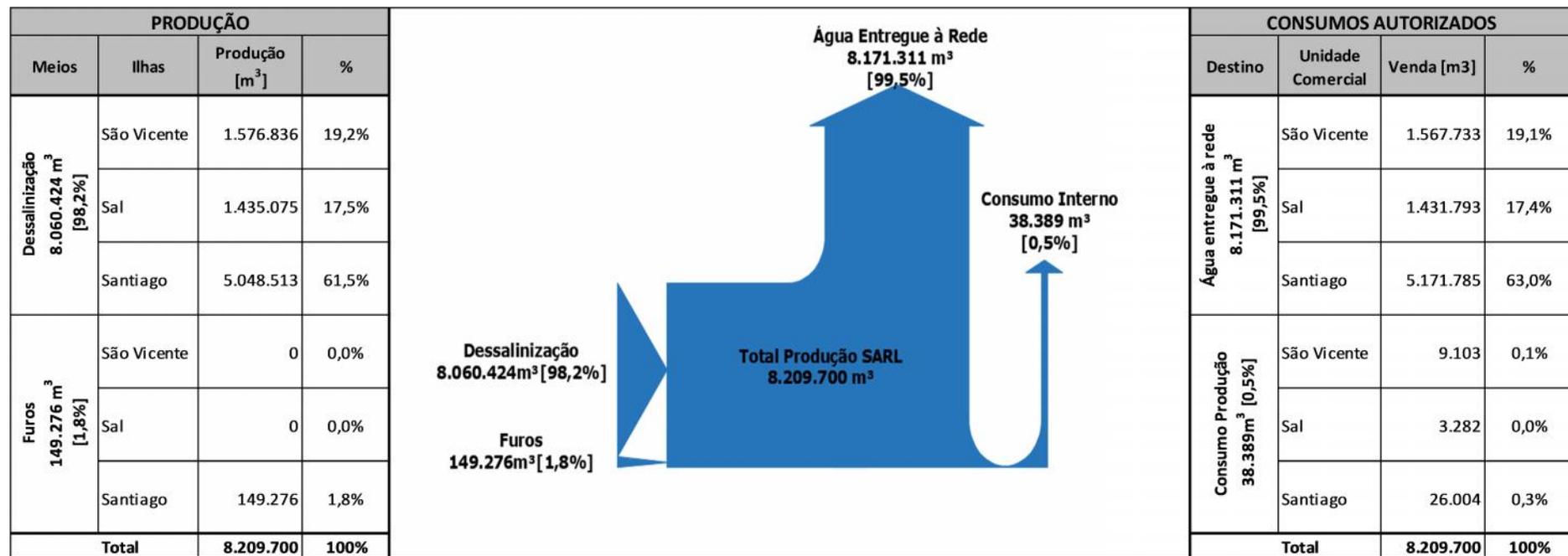


Figura 2

4.4. DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

Perdas de Água

As perdas de distribuição **na cidade da Praia foram calculadas apenas durante o primeiro semestre de 2017**, tendo em conta que os serviços de distribuição de água na ilha foram transferidos para a empresa AdS. Como tal, as perdas na cidade da Praia a partir de julho passaram a ser calculadas somente em alta.

Quadro 10- Perdas de Água

Unidade de Produção	Produção	Consumo Interno	Vendas	Perdas		
				2017	2016	
S.Vicente	1.576.836	9.103	1.066.037	501.696	31,8%	27,8%
Sal	1.435.075	3.282	956.115	475.678	33,1%	30,3%
Praia*	2.696.084	12.020	939.485	1.744.579	64,7%	54,9%
Total Electra	5.707.995	24.405	2.961.637	2.721.952	47,7%	44,9%

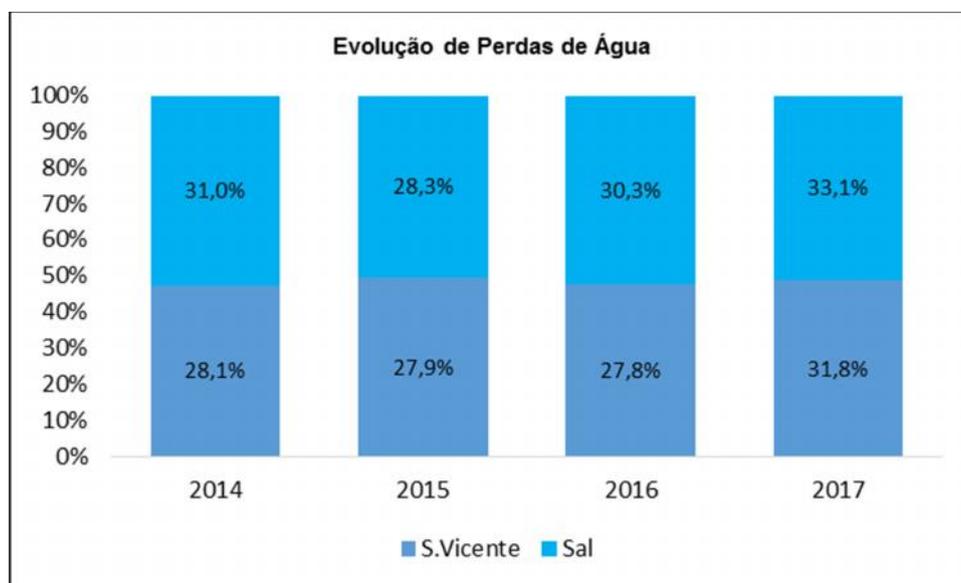
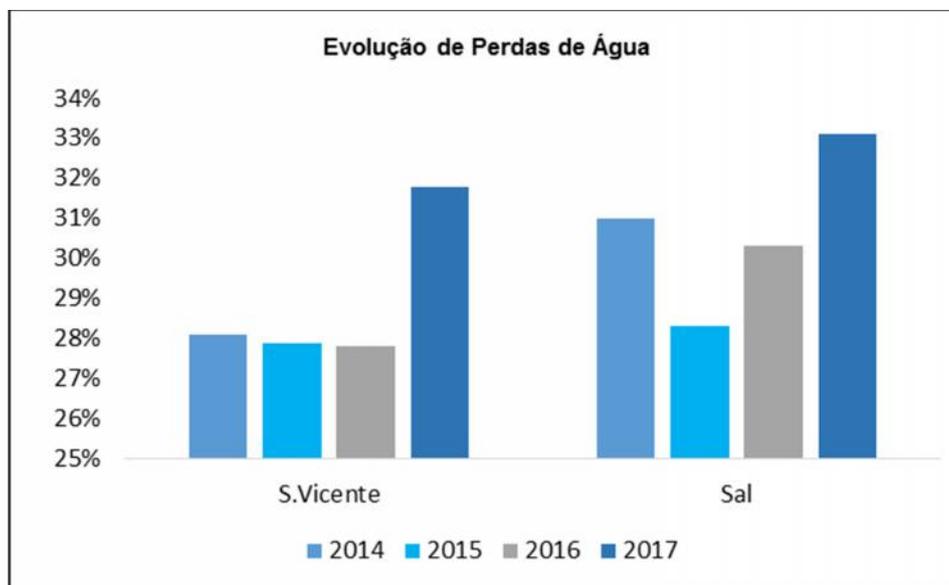
* - Dados de perdas de distribuição de água da Praia de Janeiro a Junho de 2017

As perdas na água, da Electra Sul, com fornecimento em alta à AdS foram de 2,0%. Em 01 de julho de 2017, a distribuição de água da cidade da Praia foi passada a empresa Ads, dessa forma, a partir dessa data as perdas passaram a ser calculadas em alta.

Unidade de Produção	Água produzida		Consumo Interno	Vendas	Perdas 2017
	Origem	Quantidade			
	Dessalinização	2.501.705			
Santiago (Praia)**		2.501.705	13.983	2.370.608	
Total Electra		2.501.705	13.983	2.370.608	117.114 4,7%

** - Perdas de água em alta calculadas até 01 de Julho a 31 Dezembro de 2017

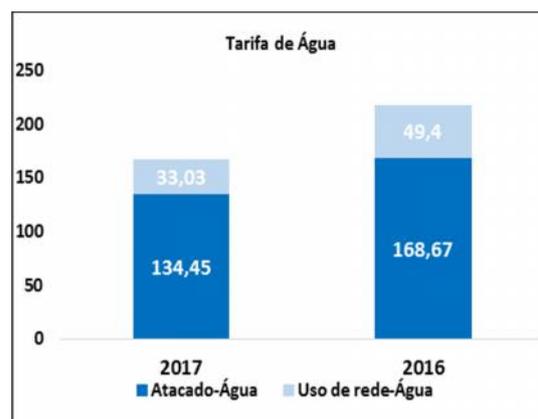
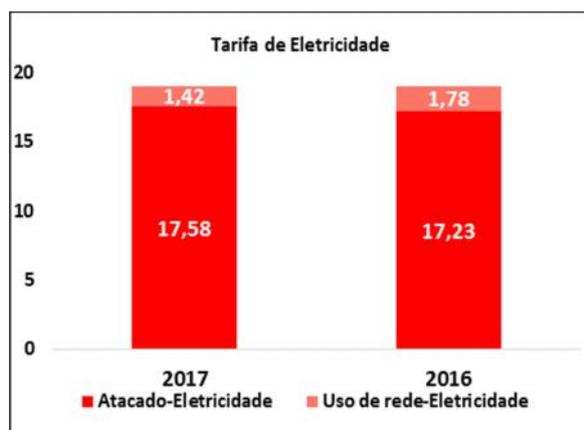
Constata-se um aumento das perdas nas ilhas de S. Vicente e Sal. Para a ilha de Santiago (Praia), não é comparável (2016 -2017).



5. ATIVIDADE COMERCIAL

Evolução da Tarifa do Contrato por atacado

Em 2017 as quantidades de energia utilizadas na dessalinização de água foram valorizadas ao preço de 21,10 (tarifa fixada pela ARE). Os gráficos seguintes representam a evolução da tarifa por atacado e o uso de rede:

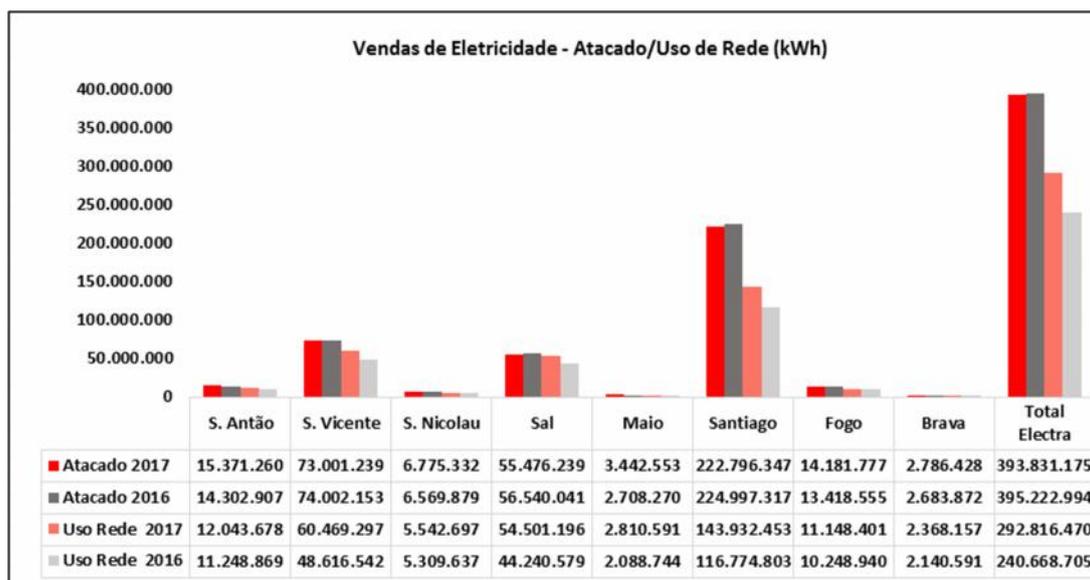


VENDA POR ATACADO E USO DE REDE (Relação Intra-grupo)

ENERGIA ELETRICA

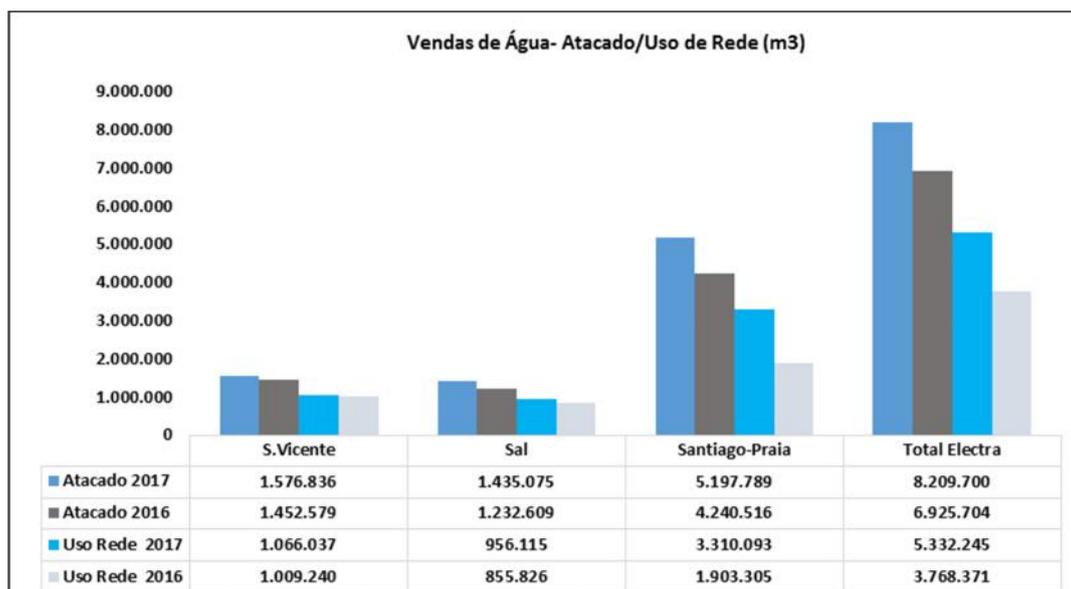
De referir que contrariamente ao ano de 2016, em 2017 foi deduzida da energia produzida, a quantidade de energia utilizada na dessalinização de água. A diminuição das quantidades faturadas de eletricidade (em KWh) deve-se ao facto de em 2017 terem sido excluídas as quantidades de energia utilizada na dessalinização de água e que se encontram incorporadas na definição do preço atacado de água

Tendo com base nas tarifas definidas para eletricidade em atacado (17.58 Esc. /kWh) e para o uso de rede (1.42 Esc./kWh vendido), a Electra SA faturou durante o ano de 2017 à Electra Norte e Sul o valor total correspondente (i) a **393.831.175 kWh** referente à eletricidade por atacado, equivalente a **mESC 6.923.552**, e (ii) a **292.816.470 kWh** pelo uso de rede, no valor de **mESC. 415.800**, conforme os gráficos seguintes:



ÁGUA

Tendo com base nas tarifas definidas para água em atacado (134.45 Esc. /m³) e para o uso de rede (33.03 Esc./m³ vendido), a Electra SA faturou durante o ano de 2017, à Electra Norte e Sul, o valor total correspondente a (i) **8.209.700 m³** referente à água por atacado, equivalente a **mESC 1.103.794** e (ii) a **5.332.245 m³** por uso de rede, no valor de **mESC. 109.332**, conforme o gráfico seguinte:



SANEAMENTO

A Electra Sul operou a rede de saneamento da cidade da Praia até finais de junho de 2017. A partir de julho 2017 os serviços de saneamento da cidade da Praia foram transferidos para a empresa AdS, pelo que o serviço foi descontinuado a partir da referida data.

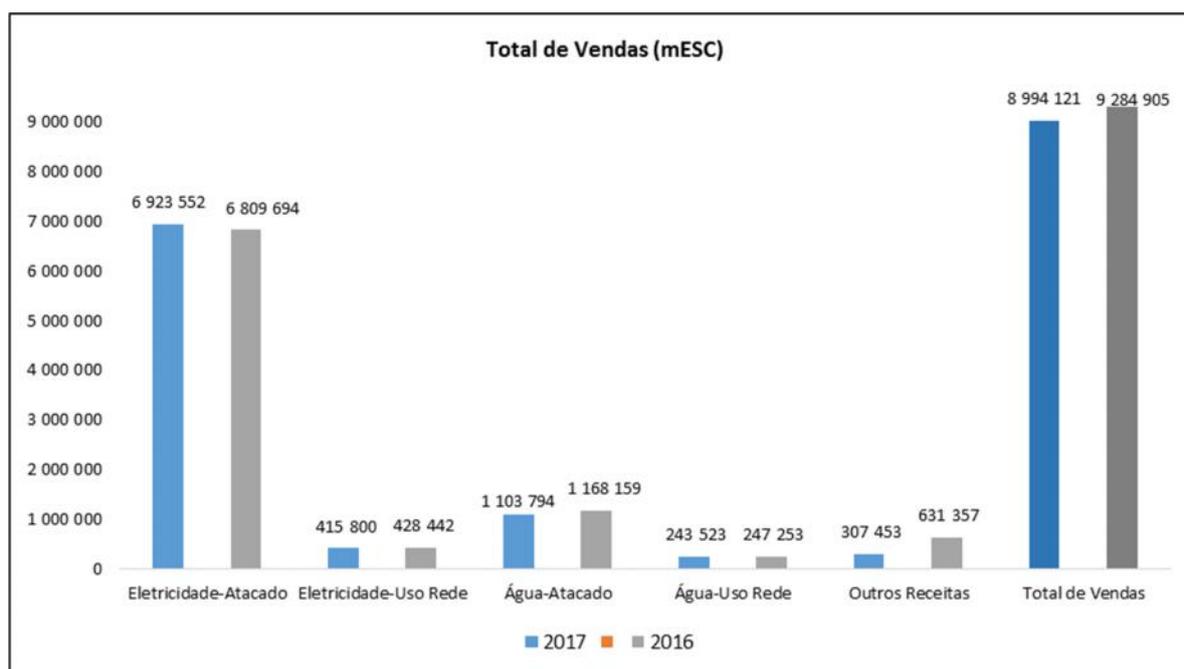
A Electra SA faturou no período de janeiro a junho de 2017 à Electra Sul o valor equivalente a **516.701 m³** de água tratada, com base na tarifa definida para o uso de rede (130.44 Esc./m³ de água tratada). O quadro seguinte ilustra a evolução do volume de água tratada (ter em atenção que os dados referem-se a somente a 6 meses de 2017).

Quadro 11- Venda de Caudal de água tratada Uso de Rede (m³)

Ilha	Volume de Água Tratada- Uso Rede	
	2017 (*)	2 016
Praia	516 701	784 401
Total Electra Sul	516 701	784 401

(*) *Dados de volume água tratada de Janeiro a Junho 2017

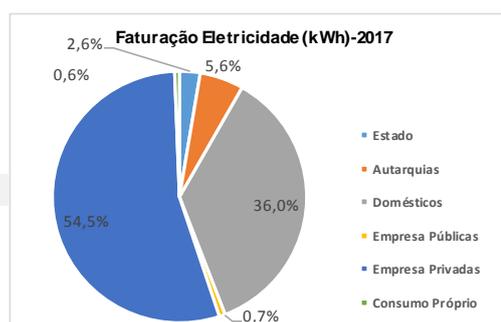
TOTAL VENDAS (em mEsc)



VENDA AO CLIENTE FINAL (Electra Norte e Electra Sul)**ELECTRA NORTE****Vendas de Eletricidade e Água**

A ELECTRA NORTE, faturou durante o ano de 2017, de 120.590 MWh de eletricidade, distribuídos conforme os quadros seguintes:

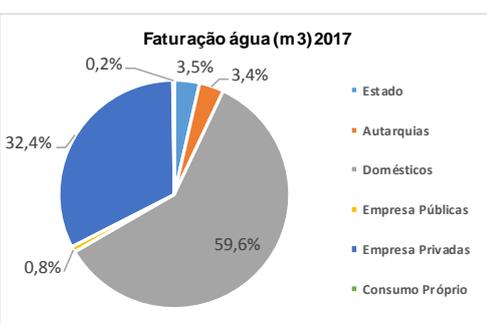
Tipo de Cliente	Faturação Eletricidade (kWh)		Variação	
	2017	2016	Qte	%
Estado	3 145 695	3 080 616	65 079	2,1%
Autarquias	6 748 009	5 883 931	864 078	14,7%
Domésticos	43 384 412	40 357 682	3 026 730	7,5%
Empresa Públicas	881 697	803 737	77 960	9,7%
Empresa Privadas	65 692 024	58 430 119	7 261 905	12,4%
Consumo Próprio	738 904	859 542	-120 638	-14,0%
ELECTRA-NORTE	120 590 741	109 415 627	11 175 114	10,2%



Relativamente a faturação de eletricidade, registou-se um aumento de 11.175 MWh, equivalente a 10,2%, em relação ao ano de 2016.

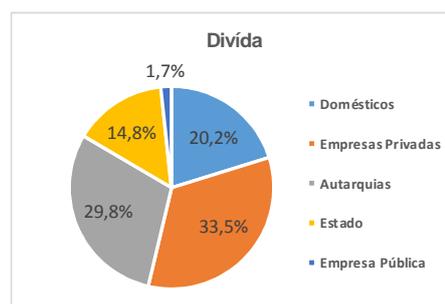
A ELECTRA NORTE, faturou no ano de 2017, a quantidade de 2.022.152 m³ de água, distribuídos conforme os seguintes quadros:

Tipo de Cliente	Faturação Água (m3)		Variação	
	2017	2016	Qte	%
Estado	71 244	76 642	-5 398	-7,0%
Autarquias	69 751	68 355	1 396	2,0%
Domésticos	1 206 091	1 107 504	98 587	8,9%
Empresa Públicas	15 908	17 042	-1 134	-6,7%
Empresa Privadas	654 662	591 041	63 621	10,8%
Consumo Próprio	4 496	4 482	14	0,3%
ELECTRA-NORTE	2 022 152	1 865 066	157 086	8,4%

**Dívida Global**

Relativamente à dívida global dos clientes, registou-se, em dezembro de 2017, o valor de mESC 1.162.799, sendo 54% de dívida vencida e 46% não vencida. Comparativamente ao valor da dívida no período homólogo de 2016, que situava-se em mESC 956.200, registou-se um aumento de mESC 206.599, equivalente a 22%.

Dívida (mESC)				
Tipo de Cliente	2017	2016	Variação	
			Qte	%
Domésticos	234 597	223 961	10 636	4,7%
Empresas Privadas	389 728	295 845	93 883	31,7%
Autarquias	346 699	264 877	81 823	30,9%
Estado	172 244	143 588	28 656	20,0%
Empresa Pública	19 530	27 930	-8 400	-30,1%
ELECTRA-NORTE	1162 799	956 200	206 598	21,6%



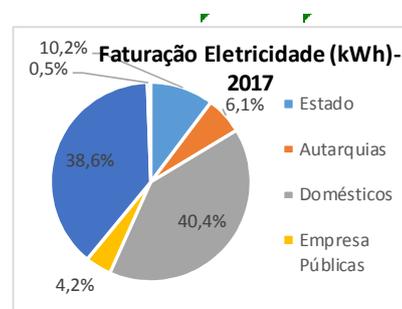
A DC desenvolveu, durante o período em análise, esforços no sentido de minimizar o crescimento da dívida dos clientes da ELECTRA NORTE e prestou serviço de apoio, à ELECTRA SA, na recuperação de dívidas antigas, tendo recebido o valor de 38.584.840 ECV.

ELECTRA SUL

Vendas de Eletricidade e Água

A Electra Sul, faturou durante o ano de 2017, a quantidade de 141.259 MWh de eletricidade, distribuídos conforme o quadro seguintes:

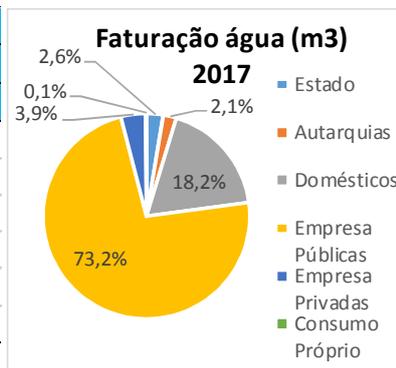
Faturação Eletricidade (kWh)				
Tipo de Cliente	2017	2016	Variação	
			Qte	%
Estado	14.472.441	12.961.002	1.511.439	11,7%
Autarquias	8.581.484	8.064.758	516.726	6,4%
Domésticos	57.010.797	55.227.708	1.783.089	3,2%
Empresa Públicas	5.981.778	5.822.503	159.275	2,7%
Empresa Privadas	54.457.740	48.892.669	5.565.071	11,4%
Consumo Próprio	774.829	674.440	100.389	14,9%
ELECTRA-SUL	141.259.070	131.253.078	10.005.992	7,6%



Relativamente à faturação de eletricidade, registou-se um acréscimo de 10.055 MWh, equivalente a 7,6%, em relação ao ano de 2016.

A ELECTRA SUL faturou no ano de 2017 a quantidade de 3.310.093 m³ de água, distribuídos conforme os seguintes quadros:

Tipo de Cliente	Faturação Água (m3)		Variação	
	2017	2016	Qte	%
	Estado	86.505	132.625	-46.120
Autarquias	67.971	157.640	-89.669	-56,9%
Domésticos	601.681	1.321.552	-719.871	-54,5%
Empresa Públicas	2.422.306	46.468	2.375.838	5112,8%
Empresa Privadas	127.687	226.771	-99.084	-43,7%
Consumo Próprio	3.943	18.249	-14.306	-78,4%
ELECTRA-SUL	3.310.093	1.903.305	1.406.788	73,9%



Relativamente à faturação de água, registou-se um aumento de 1.406.788 m³, equivalente a 73,9%, em relação ao ano de 2016.

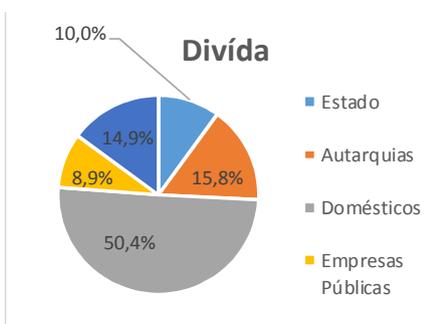
Dívida Global

Relativamente à dívida global dos clientes, registou-se, durante o Ano 2017 uma dívida na ordem de mESC 5.250.245, o que representa um aumento de 19,2% em relação ao Ano 2016, embora inferior ao aumento verificado em 2016 face ao Ano 2015 (24,8%), de acordo com os dados apresentados no Quadro seguinte.

Apesar da continuidade de crescimento da dívida na Electra Sul, constata-se uma tendência do seu abrandamento, comprovado pelas taxas de 61,6% no Ano 2015, 24,8% em 2016 e 19,2% em 2017.

O menor aumento da dívida foi registado no grupo de cliente que apresenta o maior peso na faturação e cobrança, isto é, Cliente Doméstico, igual a 4,1% face aos 46,0% registados no Ano 2016 e 82,2% no Ano 2015.

Tipo de Cliente	Dívida		Variação	
	2017	2016	Qte	%
	Estado	525.109	475.176	49.932
Autarquias	828.371	701.573	126.798	18,1%
Domésticos	2.647.790	2.544.102	103.688	4,1%
Empresas Públicas	468.072	19.834	448.238	2259,9%
Empresa Privadas	780.903	662.467	118.436	17,9%
ELECTRA-SUL	5.250.245	4.403.152	847.093	19,2%



OUTRAS ATIVIDADES

No terceiro trimestre de 2017 teve início o projeto-piloto de Combate a Perdas não Técnicas, Fraude e Furto de Eletricidade e Recuperação de Dívidas, na Cidade da Praia, sob a responsabilidade Unidade de Luta Contra Perdas, Dividas e Contenciosos (ULCPDC).

O Projeto tem como objetivos principais as seguintes ações: (i) desmantelamento de ligações clandestinas; (ii) inspeção e verificação de situações de furto e fraude de energia; (iii) melhoria dos ramais e baixadas; (iv) execução de todas as Ordens de Serviços (OSs) geradas pelo sistema comercial da ELECTRA (ELAG), nomeadamente: cortes e revisões de corte por dívida, religação de fornecimento após pagamento, substituição de contadores, etc.; (v) elaboração de participações criminais e ações declarativas de condenação, para cobrança extrajudicial e judicial de dívidas detidas pelos clientes da ELECTRA.

Para a materialização das ações atrás referidas, conta-se com uma equipa multidisciplinar, constituída por gestores, engenheiros, juristas, eletricitas e ainda de uma empresa de prestação de serviços, bem como, forte colaboração de entidades públicas, nomeadamente a Polícia Nacional, a Polícia Judiciária, o IGAE e outras.

As intervenções realizadas no período de setembro a dezembro de 2017 foram basicamente centradas nas zonas de Achada Santo António, Bela Vista, Tira Chapéu, Pensamento, Casa de Lata, Santaninha, Achada Mato, Fontão, Jamaica e Achada Grande Traz, tendo as equipas realizado várias ações de corte e revisão por dívida, religação, inspeção de locais de consumo e sistemas de contagem, substituição de contadores avariados e obsoletos, verificação de ramais e baixadas e desmantelamento de ligações clandestinas.

Das ações realizadas destacam-se as seguintes:

- **Interrupção de fornecimento por dívida** – Execução de 10.460 Ordens de Serviço - (OSs) de corte, revisão e religação, correspondentes ao valor em dívida de 571.977.149,00 ECV;

- **Inspeção de Sistemas de Contagem e Ramais/Baixadas** – Inspeção de 1.812 locais de consumo, sendo 1.536 clientes domésticos, 246 comércios/industria/Agricultura, 4 empresa pública, 10 instituições, 4 estado-tesouro e 9 cliente que não se encontravam registados no sistema de gestão comercial (ELAG);
- **Desmantelamento de Ligações Clandestinas** - Desmantelamento de ligações clandestinas, num total de 3.818 casas;
- **Resolução de Denúncias** - Tratamento às denúncias recebidas via o serviço Call Center da ELECTRA Sul;
- **Inspeção e Substituição de Contadores** – Substituição de contadores avariados, em mau estado e obsoletos, onde substituíram 137 contadores;
- **Elaboração de Autos de Vistorias por Furto/Fraude** –Elaboração de 561 autos de vistorias, que resultaram na faturação de caução de fraude no montante de 6.969.638\$00, correspondente ao consumo de 209.721 kW. A dívida associada aos 561 clientes encontrados em situação de furto/fraude de energia, situa-se nos 57,38 mil contos, sendo 19,91 mil contos detidos na ELECTRA, S.A.RL., e 37,47 mil contos na ELECTRA Sul, S.A.;
- **Pedidos de Novos Contratos nas Zonas Intervencionadas** - Dos 208 processos que deram entrada na empresa, 76 dos locais não têm rede elétrica na sua proximidade, 61 foram enviados às lojas para celebração de contratos, 29 casas não tinham instalação elétrica concluída, 3 pedidos foram enviados para orçamentação do ramal de ligação e 31 novas ligações foram executadas, com colocação e ligação de contador;
- **Ações realizadas pelo gabinete jurídico:** Visando o tratamento célere dos processos de transgressão e recuperação de dívidas, de forma extrajudicial e judicial, a ULCPDC tem ao seu dispor uma equipa composta por 3 (três) juristas, que trabalha sob coordenação do Gabinete Jurídico, sito na ilha de

S. Vicente, sendo que, das funções atribuídas à esta equipa, destacam-se as seguintes:

- o **Participações Criminais** - Foram produzidos e enviados ao Gabinete Jurídico um total de 712 autos de transgressão, sendo 666 relativos ao Concelho da Praia e 42 ao de Santa Catarina;
- o **Nota de Interpelação a clientes com dívidas** - Durante os meses de novembro e dezembro de 2017, o Gabinete jurídico elaborou 37 (trinta e sete) notas de interpelação, dirigidas a clientes com dívidas pendentes na ELECTRA, S.A.R.L., e ELECTRA Sul, no montante de 17.060.108,00 ECV, com vista à sua regularização;

No decurso do ano 2017, foram recuperadas dívidas de clientes com as empresas Electra SA, Electra Sul e Electra Norte, no valor global de mESC **155.504**, conforme se descreve no quadro seguinte:

Quadro 12- Recuperação de Dívidas (mESC)

	Lojas Norte	Lojas Sul	Total
Cobrança Total (mECV)	48 933	106 572	155 504
Media Mensal(mECV)	4 078	8 881	12 959
% Valor	31,5%	68,5%	100,0%

6. INVESTIMENTOS

No ano 2017, deu-se a continuidade às atividades iniciadas em anos anteriores e iniciaram-se outras, quer no âmbito do desenvolvimento das infraestruturas da empresa, quer no acompanhamento, gestão ou fiscalização de projetos.

Os investimentos abrangeram áreas diversas e visaram:

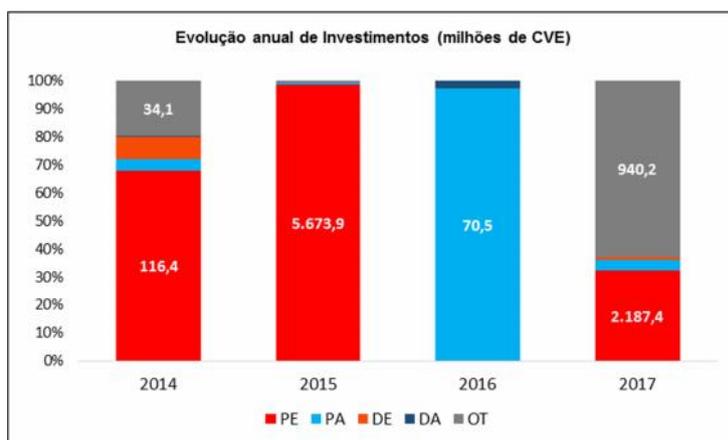
- Ñ Redução de Perdas e Melhoria da Qualidade da Eletricidade;
- Ñ Aumento das taxas de cobertura elétrica e de água;
- Ñ Aumentos de faturação e cobrança;
- Ñ Melhorarias e consolidação da autonomia financeira;
- Ñ Melhorarias da eficiência comercial e técnica;
- Ñ Melhorarias da qualidade de serviço.

Durante o exercício em referência, o montante dos investimentos realizados pela empresa foi de **mESC 3.307.008**, incluindo os encargos financeiros capitalizados nos investimentos em curso.

Atividades (mESC)	2017	2016
Produção de Eletricidade	2.187.424	-
Produção de Água	128.182	70.500
Distribuição de Água	-	2.036
Distribuição de Eletricidade	32.722	-
Outros	940.160	338.678
Recursos Naturais	14	10.541
Outras Construções	702.510	40.943
Cargas e Transportes	-	8.646
Administrativos	1.842	3.747
Outros Ativos tangíveis	117.769	80.197
Outros Ativos intangíveis	118.025	194.604
Total	3.288.488	411.214

Regista-se um aumento de mESC 2.895.794 relativamente ao realizado em 2016, ano em que se registaram mESC 411.214 em investimentos, devido aos financiamentos realizados na produção de eletricidade (PE) que absorveram aproximadamente 32,1% dos investimentos realizados, sendo de 3,9% na produção

de água (PA), 1,0% na distribuição de eletricidade (DE) e ainda 63,0% noutros setores (OT).



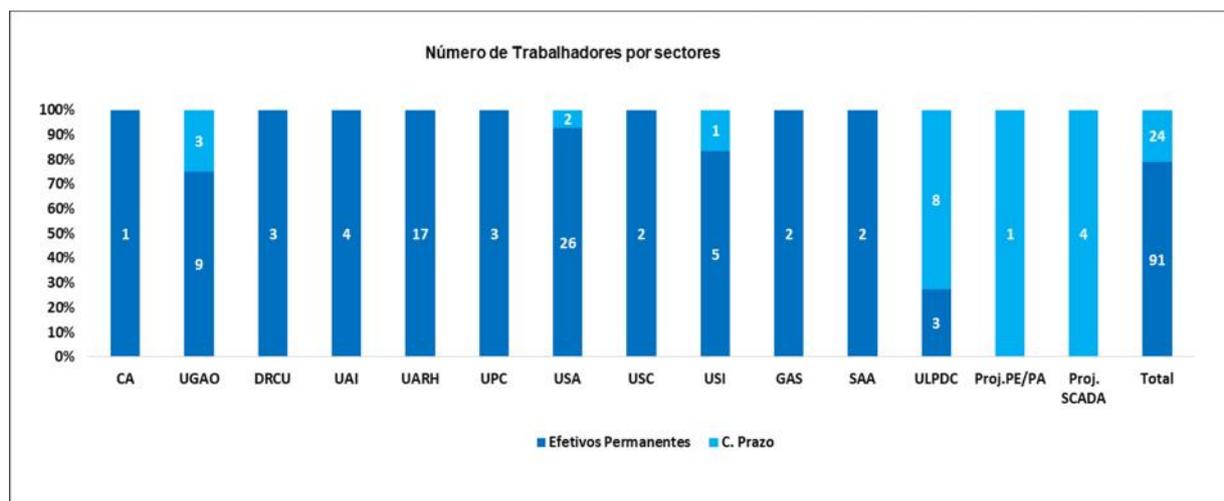
Quadro 13 – Investimentos Concluídos e em Curso

Projetos Concluídos	
Produção de Energia	→ Projeto de uma nova Oficina e Armazém – Central do Lazareto, Ilha de S. Vicente;
	→ Projeto de reforço da capacidade de Produção de Eletricidade na Ilha do Sal, instalação de 2 (dois) grupos eletrogéneos Diesel, de 2000 kVA, cada, incluindo todos os auxiliares elétricos e mecânicos, para a Central de Palmeira.
Produção de Água	→ Projeto de Reforço da Capacidade de Produção de Água Dessalinizada na Ilha do Sal, instalação de uma unidade dessalinizadora de 1.200 m3 de capacidade de produção diária, incluindo todos os auxiliares elétricos e mecânicos, para a Central de Palmeira.
Distribuição de Energia	→ Projeto de desenvolvimento dos sistemas de transporte de energia em Santo Antão, Fogo, S. Nicolau e Boa Vista (ORET – Lot II), instalação de redes de transporte e distribuição de eletricidade em MT, nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Boavista.
Projetos em Curso	
Produção de Energia	→ Projeto Reforço e otimização do sistema de energia elétrica da Ilha do Sal, financiado pela AFD, extensão do sistema de produção de energia elétrica da ilha do Sal, através da construção de uma Nova Central a Diesel à Fuel Pesado (HFO), equipada com 4 (quatro) grupos com uma potência nominal de 3,8 MW, cada, totalizando 15,2 MW, nas instalações da ELECTRA, em Palmeira;
	→ Contrato de Manutenção dos Grupos Eletrogéneos MAN 8L21/31 – Centrais Termoelétricas de Santo Antão e da Ilha do Fogo;
	→ Contrato de Manutenção dos Grupos Eletrogéneos WARTSILA 12V46, de 11 MW, cada, da Central Termoelétrica do Palmarejo, Ilha de Santiago;
	→ Contrato de Manutenção dos Grupos Eletrogéneos WARTSILA 12V32, de 5,5 MW, cada, da Central Termoelétrica do Lazareto, Ilha de S. Vicente.
Produção de Água	→ Projeto das novas Unidades de Dessalinização para S. Vicente e Sal, financiado pela AFD, conceção e instalação de duas novas Centrais Dessalinizadoras de água do mar, para produção de água potável pelo processo de osmose inversa, nas ilhas de São Vicente e Sal e sistema de captação e bombagem de água do mar para alimentação do sistema de dessalinização;
	→ Projeto de Reforço da Capacidade de Produção de Água Dessalinização na Ilha do Sal.
Distribuição de Energia	→ Projeto de desenvolvimento dos sistemas de transporte e distribuição de energia elétrica em 6 ilhas, Santo Antão, S. Vicente, Sal, Maio Santiago e Fogo (projeto JICA II);
	→ Projeto SCADA: “Design, Supply, Installation, Testing And Maintenance Of SCADA/EMS/DMS System”.

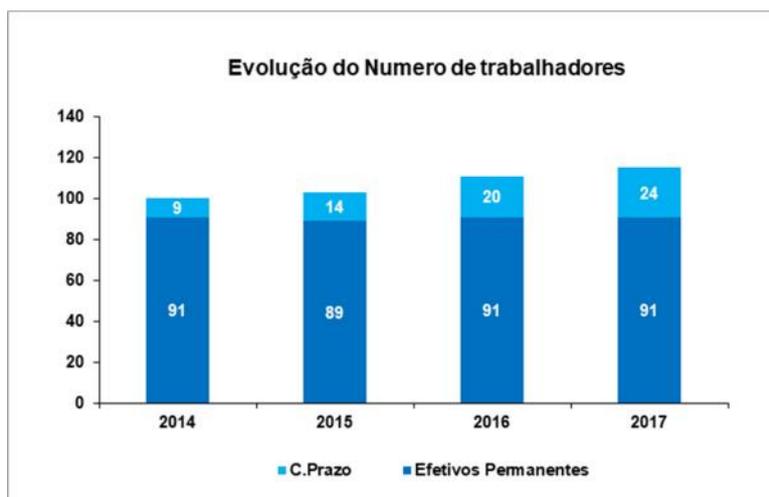
7. RECURSOS HUMANOS

Distribuição dos trabalhadores por setor a 31/12/2017

Em 31/12/2017, a ELECTRA, SA tinha **115 trabalhadores**, sendo 91 efetivos permanentes e 24 contratados a prazo, distribuídos conforme o gráfico a seguir:



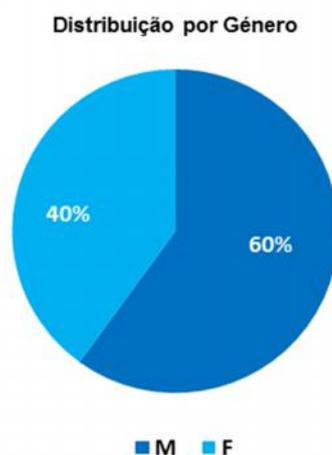
O número de trabalhadores do quadro permanente não sofreu alteração em relação ao ano anterior, enquanto o número de contratados a prazo aumentou em relação a 31/12/16 (a empresa tinha 20 contratados a prazo em 2016).



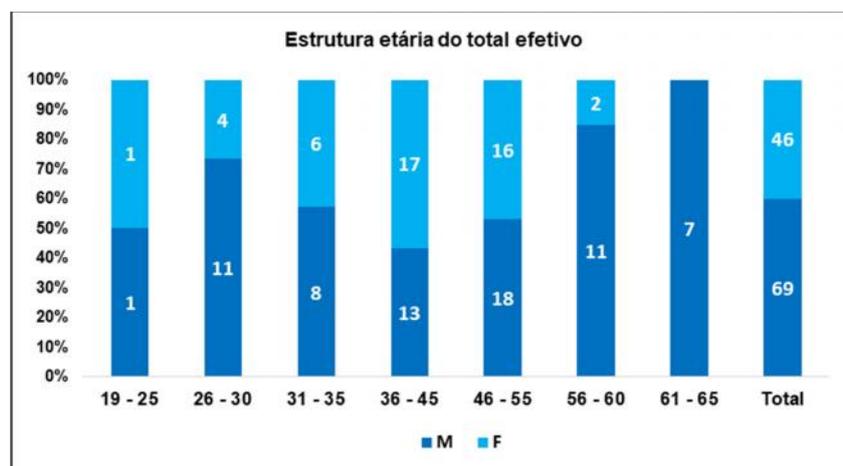
Registou-se um aumento de 4 trabalhadores em relação a 31/12/16 e os contratos a prazo representaram 20,87% do efetivo total.

Estrutura etária e por sexo do efetivo total, a 31/12/17

Em 31/12/17 a Electra SA tinha 69 homens (60,00% do efetivo total) e 46 mulheres (40,00% do efetivo total).



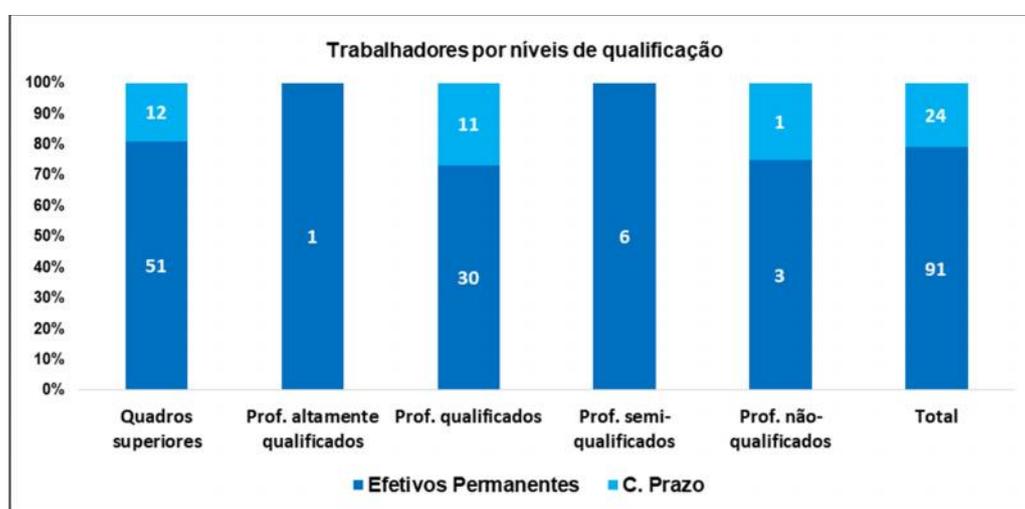
A Empresa tinha em 31/12/2017 uma população jovem, sendo a maioria (64 colaboradores) nas faixas de e 36- 55 anos de idade.



- ➔ O nível etário médio foi de 43,80 (em 31/12/16 foi de 43,07).
- ➔ O leque etário foi de 2,95, registando-se um aumento em relação a 31/12/16.
- ➔ O nível de antiguidade médio do efetivo total foi de 15,70.

Distribuição dos trabalhadores por níveis de qualificação

Quadros Superiores é o nível de qualificação com maior número de trabalhadores, representando 54,78%, tendo sofrido um aumento de 6 trabalhadores em relação ao ano anterior. Quanto aos Profissionais Qualificados, representaram 35,65% dos trabalhadores da Empresa em 3/12/2017. O número diminuiu de 3 trabalhadores em relação ao ano anterior. O nº de trabalhadores Semiquualificados não sofreu alteração.



Entradas e saídas de Pessoal Efetivo

- ➔ Não foram admitidos trabalhadores diretamente para o quadro permanente;
- ➔ Foram admitidos 26 trabalhadores, com contrato a prazo para projetos;
- ➔ Transferência interna de 2 trabalhadores para Electra SA;
- ➔ Registou-se uma saída do quadro permanente, por motivo de reforma por idade.
- ➔ Registou-se o reingresso de um trabalhador que se encontrava dispensado para exercício de cargo público;
- ➔ Transitaram do ano anterior, 20 contratados a prazo;

- Registaram-se 22 saídas de contratados a prazo, por caducidade de contrato;

Absentismo

A taxa de absentismo foi de 4,65%, tendo aumentado em 0,52% em relação ao ano anterior.

Leque Salarial

O leque salarial ilícido foi de 4,62 e o líquido 3,94.

Aspetos Sociais

A empresa continuou a garantir aos trabalhadores e familiares de S. Vicente, a assistência médica e de enfermagem e para os trabalhadores de Santiago e Sal, assistência médica.

Formação

Foram realizadas 10 ações de formações, sendo uma interna e 9 externas.

Formação	2017			2016		
	Internas	Externas	Total	Internas	Externas	Total
NºFormação	1	9	10	4	8	12
Horas	40	2378	2418	610	604	1214
Participantes	2	29	31	11	24	35

Estágios na Electra

Em 2017 a Empresa tinha 3 estagiários (estágio não remunerado) que foram admitidos no ano em referência.

Relações de Trabalho

Em 31 de Dezembro a Electra, SA tinha 30 trabalhadores sindicalizados. O número diminuiu de 4 trabalhadores em relação ao ano anterior.

A taxa de sindicalização foi de 26,09% e diminuiu 4,54% em relação ao ano anterior.

8. INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As contas de 2017 foram preparadas e estão apresentadas em conformidade ao Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-lei nº 5/2008, que entrou em vigor desde 1 de janeiro de 2009. Por outro lado, foram observadas as alterações havidas no Orçamento do Estado para o referido exercício no que se refere a matéria fiscal e regulação do sector de água e eletricidade.

Desempenho económico

A contribuição da Sociedade para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país, obtida a partir do Valor Acrescentado Bruto (VAB) foi, em 2017, de mESC 1.953.574, assinalando-se uma redução de 18,8% em relação ao período anterior, com um registo de mESC 2.406.041.

Via aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a Electra, SA incorpora os resultados das participadas Electra Norte e Electra Sul, conforme se descreve no quadro seguinte (2014-2017):

Resultados Líquidos	2017	2016	2015	2014
Electra Norte	314.087	168.699	345.558	58.549
Electra Sul	- 1.139.971	- 929.303	- 824.130	- 1.146.346

O **resultado líquido do período** atingiu a cifra de mESC **847.673 negativos**, representando uma deterioração dos mesmos em mESC 676.016, comparativamente ao período anterior, cujo montante foi de mESC 171.657 negativos. De realçar o impacto nas contas de 2017, do reconhecimento dos resultados negativos da Electra Sul, pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), por via de registo de perdas por imparidade dessa subsidiária, em mESC 1.139.971.

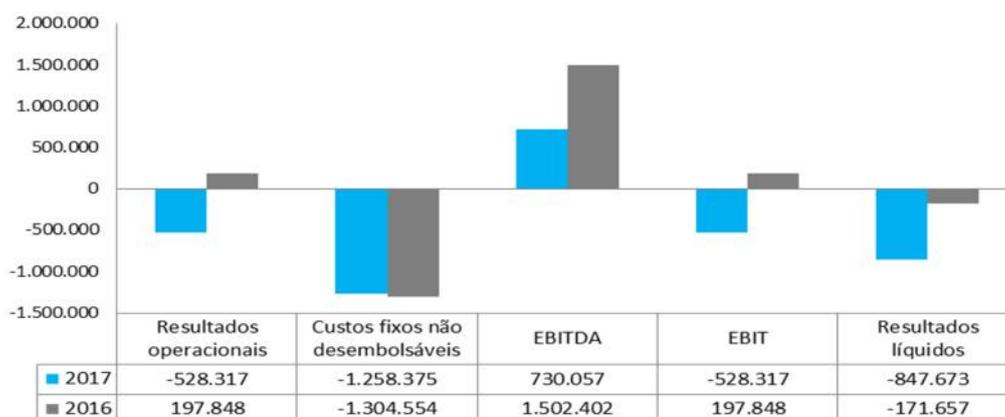
Adicionalmente, para análise dos resultados de 2017, há a referir o comportamento do réditio de vendas e de serviços prestados e os gastos incorridos nas transações entre as empresas do grupo. Por outro lado, o registo dos ganhos nas associadas Electra Norte e Cabeólica resultou no aumento dos resultados líquidos da Sociedade, em mESC 314.087 e mESC 6.670, respetivamente.

O quadro a seguir apresenta-nos a estrutura do desempenho económico da Electra, SA, nos últimos dois anos, com informação comparativa do ano anterior, tendo como referencial o SNCRF.

Demonstração de resultados funcional do exercício, em milhares de CVE

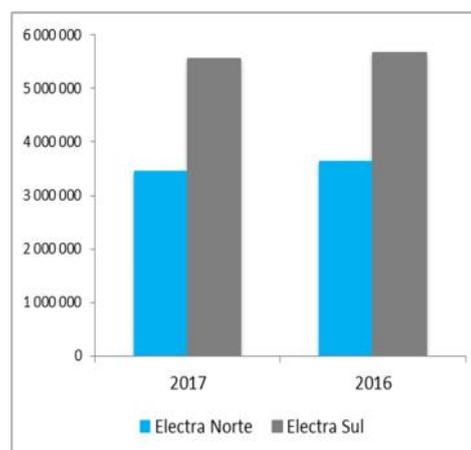
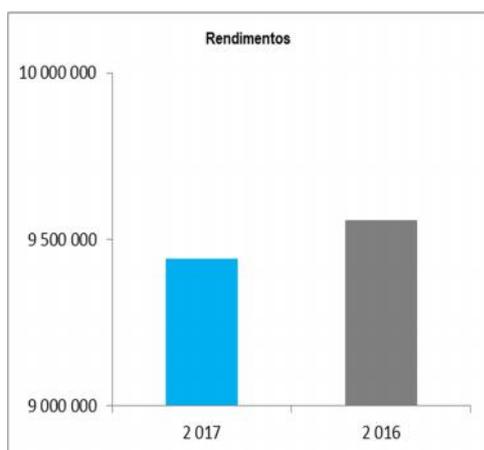
Rubricas	Ano		Variação	
	2.017	2.016	Valor	%
Volume de negócios	8.994.121	9.284.905	-290.784	-3,1%
Outros rendimentos operacionais	320.757	174.119	146.638	84,2%
Total dos rendimentos operacionais	9.314.878	9.459.024	-144.146	-1,5%
Gastos com inventários vendidos e consumidos	-7.004.627	-6.630.020	-374.607	-5,7%
Sub - total	-7.004.627	-6.630.020	-374.607	-5,7%
Margem bruta	2.310.251	2.829.004	-518.753	-18,3%
"Custos" fixos desembolsáveis	-559.892	-624.760	64.867	10,4%
"Custos" fixos não desembolsáveis	-2.237.224	-2.029.786	-207.437	-10,2%
Sub - total	-2.797.116	-2.654.546	-142.570	-5,4%
Outros rendimentos	64.614	98.865	-34.251	-34,6%
Outros gastos	-106.066	-75.475	-30.591	-40,5%
Resultados operacionais	-528.317	197.848	-726.165	-367,0%
Rendimentos financeiros	4.087	10.150	-6.063	-59,7%
Gastos financeiros	-323.443	-379.655	56.212	14,8%
Resultados financeiros	-319.356	-369.505	50.149	13,6%
Resultados antes de impostos	-847.673	-171.657	-676.016	-393,8%
Resultados líquidos	-847.673	-171.657	-676.016	-393,8%
Resultados por acção	-535	-108	-426	-393,8%

Em 2017, o EBITDA situou-se em mESC 730.057, registando-se uma redução significativa de 51,4% face ao exercício de 2016, conforme espelha o gráfico de evolução dos resultados.



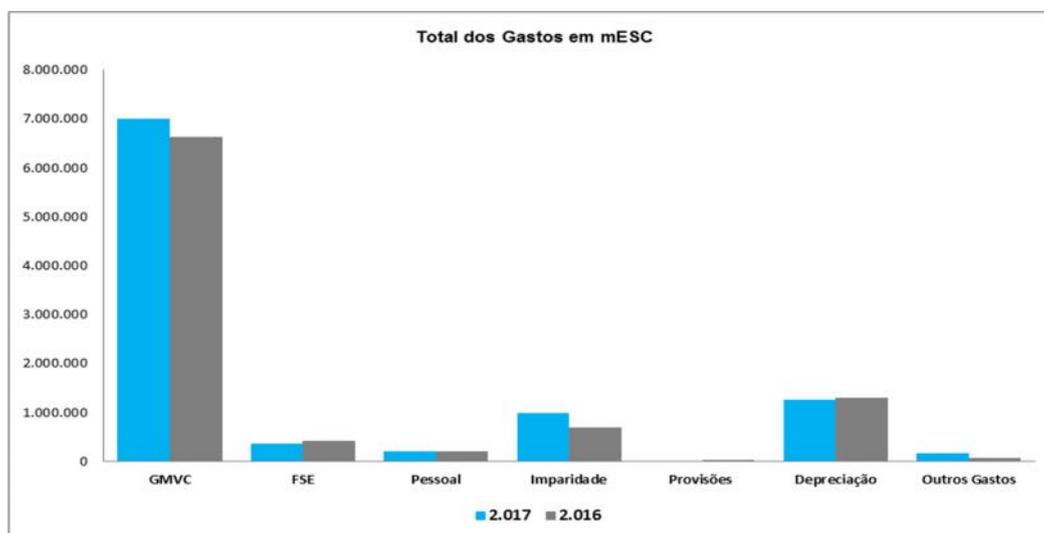
Rendimentos

Os rendimentos operacionais acrescidos aos outros rendimentos e ganhos não financeiros atingiram o valor de **mESC 9.379.492**, resultando numa diminuição de 1,9% em relação ao ano comparativo, justificado essencialmente pela variação dos preços de produção, com impacto no cálculo do preço de venda por atacado contratualizado entre as empresas do grupo.



Gastos

Os gastos operacionais ajustados aos outros gastos e perdas não financeiros atingiram o montante de mESC 9.907.809, registando-se um aumento de 5,9% comparativamente ao período anterior, justificado, essencialmente, pelo ajustamento na rubrica imparidades de dívidas a receber da Electra Sul e aumento dos outros gastos operacionais, conforme gráfico a seguir apresentado:



Na rubrica de gastos com mercadorias vendidas e consumidas (GMVC), importa realçar o efeito (i) do aumento dos serviços de produção de energia e água faturados pela Electra Norte e Electra Sul, que se fixaram em mESC 5.478.768, representado 78,2%, (ii) das compras de energia em mESC 1.074.511, correspondente a 15,3% e (iii) dos gastos de materiais diversos em mESC 447.345, representando 6,4%.

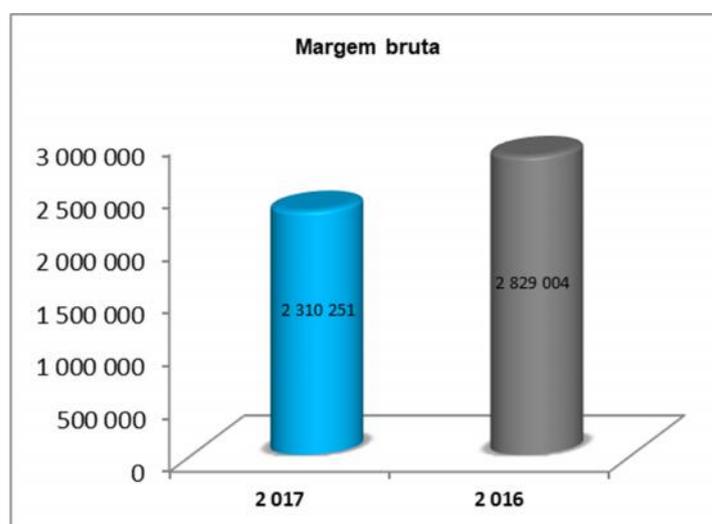
Os fornecimentos e serviços externos reduziram em mESC 66.286, em relação ao ano anterior.

As perdas por imparidade agravaram pelo impacto negativo dos prejuízos da Electra Sul, compensadas com a reversão de imparidades de clientes do sistema comercial.

Os outros gastos sofreram um acréscimo de 40,5%, justificado essencialmente pela regularização de registos em contas de projetos.

Os gastos financeiros de financiamento diminuíram 14,8%, tendo atingido mESC 323.443. Esta redução resultou, essencialmente, da antecipação na amortização das prestações vencidas da Obrigação série "D".

A margem bruta estabeleceu-se em mESC 2.310.251, registando-se uma variação negativa de 18,3%, comparativamente a 2016. Essa diminuição deveu-se a variação do preço das transações entre empresas do grupo, da compensação da variação dos preços de combustíveis e da penetração de energia eólica, não tendo sido registado qualquer apoio institucional do Governo.



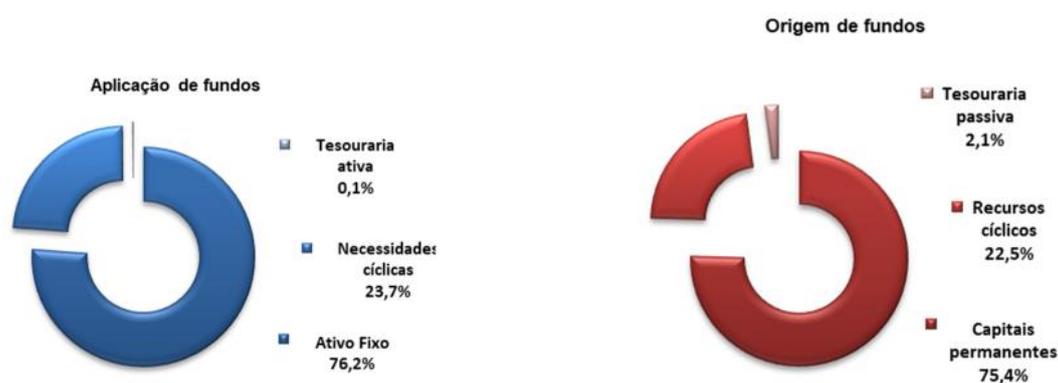
Posição financeira

BALANÇO

Balanço funcional a final do exercício, em milhares de CVE

Rubricas	Ano		Variação	
	2.017	2.016	Valor	%
Activo Fixo	13.843.843	11.811.935	2.031.908	17,2%
Activo fixo tangível e intangível	12.881.154	11.170.003	1.711.151	15,3%
Investimentos financeiros	962.689	641.932	320.757	50,0%
Necessidades cíclicas	4.306.199	3.568.799	737.400	20,7%
Inventários	726.596	704.998	21.598	3,1%
Clientes	3.281.312	2.685.523	595.789	22,2%
Dívidas a receber exploração CP	282.758	163.932	118.826	72,5%
Acrésc e diferimentos exploração	15.533	14.346	1.187	8,3%
Tesouraria activa	26.037	26.678	-641	-2,4%
Disponibilidades	26.037	26.678	-641	-2,4%
Total das aplicações	18.176.079	15.407.412	2.768.667	18,0%
Capitais permanentes	13.697.700	10.121.576	3.576.124	35,3%
Capitais próprios	-3.424.466	-2.576.792	-847.674	-32,9%
Dívidas a pagar MLP	17.122.166	12.698.368	4.423.798	34,8%
Recursos cíclicos	4.098.695	3.449.421	649.274	18,8%
Fornecedores	786.918	762.101	24.817	3,3%
Dívidas a pagar exploração CP	3.184.102	2.537.560	646.541	25,5%
Acrésc e diferimentos exploração	127.676	149.760	-22.084	-14,7%
Tesouraria passiva	379.685	1.836.416	-1.456.731	-79,3%
Empréstimos obtidos CP	379.685	1.836.416	-1.456.731	-79,3%
Total das origens	18.176.079	15.407.412	2.768.667	18,0%

No final do exercício económico de 2017, a Electra, SA apresentava um ativo líquido de mESC 18.176.079, alvo de um aumento na ordem de 18% face ao ano anterior.



Adição de ativos

Em 2017, o ativo fixo tangível e intangível líquidos, que representa 76,2% do total ativo, atingiu mESC 3.252.711, com um aumento de 15,3% comparativamente ao ano transato justificado, essencialmente, pelo reconhecimento em Equipamento básico, de uma Unidade Dessanlizadora Osmose Inversa, com capacidade de produção diária 1200m³, instalada na Central da Palmeira – ilha do Sal, dois grupos eletrogéneos da Caterpillar, com capacidade de produção de 2*2000 KVA, instalados na Central da Palmeira – ilha Sal, grupo eletrogéneo insonorizado da Caterpillar, com capacidade de 810 KVA para Central da ilha da Brava, o Projeto de Reforço da capacidade de Produção e Distribuição de Água Potável nas Ilhas do Sal e São Vicente e o Projeto de Reforço e Otimização do Sistema de Energia Elétrica na Ilha do Sal.

As adições em ativos intangíveis referem-se essencialmente (i) ao Programa de Redução de Perdas e melhoria de Qualidade de Eletricidade (os projetos de cadastro de Ativos, Estudo de seletividade e coordenação das proteções e o Sistema Integrado de Gestão de rede) e (ii) ao Projeto Oret- Lote 2 (Reforço dos sistemas de Distribuição) para as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Boa Vista e Fogo.

Inventários

O saldo desta rubrica aumentou mESC 21.598, e compreende, essencialmente, acessórios para produção, distribuição e comercialização de energia e água.

Dívidas de clientes

O saldo líquido de Clientes, no montante de mESC 3.281.312, agravou em mESC 595.789 relativamente ao ano anterior. Este aumento evidenciou-se, essencialmente, na dívida dos clientes intra grupo (Electra Sul) com o peso de 64,9%, dos clientes do sistema comercial em 22,7% e da AEB e outros clientes em 12,4%.

Os créditos/clientes líquidos de perdas por imparidade do sistema comercial situaram em mESC 745.717 e intra grupo em mESC 2.128.030

Importa referir o impacto das perdas por imparidade acumuladas na redução do saldo da rubrica clientes (i) em mESC 4.421.905 relativas a imparidades acumuladas de dívidas a receber da Electra Sul e (ii) em mESC 2.288.183 imparidades acumuladas de dívidas a receber de clientes do sistema comercial.

Capitais próprios e passivo

Em 2017, os capitais próprios apresentaram um decréscimo de 32,9% face ao ano anterior, justificado, essencialmente, pelo efeito do reconhecimento de perdas por imparidade de dívidas a receber da Electra Sul em sede do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) em mESC 1.139.971 negativos, com impacto direto no resultado líquido do período.

O ativo da empresa continuou a ser financiado totalmente pelo passivo, que totalizava no final do ano mESC 21.600.546, dos quais um passivo não corrente de mESC 17.206.751 e um passivo corrente de mESC 4.393.795. O passivo não corrente, com 79,7% do total, é composto sobretudo pelos empréstimos obrigacionistas, Séries "C", "D" e "E" (contraída em 2017 com o objetivo de reestruturar a dívida e financiar diversos investimentos), e o empréstimo retrocedido do Estado no valor de mESC 12.283.961. O aumento da dívida retrocedida do Estado deveu-se ao reconhecimento do Acordo de retrocessão por contrapartida do Reforço da capacidade de produção de água nas ilhas do Sal e S. Vicente e Reforço da capacidade de produção de eletricidade na ilha do Sal.

O passivo corrente com um peso de 20,3% do total, compreende essencialmente, os empréstimos obrigacionistas, Série "D" e saldos das rubricas fornecedores e outros credores entre as empresas do grupo, ao Estado e créditos bancários.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando que:

1. O resultado líquido do exercício de 2017 é de mESC 847.673 negativos;
2. Nesse resultado estão incluídos mESC 320 757 positivos relacionados com resultados imputáveis às participações financeiras detidas na Electra Norte, Sociedade Unipessoal, SA (mESC 314.087) e na Cabeólica, SA (mESC 6 670), valorizadas segundo o Método de Equivalência Patrimonial;
3. A Electra Norte, Sociedade Unipessoal, SA anunciou a não distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2017;
4. A Cabeólica, SA na sua Assembleia Geral realizada no dia 27 de março de 2018, deliberou distribuir 39% dos resultados líquidos de 2017, cabendo a Electra mESC 2 601, pelo que os resultados não realizados financeiramente ascendem a mESC 4 069;
5. Em resultado do referido em 2., 3. e 4. acima, os resultados não realizados financeiramente ascendem, assim, a mESC 318 156.

Em consequência, o Conselho de Administração decidiu propor à Assembleia Geral que o resultado líquido de 2017 seja aplicado como se segue:

Resultados transitados mESC 1 165 829 negativos

Ajustamentos em ativos financeiros (lucros não atribuídos) mESC 318 156.

São Vicente, 28 de Maio de 2018

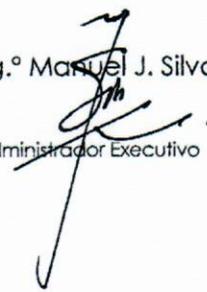
O Conselho de Administração

Dr. Alcindo H. C. Mota



Presidente

Eng.º Manuel J. Silva



Administrador Executivo

Eng.º Francisco Amaro P. Monteiro



Administrador Executivo

10. AÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS PREVISTAS PARA 2018-2020

O princípio determinante para a definição dos objetivos estratégicos, assenta na necessidade de se assegurar, de forma sustentável, no curto e no médio/longo prazo: (i) a melhoria da qualidade global; (ii) a promoção e alinhamento das competências com a estratégia e (iii) a melhoria e consolidação da autonomia financeira da empresa.

(i) Melhoria da qualidade global

Na ótica de orientação pela sustentabilidade, prevê-se a otimização de processos e procedimentos, a melhoria dos suportes de operação, de gestão e de apoio à decisão, ancorados numa atenção especial à área de Sistemas de Informação. É nesta perspetiva que enquadra-se a introdução, no decurso do ano de 2018, de um novo Sistema de Gestão Comercial.

Nesta mesma ótica, será estruturado um Plano de Comunicação, abordando as componentes interna e externa à organização, com forte ênfase na melhoria substancial da relação com o Cliente.

Assim, continuar-se-ão a introduzir, a todos os níveis da atividade da empresa, melhorias nos procedimentos que se traduzam em reflexos positivos na eficiência e na qualidade do serviço percecionado pelos clientes, consubstanciado nas seguintes ações: (i) Desenho de um plano estratégico que contempla investimentos estruturantes a serem realizados, no período 2018-2020, de aproximadamente 12,8 milhões de contos; (ii) Conclusão do projeto em curso, SCADA/EMS/DMS, ao nível da qualidade e otimização de serviços; (iii) Reforço de 10 MW de energia renovável (solar) na ilha de Santiago; (iv) Redução das perdas técnicas e não técnicas na distribuição de eletricidade na ordem de 3,1 pontos percentuais por ano, prevendo-se passar dos atuais 25,7% para 16,2% em 2020; (v) Redução das perdas técnicas e não técnicas na distribuição de água, nas ilhas de São Vicente e Sal, na ordem de 3,3 pontos percentuais por ano, prevendo-se passar dos atuais 32,6% para 22,5% em 2020. Relativamente ao negócio de venda de água em alta (Cidade da Praia), perspetivam-se níveis de perda em torno de 2%; (vi) Introdução do consumo de Fuel 380 nas Centrais elétricas de Santiago e Sal, Fuel 180 nas Centrais de Santo Antão e Fogo; (vii) Reforço e consolidação da Unidade de Combate a Perdas não Técnicas,

Furto e Fraude de Eletricidade e Água, e Recuperação de Dívidas. Neste âmbito, visando uma maior eficácia das ações, prevê-se igualmente, a sensibilização e o amplo engajamento de todos os *stakeholders*; (viii) Eficiência dos sistemas de produção de eletricidade. Os indicadores da qualidade de serviço (SAIFI – System Average Interruption Frequency Index e SAIDI – System Average Interruption Duration Index) medidos em 2017 deverão ser melhorados no triénio 2018 – 2020.

(ii) Promoção e alinhamento das competências com a estratégia

A concretização dos objetivos estratégicos e operacionais depende grandemente do conhecimento e envolvimento dos Colaboradores. Para promover e alinhar as competências com a estratégia, é necessário contar com o firme engajamento de todos os Colaboradores enquanto elementos determinantes na criação de valor.

Assim sendo, a política de Gestão dos Recursos Humanos (RH) será orientada para a promoção do mérito e a contínua valorização do capital humano, adequando-o aos desafios que se colocam à empresa. Para tal, elencam-se, entre outras, as seguintes ações: (i) Recurso à consultoria externa, visando a avaliação/revisão dos vários instrumentos de gestão de RH; (ii) Definição de Planos de Formação nas áreas técnicas, comportamentais e de gestão; (iii) Promoção da polivalência e de mobilidade interna; (iv) Definição de um Programa de Pré-Reforma e Desvinculação Contratual por Mútuo Acordo.

(iii) Melhoria e consolidação da autonomia financeira da empresa

As várias ações convergentes, no sentido de eficiência operacional, irão acelerar o ritmo de recuperação.

No horizonte de 2018-2020, prevê-se um crescimento médio anual das vendas de eletricidade a nível nacional, na ordem dos 7%.

Para a água, estima-se uma taxa de crescimento anual de 6,7% para as ilhas de São Vicente e Sal. Relativamente ao negócio de venda de água em alta (Cidade da Praia), perspetiva-se um crescimento médio anual de vendas em torno de 17,8%.

Os Resultados Líquidos da empresa Electra, SA, com aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, isto é, já capturado o efeito dos Resultados Líquidos das

participadas, Electra Norte e Electra Sul, espelham uma evolução positiva no decurso 2017-2020.

Um outro grande objetivo é melhorar e consolidar a Autonomia Financeira, através do controlo dos custos e da melhoria da estrutura financeira. Considera-se essencial promover o acréscimo dos níveis de produtividade, otimizar os resultados e o cash-flow operacional (EBITDA), assim como a redução dos níveis de endividamento.

Em matéria da gestão da carteira de crédito de clientes, perspetiva-se: (i) Taxa de eficácia de cobranças de 102% em 2018 e incremento de 1 (um) ponto percentual nos anos seguintes; (ii) Negociação de acordos de pagamento de dívidas vencidas de Clientes com peso relevante na carteira de crédito, nomeadamente: AdS - Águas de Santiago, AEB – Água e Eletricidade da Boavista, Instituições do Estado, as Autarquias, entre outros; (iii) Introdução de uma maior agressividade na planificação das ações de cortes de fornecimento de eletricidade e água; (iv) garantir uma adequada monitorização e arrecadação das receitas (reforço de controlo interno); (v) Substituição de mais de 30.000 contadores pós-pago, visando a resolução de anomalias de contagem/faturação; (vi) Massificação de instalação de contadores pré-pagos com a instalação de 15.000 a 20.000 contadores entre 2018-2020, com destaque na migração de contrato pós-pago das instituições do Estado para o sistema pré-pago. Prevê-se, igualmente, o reforço dos mecanismos de supervisão; (vii) Implementação do Projeto Revenue Protection, permitindo a monitorização permanente de cerca de 1,2% da carteira de Clientes representativo de aproximadamente 50% da faturação da empresa.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2017

ELECTRA - EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA
Sede: Mindelo - Cabo Verde
NIF: 200486616

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de escudos)

RUBRICAS	Data de referência		
		31-12-2017	31-12-2016
	Notas	Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3		
Terrenos e recursos naturais		204 597	204 583
Edifícios e outras construções		2 156 423	1 605 453
Equipamento básico		8 629 982	7 297 991
Equipamento de transporte		21 879	38 856
Equipamento administrativo		9 360	2 024
Outros activos fixos tangíveis		283 122	178 511
Activos intangíveis	4	1 575 791	1 842 585
Participações Financeiras- metodo Equivalência Patrimonial	5	962 689	641 932
Total do activo não corrente		13 843 842	11 811 935
Activo corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6	726 596	704 998
Clientes	7	3 281 312	2 685 523
Adiantamentos a fornecedores	8	17 147	19 066
Outras contas a receber	9	265 611	144 866
Diferimentos	10	15 533	14 346
Caixa e depósitos bancários	11	26 037	26 678
Total do activo corrente		4 332 236	3 595 477
Total do activo		18 176 079	15 407 412
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	12		
Capital realizado		1 585 262	1 585 262
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		263 220	263 220
Prémios de emissão		981 478	981 478
Reservas legais		52 220	52 220
Outras reservas		1 817 020	1 817 020
Excedente de revalorização		54 803	54 803
Ajustamentos em activos financeiros		523 243	-
Resultados transitados		(7 854 038)	(7 159 138)
Resultado líquido do período		(847 673)	(171 657)
Total do capital próprio		(3 424 466)	(2 576 793)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	13	84 585	98 020
Financiamentos obtidos	14	17 122 166	12 698 368
Total do passivo não corrente		17 206 751	12 796 388
Passivo corrente			
Fornecedores	15	786 918	762 101
Estado e outros entes públicos	16	1 123 280	824 055
Financiamentos obtidos	14	379 685	1 836 416
Outras contas a pagar	17	1 976 236	1 615 485
Diferimentos	18	127 676	149 760
Total do passivo corrente		4 393 795	5 187 817
Total do passivo		21 600 546	17 984 205
Total do capital próprio e do passivo		18 176 079	15 407 412

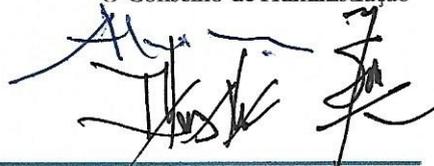
O Contabilista Certificado



O Diretor Financeiro



O Conselho de Administração



ELECTRA - EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA
Sede: Mindelo - Cabo Verde
NIF: 200486616

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E
01 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
	2017		2016
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços	19	8 994 121	9 284 905
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5	320 757	174 119
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	(7 004 627)	(6 630 020)
Resultado operacional bruto		2 310 251	2 829 004
Fornecimentos e serviços externos	20	(356 677)	(422 963)
Valor acrescentado bruto		1 953 574	2 406 041
Gastos com o pessoal	21	(203 216)	(201 797)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	(983 622)	(698 628)
Provisões (aumentos/reduções)	13	4 773	(26 604)
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	22	64 614	98 865
Outros gastos e perdas	23	(106 066)	(75 475)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		730 057	1 502 402
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	24	(1 258 375)	(1 304 554)
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis			
Resultado operacional		(528 317)	197 848
Juros e ganhos similares Obtidos	25	4 087	10 150
Juros e perdas similares suportados	26	(323 443)	(379 655)
Resultado antes de impostos		(847 673)	(171 657)
Imposto sobre o rendimento do período	27	-	-
Resultado líquido do período		(847 673)	(171 657)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(847 673)	(171 657)
Resultado por acção básico	28	(864)	(175)

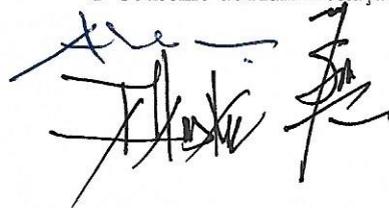
O Contabilista Certificado



O Diretor Financeiro



O Conselho de Administração



ELECTRA - EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA
Sede: Mindelo - Cabo Verde
NIF: 200486616

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

**PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E
01 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
		2017	2016
	Notas	Valores	Valores
Método Directo			
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		8 763 828	10 338 742
Pagamentos a fornecedores		(8 415 883)	(8 039 433)
Pagamentos ao pessoal		(176 355)	(178 503)
Caixa gerada pelas operações		171 590	2 120 806
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	11	376 170	(1 487 816)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		547 761	632 990
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			
Outros activos		(3 255 066)	(262 737)
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(3 255 066)	(262 737)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4 784 573	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 817 505)	(99 910)
Juros e gastos similares		(260 438)	(273 986)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		2 706 629	(373 896)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		(675)	(3 643)
Efeito das diferenças de câmbio			
		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		26 678	30 320
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
	11	26 003	26 678

Nota: Visando uma melhor apresentação da Demonstração de Fluxos de Caixa, foram considerados como fluxos de caixa os encontros de contas efetuados com as participadas (ver Notas 7 e 17) e com o Estado de Cabo Verde (ver Nota 7), bem como as operações que, apesar de não passarem por contas bancárias da Empresa (ver Notas 7, 11 e 14), mas que, em substância, são geradoras de fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado



O Diretor Financeiro



O Conselho de Administração



ELECTRA - EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SARL
Sede: Mindelo - Cabo Verde
NIF: 200486816

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
E 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

DISCRICAO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital									
		Capital realizado	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	1 585 262	263 220	981 478	11 293	1 817 020	54 803	-	(7 681 622)	563 411	(2 405 135)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	12	-	-	-	-	-	-	-	-	(171 657)	(171 657)
Resultado líquido do período	2	-	-	-	-	-	-	-	-	(171 657)	(171 657)
OPERAÇÕES COM DEBENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados do exercício anterior	4	-	-	-	40 926	-	-	-	522 485	(563 411)	-
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2016	4	1 585 262	263 220	981 478	52 219	1 817 020	54 803	-	(7 159 137)	(563 411)	(2 576 792)
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1+2+3+4	1 585 262	263 220	981 478	52 219	1 817 020	54 803	-	(7 159 138)	(171 657)	(2 576 793)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	(847 673)	(847 673)
Resultado líquido do período	2	-	-	-	-	-	-	-	-	(847 673)	(847 673)
OPERAÇÕES COM DEBENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados do exercício anterior	4	-	-	-	-	-	-	-	523 243	(694 900)	171 657
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2017	1+2+3+4	1 585 262	263 220	981 478	52 219	1 817 020	54 803	523 243	(7 854 038)	(847 673)	(3 424 456)

O Contabilista Certificado



O Diretor Financeiro



O Conselho de Administração



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A ELECTRA - Empresa de Eletricidade e Água, SA (adiante designada por ELECTRA ou Sociedade) foi criada pelo Decreto-Lei nº 37/82, de 17 de abril, como uma Empresa Pública, tendo sido, pelo Decreto-Lei nº 68/98, de 31 de dezembro, transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada. O capital social da Sociedade ascende a mESC 1 585 262, tendo o Estado uma participação de 77,731%, o INPS 16,592% e o conjunto de municípios 5,677%.

O objeto social da ELECTRA, definido pelos seus Estatutos, consiste na produção, transporte e distribuição e venda de água e eletricidade, bem como na recolha e o tratamento para reutilização de águas residuais, em todo o território nacional, podendo ainda dedicar-se a outras atividades relacionadas com o seu objeto social.

Até 30 de junho de 2013 a Sociedade exerceu a atividade de produção, transporte e distribuição e venda de eletricidade e água, assim como a recolha e tratamento de águas residuais para reutilização, ao abrigo, respetivamente, dos Decretos-Lei nº 54/99, de 30 de agosto, e nº 75/99, de 30 de dezembro, os quais referem que após a privatização da Sociedade esta obterá licença automática para continuar a prestar os serviços regulados nos diplomas referidos. No dia 24 de maio de 2002, o Estado de Cabo Verde e a Electra assinaram o Contrato Geral de Concessão de Transporte e Distribuição de Energia Elétrica e Água e de Recolha e Tratamento de Águas Residuais para Reutilização ("Contrato Geral"), nos termos do qual o prazo de concessão foi fixado em 36 anos, podendo o mesmo ser renovado ou prorrogado por períodos mínimos de 18 anos, a contar a partir de janeiro de 2000. O prazo a partir do qual o Estado de Cabo Verde pode, se justificado por motivos de interesse público, resgatar a concessão foi fixado em, pelo menos, 18 anos, tendo a Electra direito a uma indemnização igual ao valor de mercado da concessão na data do resgate, sem prejuízo de eventual indemnização por perdas e danos

causados. A licença relativa à atividade de produção através dos centros produtores atualmente existentes foi concedida à Sociedade, no âmbito das Leis da Eletricidade e Água.

Após o terceiro ano de gestão privada, o Estado de Cabo Verde pode autorizar o estabelecimento em território nacional de outros operadores no domínio da produção de eletricidade.

Com a assinatura dos acordos de transferência dos sistemas de produção e distribuição de eletricidade e água dos Municípios, a ELECTRA passou a assumir as atividades anteriormente exercidas por catorze Municípios, tendo integrado na sua estrutura o pessoal, o ativo imobilizado e, em alguns casos, as existências e os direitos e obrigações que pertenciam àqueles Municípios e afetas às atividades integradas. Contrariamente ao inicialmente previsto, a integração do serviço de recolha e tratamento de águas residuais de S. Vicente ainda não ocorreu.

A Sociedade conta atualmente com Delegações em todas as ilhas habitadas do país, com exceção da Boa vista e tem a sua Sede na Rua Baltazar Lopes da Silva, n.º 10 -1º, na cidade do Mindelo (S. Vicente).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2010, de 16 de abril, alterada pela Resolução n.º 26/2011, de 8 de agosto, marcou o arranque efetivo do processo de reestruturação da ELECTRA, com a criação de duas filiais, respetivamente, a Electra Sul – Sociedade Unipessoal, S.A., com sede na Praia, e Electra Norte, Sociedade Unipessoal, S.A., com sede em São Vicente, com jurisdição sobre as ilhas de Sotavento e de Barlavento, exceto na Boavista, que já beneficia de solução própria. A operacionalização destas filiais ocorreu em 1 de julho de 2013.

Nos termos das Resoluções antes referidas, a Electra SA transmitiu para a Electra Sul e para a Electra Norte o estabelecimento de exploração de transporte e distribuição de energia elétrica e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização, através de Contratos de Subconcessão. Complementarmente, as partes celebraram Contratos de Cedência do Estabelecimento de Exploração de Produção, nos termos dos quais é transferida para as duas filiais o estabelecimento de exploração de produção de energia

elétrica e água dessalinizada e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização.

Relativamente à ilha da Boavista, em setembro de 2010 a Electra celebrou com a sociedade AEB - Águas e Energia da Boavista, S.A. um contrato, tendo por objeto a subconcessão dos serviços relativos ao transporte e distribuição de energia elétrica e água nessa ilha, autorizada pelo Decreto-lei n.º 26/2008, de 1 de setembro, transferindo para a Subconcessionária AEB os direitos e obrigações de que é titular a Concessionária, conforme o Contrato Geral.

Contudo, até a data da emissão destas contas, o contrato de subconcessão não tinha entrado em vigor, não obstante um enorme esforço de gestão e financeiro despendido pela Electra, pelo facto de a Concessionária não consentir com um Caso Base apresentado pela Subconcessionária, por falta de clareza e de uma discussão alargada, e também da exigência na cláusula 52ª do contrato, da aprovação pela Entidade Reguladora do Sector de um tarifário específico de venda de energia elétrica e água que seja consentâneo com o referido Caso Base que, a existir, representará uma derrogação do princípio de solidariedade nacional, na fixação de tarifas de eletricidade.

Entretanto, a Electra cessou toda a sua atividade na Ilha, ficando simplesmente como acionista da AEB, cuja participação no capital social equivalente a 10% se previa que fosse realizada em 2012, em espécie, com base no património ativo, afeto à produção e à comercialização, o que não aconteceu. Esses ativos foram alvo de um processo de atualização e de re-mensuração, com inclusão de itens antes omissos na escrita, revalorização e reconhecimento de perdas por imparidade. Procedeu-se à desvinculação coletiva dos trabalhadores e prevê-se a cessão de bens postos em concessão pela Concessionária, cujos custos, por força de um Protocolo de Intenções assinado entre o Estado, a Electra, a SDTIBM, a BUCAN e a Cassa, a 25 de janeiro de 2008, deverão merecer uma indemnização do Estado.

Nos termos da Resolução n.º 96/2016 de 16 de setembro de 2016 e do Decreto-Lei n.º 59/2016 do 14 de novembro, foram criadas as condições para se proceder à transferência da titularidade dos serviços de distribuição de água e saneamento para o Município da Praia e respetiva delegação dos referidos serviços à Águas de

Santiago (AdS), ficando salvaguardado o direito da Sociedade, a uma compensação por eventuais prejuízos resultantes da cessação antecipada pelo Estado de parte da concessão dos serviços de água e saneamento. Complementarmente, a Electra Sul e a AdS celebraram o Contrato de compra e venda de água dessalinizada, nos termos do qual a primeira obriga-se a fornecer a segunda, em condições normais de adução, água dessalinizada destinada ao abastecimento do Concelho da Praia, sendo a tarifa fixada pela Agência de Regulação Económica (ARE) (ver Notas 4 e 9).

NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para distribuição em 28 de maio de 2018.

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Ativos fixos tangíveis e depreciações e ativos intangíveis e amortizações

(i) Ativos de propriedade da Sociedade

Os ativos fixos tangíveis encontram-se expressos ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de fatura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade (ver Notas 1.2 e 3), sendo acrescidos os respetivos encargos financeiros durante o período de construção/instalação.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Sociedade e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Os custos com o desmantelamento dos bens no final da sua vida útil, a haver, não assumem valores significativos.

No âmbito dos Contratos de Cedência do Estabelecimento de Exploração de Produção celebrados entre as partes, a Sociedade disponibilizou às suas subsidiárias os ativos (equipamentos e instalações) afetos à produção de eletricidade e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização.

Depreciações

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou reavaliação pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções	2,5% - 12,5%
Equipamento básico	5% - 25%
Equipamento de transporte	12,5%
Equipamento administrativo	8,33% - 25%
Outros ativos fixos tangíveis	8,33% - 25%

Os ativos tangíveis subsidiados por terceiros são depreciados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da Sociedade, sendo o respetivo custo compensado em Proveitos operacionais – Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 23), pela redução dos subsídios registados em Diferimentos (Passivo) (ver Nota 18).

(ii) Ativos afetos à concessão e amortizações

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 76/98, de 31 de dezembro, e do contrato assinado pelas partes em maio de 2002, a concessão à Sociedade da

distribuição de energia elétrica e água envolve a afetação a essa atividade dos respetivos bens, propriedade do Estado de Cabo Verde.

Sendo as Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standard (IAS)/ International Financial Reporting Standard (IFRS)) subsidiárias do SNCRF, e não havendo no SNCRF normativo relativo ao tratamento das concessões, é aplicado aos ativos da concessão o definido no International Financial Report Interpretation Committee 12 (IFRIC 12).

Com base neste IFRIC, os investimentos afetos à concessão, postos em concessão pelo concedente, não são objeto de registo, e os investimentos afetos à concessão, postos em concessão pela Electra, os quais no final da concessão revertem para o Estado de Cabo Verde, são registados como Ativos Intangíveis (ver Nota 4) pelo valor do investimento efetuado, ao qual não é acrescida qualquer margem, sendo adicionados os respetivos encargos financeiros relativos ao período de construção/instalação.

Os investimentos de expansão (aqueles que provocam um aumento do negócio) são tratados da mesma forma que os investimentos postos em concessão pela Electra. Não são estimados investimentos de substituição da responsabilidade da Electra até ao final da concessão, cujos valores envolvidos não se estimam que sejam significativos.

Através de Contratos de Subconcessão de estabelecimento de exploração de transporte e distribuição de energia elétrica e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização celebrados entre as partes, o transporte e distribuição de energia elétrica e recolha e tratamento de águas residuais, antes efetuados pela Electra SA, passou, em 1 de julho de 2013, a ser efetuado pelas subsidiárias, Electra Norte e Electra Sul. Nesta base, passou a ser responsabilidade das subsidiárias a manutenção operacional dos sistemas associados às redes de transporte e distribuição, bem como a realização de todos os trabalhos necessários para que os referidos sistemas satisfaçam cabal e continuamente o fim a que se destinam.

Amortizações

As amortizações dos bens postos em concessão pela Electra são calculadas sobre os valores de aquisição pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal durante o período da concessão.

A manutenção, reparação e substituição dos bens afetos à concessão são da responsabilidade da Sociedade durante o período do contrato de concessão.

1.2 Imparidade de ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos, quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa).

1.3 Inventários e ajustamentos

Os inventários são constituídos essencialmente por peças de reserva para os equipamentos e materiais diversos.

O custo de aquisição das matérias-primas, subsidiárias e de consumo inclui o preço da fatura do fornecedor acrescido dos gastos adicionais de compra, exceto quanto a uma parte dos inventários que foi, em exercícios anteriores, mensurada com base em avaliações técnicas efetuadas internamente e no custo de reposição.

A água potável em depósitos no final do exercício não é objeto de contabilização, não sendo, contudo, o seu valor significativo.

O método de custeio das saídas de inventários é o Custo Médio Ponderado.

Na ausência de elementos que permitam o cálculo do montante real das perdas de valor em Inventários, por referência a critérios de avaliação técnico-comercial, o

ajustamento de inventário calculado pela Sociedade assume um carácter genérico (ver Nota 6).

No âmbito da reestruturação, a Sociedade continua a ser proprietária dos inventários e a assumir a sua gestão e, mediante requisições, os fornece às subsidiárias, ao preço de custo.

1.4 Investimentos financeiros

Referem-se às participações correspondentes a 3,75% detida na Cabeólica, S.A. e a 100% detidas na Electra Sul, S.A., e na Electra Norte, S.A. A Sociedade exerce influência significativa na primeira, por integrar o Conselho de Administração, e exerce controlo sobre as outras duas, encontrando-se, por isso, as participações valorizadas de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial.

Segundo este método, o investimento é inicialmente registado pelo seu custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor no capital próprio da participada.

Os preceitos contabilísticos vigentes em Cabo Verde não contemplam a preparação e apresentação de contas consolidadas.

1.5 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual ou valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média dos financiamentos da Sociedade, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 7 e 9).

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

A Sociedade utiliza o critério de reconhecer em imparidade 100% dos saldos de clientes vencidos há mais de 12 meses (excluindo Estado e Entidades Publicas).

1.6 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo considerados como caixa e equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1.7 Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.8 Empréstimos Obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação, quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, se aplicável; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.9 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2013 a 2017 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.10 Provisões para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.11 Reconhecimento do rédito

(i) Vendas e prestações de serviços

Os proveitos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço. Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador.

(ii) Subsídios

Os subsídios do Governo só são reconhecidos quando existe segurança que a Sociedade cumprirá as condições a eles associadas e que serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por investimentos efetuados em ativos tangíveis afetos à produção, são registados na rubrica de Diferimentos (passivo) (ver Nota 18) e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado (ver Nota 22).

1.12 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro e risco de liquidez.

(i) Risco cambial

O risco cambial é muito reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, essencialmente, efetuadas as compras ao estrangeiro, sendo as compras em outras moedas de pouca relevância, e (b) as vendas são realizadas em Cabo Verde.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem "swaps" de taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Desde julho de 2013, a Sociedade passou a contar com dois clientes principais, as suas subsidiárias Electra Sul e a Electra Norte, pelo que existe uma forte concentração de risco de crédito. Pela atividade exercida até 30 de junho de 2013, dispõe ainda de valores a receber de consumidores de energia elétrica e água, em relação aos quais se reconhece riscos de crédito.

(iv) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades de fundos através de facilidades de crédito negociadas. Devido à natureza dinâmica dos seus negócios, a Sociedade tem como objetivo uma gestão flexível de fundos através da manutenção das linhas de crédito disponibilizadas pelos bancos.

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos apresenta-se da seguinte forma:

	mESC	
	2017	2016
Activo Corrente	3 572 960	2 857 067
Passivo Corrente	(4 266 119)	(5 038 057)
Fluxos de Caixa das Actividades operacionais	n/d	916 395
	<u>(693 159)</u>	<u>(1 264 595)</u>

O ativo corrente encontra-se deduzido dos Inventários, por admitir-se que parte significativa não será realizável a curto prazo (ver Nota 6), dos Adiantamentos a fornecedores (ver Nota 8) e dos Diferimentos (ver Nota 10). O Passivo corrente encontra-se deduzido dos Diferimentos (ver Nota 18).

Não se encontra disponível (n/d) informação sobre os fluxos de caixa das atividades operacionais para o próximo exercício, sendo, contudo, expectável que venham a atingir valores pouco significativos.

Porque estão previstos investimentos em Ativos fixos tangíveis no próximo exercício, envolvendo valores significativos, e os juros dos financiamentos ascenderão a cerca de mESC 355 000, a Sociedade poderá recorrer a financiamentos para o reforço da sua tesouraria e conclusão do seu plano de investimentos. As necessidades de liquidez em 2017 foram supridas com recurso a financiamentos bancários.

A Sociedade não utiliza derivativos na gestão dos seus riscos operacionais e financeiros, quer para cobertura, quer para negociação (especulação).

1.13 Créditos e débitos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial do Banco de Cabo Verde em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data são reconhecidas nos resultados.

As transações em moeda estrangeira foram efetuadas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110\$265).

1.14 Especialização de exercícios

Os ganhos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e ganhos

gerados, são registadas no balanço nas rubricas de Outras contas a pagar e Outras contas a receber.

1.15 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este, que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, a Sociedade garante aos trabalhadores o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica Outras contas a pagar (ver Nota 17).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma, exceto no caso referido em 1.16 abaixo.

No âmbito dos contratos de Subconcessão e de Estabelecimento de exploração de produção celebrados entre as partes, os trabalhadores afetos aos quadros de produção e de transporte e distribuição foram transferidos para as subsidiárias, com todos os direitos e obrigações que detinham na Sociedade.

1.16 Pensões de reforma

A Sociedade assumiu a responsabilidade para com 1 trabalhador (1 em 2016) que se encontra atualmente na reforma, sendo-lhe pago a diferença entre a pensão paga pelo INPS e o salário líquido recebido à data de reforma. Devido à imaterialidade dos valores envolvidos, tendo em conta a idade do reformado e valores que auferiu (em 2017 e 2016 foram pagos mESC 96), registados na rubrica de Gastos com o pessoal, esta responsabilidade não se encontra registada.

1.17 Fornecedores e Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal ou presente, caso aplicável.

1.18 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais. As diferenças de estimativa são registadas em rendimentos/gastos do exercício nas rubricas respetivas da natureza do rendimento ou gasto.

NOTA 2 - FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também equivalentes de caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não é significativa, assim como os descobertos bancários, que são apresentados no Balanço em Financiamentos Obtidos.

Na Nota 11 é apresentada a conciliação do saldo de Caixa e depósitos bancários no Balanço e o saldo de Caixa e Equivalentes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2016							
Valor de aquisição ou reavaliado	194 042	3 403 357	17 875 181	222 853	214 909	161 148	22 071 491
Depreciação acumulada	-	(1 745 053)	(9 554 279)	(184 332)	(209 173)	(40 434)	(11 733 271)
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Valor escriturado	194 042	1 658 305	8 320 902	38 521	5 735	120 714	10 338 219
VARIAÇÕES EM 2016							
Valor líquido inicial	194 042	1 658 305	8 320 902	38 521	5 735	120 714	10 338 219
Aquisições	10 541	40 942	70 500	8 646	3 748	80 197	214 574
Abates e alienações-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(825 315)	(5 296)	-	-	(830 611)
Abates e alienações-depreciação acumulada	-	-	825 315	5 296	-	-	830 611
Regularizações	-	-	-	-	-	(7 168)	(7 168)
Depreciação do exercício	-	(93 794)	(1 093 411)	(8 311)	(7 459)	(15 232)	(1 218 207)
Valor líquido	204 583	1 605 453	7 297 991	38 856	2 024	178 511	9 327 418
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016							
Valor de aquisição ou reavaliado	204 583	3 444 299	17 120 366	226 203	218 657	234 177	21 448 285
Depreciação acumulada	-	(1 838 847)	(9 822 375)	(187 347)	(216 632)	(55 666)	(12 120 867)
Valor escriturado	204 583	1 605 453	7 297 991	38 856	2 024	178 511	9 327 418
VARIAÇÕES EM 2017							
Valor líquido inicial	204 583	1 605 453	7 297 991	38 856	2 024	178 511	9 327 418
Aquisições	14	702 510	2 315 606	-	1 703	85 446	3 105 279
Abates e alienações-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(1 920)	(14 415)	(442)	-	(16 777)
Abates e alienações-depreciação acumulada	-	-	1 776	14 136	442	-	16 354
Reclassificações intra-rúbrica e de intangível (ver Nota 4)	-	(44 643)	72 930	(1 819)	-	42 590	69 058
Regularizações	-	(12 019)	(81)	-	-	(14 644)	(26 744)
Depreciação do exercício	-	(93 558)	(1 053 325)	(8 902)	(4 659)	(8 782)	(1 169 226)
Regularizações Depreciações acumuladas	-	(1 320)	(2 995)	(5 977)	-	10 292	-
Valor líquido	204 597	2 156 423	8 629 982	21 879	9 360	283 122	11 305 363
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017							
Valor de aquisição ou reavaliado	204 597	4 090 147	19 506 901	209 969	219 918	347 569	24 579 102
Depreciação acumulada	-	(1 933 725)	(10 876 919)	(188 089)	(210 558)	(64 447)	(13 273 739)
Valor escriturado	204 597	2 156 423	8 629 982	21 879	9 360	283 122	11 305 363

As principais adições de 2017, compreendem, essencialmente (a) os Projetos em curso a data do balanço relativos ao Reforço da capacidade de Produção e Distribuição de Água Potável nas Ilhas do Sal e São Vicente e o Reforço e Otimização do Sistema de Energia Elétrica na Ilha do Sal, registados nos Equipamento básico, Edifícios e outras construções e Outros ativos fixos tangíveis, nos montantes de mESC 2 187 424, mESC 680 224 e mESC 111 995, respetivamente e (b) a aquisição de uma Unidade Dessalinizadora Osmose Inversa, com capacidade de produção diária 1200m³, instalada na Central da Palmeira – ilha do Sal (mESC 128 182) e (ii) dois grupos eletrogéneos da Caterpillar, com capacidade de produção de 2000 KVA cada, instalada na Central da Palmeira – ilha Sal (mESC 57 431), registadas na rubrica de Equipamento básico, respetivamente. Em 2016, as principais adições compreendiam, essencialmente, (i) em Equipamento básico, cerca de mESC 70 000 relativos à reabilitação da Unidade Dessalinizadora Osmose Inversa, Pridesa, com capacidade diária de produção de 5.000 m³, instalada na Central Dessalinizadora do Palmarejo – Praia, (ii) em Edifícios e outras construções, mESC 2 367 relativos a remodelação do Laboratório de Palmarejo e mESC 38 576 outras construções, (iii) em Terrenos e recursos naturais, a aquisição de dois terrenos 3 400 e 440,26 m² situado na Praia de Topo e Alto de Peixinho, Cidade do Porto

Novo, e (iv) em Outros activos fixos tangíveis, o projecto de recuperação de perdas (incluindo equipamentos e consultorias), no montante de mESC 76 914, em curso à data do balanço.

Os abates e alienações em 2017 dizem essencialmente respeito à alienação de 4 viaturas à AdS - Águas de Santiago, no âmbito da transferência do negócio de distribuição de água, na cidade da Praia, e de outras 3 viaturas, tendo gerado uma mais valia de mESC 350.

Em 2016, os abates e alienações referiam-se ao dessalinizador MED 2400 de Matiota e outros equipamentos de electricidade e água, cujos custos de aquisição ascendiam a mESC 570 958 mESC 254 356, respetivamente, e se encontravam totalmente depreciados. Foram vendidos pelo preço global de mESC 7 700 à Desindava – Desmantelamento Industrial Nava, que procedeu ao seu desmantelamento, originando, assim, mais-valia nesse montante.

As regularizações compreendem alguns projetos em curso de exercícios anteriores que foram descontinuados durante o exercício de 2017 (ver Nota 23).

NOTA 4 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica compreende, essencialmente, os direitos de utilização dos bens afetos à distribuição de energia e água e saneamento.

Os movimentos ocorridos durante o exercício nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	Distribuição de Energia	Distribuição de Agua	Saneamento	Outros	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2016					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 045 092	203 691	67 941	163 818	2 480 542
Depreciação acumulada	(535 179)	(51 211)	(18 511)	(143 349)	(748 250)
Valor escriturado	1 509 913	152 480	49 430	20 469	1 732 292
VARIAÇÕES EM 2016					
Valor líquido inicial	1 509 913	152 480	49 430	20 469	1 732 292
Aquisições	2 036	-	-	194 604	196 640
Depreciação do exercício	(70 042)	(6 676)	(2 366)	(7 265)	(86 348)
Valor líquido	1 441 907	145 804	47 064	207 808	1 842 585
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 047 128	203 691	67 941	358 422	2 677 182
Depreciação acumulada	(605 221)	(57 887)	(20 877)	(150 614)	(834 598)
Valor escriturado	1 441 907	145 804	47 064	207 808	1 842 585
VARIAÇÕES EM 2017					
Valor líquido inicial	1 441 907	145 804	47 064	207 808	1 842 585
Aquisições	31 943	-	-	115 489	147 432
Transferências	-	-	-	(108 445)	(108 445)
Abates e alienações-valor de aquisição ou reavaliado	-	(94 152)	(66 106)	-	(160 258)
Abates e alienações-depreciação acumulada	-	30 450	22 057	-	52 507
Reclassificação para Ativo fixo tangível (ver Nota 3)	(69 056)	-	-	-	(69 056)
Regularizações	-	-	-	(39 824)	(39 824)
Depreciação do exercício	(71 061)	(4 993)	(1 183)	(11 913)	(89 149)
Valor líquido	1 333 733	77 109	1 832	163 115	1 575 791
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 010 015	109 539	1 835	325 642	2 447 030
Depreciação acumulada	(676 281)	(32 430)	(3)	(162 526)	(871 241)
Valor escriturado	1 333 733	77 109	1 832	163 115	1 575 791

As adições do ano referem-se, essencialmente, (i) ao Programa de Redução de Perdas e melhoria de Qualidade de Energia Elétrica (que inclui, (a) o projeto de cadastro de Ativos, (b) o projeto de estudo de seletividade e coordenação das proteções e o (c) Sistema Integrado de Gestão de rede) no montante de mESC 113 718 e (ii) ao Projeto Oret- Lote 2 - Reforço dos sistemas de Distribuição para as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Boa Vista e Fogo, no montante total de mESC 32 722.

Em 2016 as adições referiam-se, essencialmente, (i) ao projecto de recuperação de perdas, incluindo consultorias, no montante de mESC 146 233, em curso à data do balanço, e (ii) implementação do Sistema de Gestão da Manutenção do Primavera, no montante de mESC 5 951.

Em 2017, os abates e alienações referem-se, essencialmente, à transferência de ativos de rede água e saneamento da cidade da Praia para a AdS - Águas de Santiago (ver Nota Informação Geral e Nota 9 (i)).

As regularizações compreendem (i) mESC 17 427 relativos a projetos em curso de exercícios anteriores que foram descontinuados durante o exercício de 2017 (ver Nota 23) e (ii) mESC 22 397 relativos a gastos incorridos com o Sistema de Gestão Comercial que a sociedade espera recuperar da Nova Base (ver Nota 9 (iv)).

NOTA 5 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Resume-se no quadro seguinte as informações relativas às participações financeiras valorizadas segundo o Método de Equivalência Patrimonial (MEP):

	mESC			Total Participação
	Cabeólica	Electra Sul	Electra Norte	
Saldo em 31.12.2015 (Reexpresso)	11 050	-	456 763	467 813
Quota parte nos resultados de 2016	5 420	-	168 699	174 119
Saldo em 31.12.2016	16 470	-	625 462	641 932
Quota parte nos resultados de 2017	6 670	-	314 087	320 757
Saldo em 31.12.2017	23 140	-	939 549	962 689

Estes investimentos foram valorizados segundo o MEP porque a Sociedade detém controlo na Electra Sul e na Electra Norte e exerce influência significativa na Cabeólica, por via de participação no Conselho de Administração.

Por apresentar capital próprio negativo, a participação na Electra Sul foi objeto de ajustamento por imparidade.

As informações financeiras das participadas à data de 31 de dezembro de 2017 resumem-se como segue (em mESC):

	<u>Cabeólica</u>	<u>Electra Norte</u>	<u>Electra Sul</u>
Total do activo	5 642 499	2 139 804	3 693 582
Capital próprio	505 299	939 549	(4 431 418)
Total do passivo	5 137 200	1 200 255	8 125 000
Rendimentos	1 188 130	5 874 664	7 907 344
Resultado líquido	177 869	314 087	(1 139 971)

NOTA 6 - INVENTÁRIOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	<u>mESC</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Materiais diversos	793 565	771 967
Menos:		
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(66 969)</u>	<u>(66 969)</u>
	<u>726 596</u>	<u>704 998</u>

A rubrica de materiais diversos compreende, essencialmente, acessórios para produção, distribuição e comercialização de energia e água.

Conforme referido na Nota 1.3, no âmbito da reestruturação, a Sociedade continua a ser proprietária dos inventários, assume a sua gestão e, mediante requisições, os fornece às subsidiárias, ao preço de custo.

As perdas por imparidade não registaram qualquer movimento nos exercícios de 2017 e 2016. O saldo em balanço corresponde ao montante necessário para reduzir

o valor dos inventários evidenciado no balanço ao respectivo valor realizável líquido, estimado com base em critérios técnicos e de gestão.

NOTA 7 - CLIENTES

Por tipo de clientes, os saldos decompõem-se como segue:

	mESC	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Domésticos	2 482 844	2 545 751
Empresas privadas	451 177	482 834
Autarquias	276 016	323 538
Estado	28 781	28 817
Empresas públicas	11 438	11 746
Clientes aplicação comercial	<u>3 250 256</u>	<u>3 392 685</u>
Pagamentos não alocados	(177 532)	(177 615)
Adiantamentos de clientes	(33 544)	(65 545)
Diferença entre aplicação comercial e saldos contabilísticos	(5 279)	(11 336)
Saldos contabilísticos (comparável com a comercial)	<u>3 033 900</u>	<u>3 138 189</u>
Menos: Perdas por Imparidade acumuladas	<u>(2 288 183)</u>	<u>(2 444 532)</u>
Total consumidor final	<u>745 717</u>	<u>693 657</u>
Clientes Partes Relacionadas		
Electra Sul	6 549 935	4 970 646
Menos: Perdas por Imparidade acumuladas	<u>(4 421 905)</u>	<u>(3 281 934)</u>
	2 128 030	1 688 712
Clientes Diversos		
Outros	<u>407 564</u>	<u>303 153</u>
Total Clientes Diversos	<u>407 564</u>	<u>303 153</u>
Total Clientes	<u><u>3 281 312</u></u>	<u><u>2 685 523</u></u>

A comparação efetuada entre o saldo evidenciado nos registos contabilísticos mESC 3 033 900 (2016: mESC 3 138 189) e o saldo ajustado da aplicação comercial mESC 3 250 256 (2016: mESC 3 392 685) evidenciou uma diferença líquida de mESC 216 675 (2016: mESC 254 496), dos quais mESC 177 532 (2016: mESC 177 615) se referem a pagamentos de clientes não identificados registados apenas na contabilidade, mESC 33 544 relacionados com adiantamentos de clientes registados apenas na contabilidade e mESC 5 279 (2016: mESC 11 336 , negativos) se encontram em processo de análise.

O saldo de mESC 6 549 935 (2016: mESC 4 970 646) a receber da Electra Sul, SA resulta das seguintes operações:

	mESC	
	2017	2016
Saldo transitado do exercício anterior	4 970 646	3 427 051
Faturação de vendas e prestações de serviços do exercício	6 389 517	6 505 505
Encontro de contas com referência a 31 de dezembro	<u>(4 809 903)</u>	<u>(4 961 908)</u>
Saldo no final do exercício	<u>6 550 260</u>	<u>4 970 648</u>

O encontro de contas de mESC 4 809 903 (2016: mESC 4 961 908) com referência a 31 de dezembro de 2017, compreende (A) mESC 3 898 517 (2016: mESC 3 687 056) referentes aos valores a pagar pela sociedade relacionados com a faturação dos serviços de produção de energia e água e serviço de cobrança, registados na rubrica de Fornecedores, e (B) mESC 911 386 (2016: mESC 1 274 852) resultantes do valor líquido entre (i) pagamentos por conta efetuados pela Electra Sul a favor da Sociedade em 2017 e (ii) cobranças de clientes da Electra SA referentes ao ano de 2017, depositadas em contas bancárias da Electra Sul, por a Electra SA não dispor de contas bancárias disponíveis, pois estas encontram – se bloqueadas no âmbito do processo de execução fiscal municipal a aguardar julgamento.

A Sociedade detém 100% do capital da Electra Sul, respondendo, por isso, pelas suas obrigações para com terceiros.

A Sociedade adota o critério de reconhecer em imparidade 100% dos saldos de clientes vencidos há mais de 12 meses (excluindo Estado e Entidades Públicas), complementado com uma análise casuística do risco de crédito de alguns clientes, tendo sido classificados sem risco saldos no montante de mESC 194 631, e foi ainda considerado recuperável o valor do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído nas faturas de clientes do segmento doméstico, estimado em mESC 224 476. Em consequência, tendo por referência os saldos do setor privado com antiguidade superior a um ano em 31 de dezembro de 2017 (mESC 2 934 021), segundo a aplicação comercial), deduzidos dos valores atrás referidos e da taxa RTC incluída nas faturas (mESC 226 716), as perdas imparidade acumuladas de clientes do setor privado foram revertidas em mESC 156 349.

Não foram reconhecidas perdas por imparidades relativas às dívidas do Estado (incluindo empresas públicas) e Autarquias dado ser expectativa da Administração que a sua recuperação ocorrerá a curto prazo.

Relativamente à Electra Sul, as perdas por imparidades foram aumentadas em 2017 em mESC 1 139 971, correspondentes ao resultado líquido negativo desta participada em 2017, atendendo a que o saldo a receber desta participada (mESC 6 549 935) excede aquele montante.

O justo valor das contas a receber não difere do seu valor contabilístico.

Em 2016, as dívidas dos Municípios relacionadas com a iluminação pública foram assumidas pelo Estado de Cabo Verde, por se considerar que foram contraídas antes da entrada em vigor da lei de Contribuição para Iluminação Pública (CIP) e regularizadas através de encontro de contas com os seguintes valores devidos pela Sociedade ao Estado de Cabo Verde:

	<u>mESC</u>
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado (ver Nota 16)	954 115
Retenção de imposto sobre rendimento (ver Nota 16)	189 260
Imposto de selo (ver Nota 16)	<u>18 646</u>
	<u>1 162 021</u>

NOTA 8 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

O saldo desta rubrica compreende:

	mESC	
	2017	2016
Winpower	5 145	-
Watercare, Lda	3 859	-
Aristides Lima e Silva	3 590	3 809
Fluence Water Israel, Ltd	2 073	-
Burmeister & Wain - BWSC	-	1 161
Hexing Electrical	-	9 636
Impordiesel	-	1 912
Ministerio Transporte Infrast.e Energia	-	1 000
Outros	<u>2 480</u>	<u>1 548</u>
	<u>17 147</u>	<u>19 066</u>

Os saldos da Winpower e Watercare representam adiantamentos por conta de fornecimento de peças para Direcção de Produção de electricidade e água.

NOTA 9 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

		mESC	
		2017	2016
Estado - Activos de Concessão	(i)	107 751	-
Estado de Cabo Verde - Subconcessão da Boa vista	(ii)	59 965	59 965
Valores a regularizar	(iii)	37 260	50 835
Nova Base	(iv)	22 397	-
Águas de Santiago -ADS		12 592	-
Dividendos a receber da Cabéolica		12 405	17 781
AEB	(v)	9 114	13 441
Empréstimos concedidos ao pessoal	(vi)	2 212	2 529
Outros		<u>15 354</u>	<u>13 753</u>
		279 048	158 304
Menos:			
Pedas por imparidade acumuladas	(vii)	<u>(13 437)</u>	<u>(13 437)</u>
		<u>265 611</u>	<u>144 866</u>

(i) Estado de Cabo Verde – Ativos de Concessão

Corresponde aos ativos de rede de distribuição de água e saneamento da cidade da Praia transferidos para AdS- Aguas de Santiago. Conforme previsto na Resolução nº 96/2016, de 16 de setembro, a Sociedade será compensada por eventuais prejuízos resultantes da cessação antecipada pelo Estado de parte da concessão dos serviços de água e saneamento (ver Nota Informação Geral e Nota 4).

(ii) Estado de Cabo Verde – subconcessão da Boa Vista

A Sociedade considera ter a receber do Estado de Cabo Verde mESC 59 965 correspondentes ao saldo líquido de ativos intangíveis (redes de distribuição) afetos à Delegação da Boavista que deixaram de se qualificar como ativo (ver Nota 4), em virtude da subconcessão das suas atividades nesta ilha.

(iii) Valores a regularizar

O saldo desta rubrica encontra-se em fase de análise e justificação.

(iv) Nova Base

O saldo relaciona-se com gastos incorridos com o Sistema de Gestão Comercial que a Sociedade espera recuperar da Nova Base, no âmbito das negociações em curso entre as assessorias jurídicas das duas entidades.

(v) AEB - Água e Electricidade de Boa Vista

Corresponde à especialização do valor a receber da AEB, referente à fatura emitida pela Cabeólica relativa ao fornecimento de energia do mês de dezembro, entretanto refaturada à AEB em janeiro de 2018. Um valor a pagar à Cabeólica de igual montante encontra-se incluído na rubrica de Fornecedores (ver Nota 15).

(vi) Empréstimos concedidos ao pessoal

O saldo desta rubrica compreende empréstimos atribuídos aos empregados destinados à (i) assistência na doença, (ii) remodelação de habitação e (iii) fins

diversos. Estes empréstimos não vencem juros e têm um período de reembolso que poderá atingir um ano. Devido à sua imaterialidade não se procedeu ao cálculo do seu valor descontado.

Por Ilha, decompõem-se como segue:

	mESC	
	2017	2016
S. Vicente	1 259	1 426
Santiago	705	855
Outras Delegações	248	248
	<u>2 212</u>	<u>2 529</u>

(vii) Perdas por imparidade acumuladas

As perdas por imparidade em Outras contas a receber não registaram qualquer movimento nos exercícios de 2017 e 2016.

Os saldos do Estado não foram ajustados por ser convicção da Sociedade que a sua recuperação ocorre a curto prazo.

NOTA 10 – DIFERIMENTOS (Ativo)

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, pagamentos antecipados, em 2017, de prémios de seguros relativos ao primeiro semestre de 2018.

NOTA 11 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O saldo desta rubrica compreende:

	mESC	
	2017	2016
Caixa	<u>6 767</u>	<u>7 013</u>
Depósitos à ordem		
Caixa Económica de Cabo Verde	4 006	3 996
Banco Caboverdiano de Negócios	4 628	4 552
Banco Comercial do Atlântico	4 058	4 096
Banco Africano de Investimentos	2 610	2 610
Banco Interatlântico	1 575	1 575
Banco Internacional Cabo Verde	1 565	1 565
Eco Bank	773	1 216
Novo Banco	31	31
Banco Efisa	24	24
	<u>19 270</u>	<u>19 665</u>
Total de Disponibilidades	<u>26 037</u>	<u>26 678</u>
Descobertos Bancarios	<u>(34)</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes nos fluxos de caixa	<u>26 003</u>	<u>26 678</u>

O saldo de Caixa inclui, essencialmente, cobranças do último dia do ano, depositadas em janeiro do ano seguinte.

O valor relativo aos descobertos bancários encontra-se incluído na rubrica de financiamentos obtidos (Nota 14).

Os outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional no valor de mESC 274 859 evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, compreendem, essencialmente, pagamentos efetuados durante o exercício pela Electra Norte por conta da Electra SA, no montante de cerca de mESC 284 000.

NOTA 12 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2017 e em 2016 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

(a) Capital realizado

Em 1999, de acordo com o Decreto-Lei nº 68/98, de 31 de dezembro, que transformou a ELECTRA em sociedade anónima de responsabilidade limitada, o capital social da Sociedade realizado foi fixado na quantia de mESC 600 000. Em 2012 o capital social foi aumentado em mESC 985 262, sendo mESC 722 236 pelo Estado e mESC 263 026 pelo INPS, através de utilização das Prestações acessórias, cujo saldo ascendia a mESC 1 966 740. A parcela remanescente de mESC 981 478 representa prémio de emissão dessas novas ações.

O capital é detido pelas seguintes entidades:

	<u>mESC</u>	<u>%</u>
Estado de Cabo Verde	1 232 236	77,73%
Municípios de Cabo Verde	90 000	5,68%
INPS	<u>263 026</u>	<u>16,59%</u>
	<u>1 585 262</u>	<u>100%</u>

O valor do Capital Próprio da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 é negativo em mESC 3 424 466 (2016: mESC 2 576 793), pelo que o Conselho de Administração irá propor aos Acionistas, na próxima Assembleia Geral, a tomada de medidas para a sua resolução.

(b) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Compreendem mESC 263 220 referentes a adiantamentos recebidos do Estado no âmbito do contrato de Performance e pagamentos a Obrigacionistas não institucionais, destinados a serem convertidos em capital social.

(c) Prémios de emissão

Resultaram do aumento de capital referido em (a) acima. Apenas podem ser utilizados para aumento de capital e cobertura de prejuízos.

(d) Reservas Legais

De acordo com a legislação vigente, a Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos lucros líquidos anuais até atingir um montante equivalente a, pelo menos, 20% do capital social.

A reserva legal só pode ser utilizada para (i) cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas, (ii) cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) incorporação no capital estatutário.

(e) Outras reservas

O saldo desta rubrica resultou do saneamento financeiro a que a Sociedade foi sujeita em 1999 e da transformação da Electra em sociedade anónima, ao abrigo do Decreto-lei N.º 68/98, de 31 de dezembro. Podem ser utilizadas para cobertura de prejuízos ou para incorporação no capital estatutário.

(f) Excedentes de revalorização

O saldo desta rubrica representa o efeito da revalorização dos ativos fixos tangíveis da Delegação da Boavista (ver Nota 3).

(g) Ajustamentos em ativos financeiros

O saldo desta rubrica resultou de resultados não realizados financeiramente (resultados não atribuídos) respeitantes a resultados imputáveis às participações financeiras detidas na Electra Norte e Cabeólica, sendo mESC 173 052 referentes ao exercício de 2016 e mESC 350 190 (ver (h) abaixo) referentes ao exercício de 2015.

(h) Resultados transitados

O movimento de mESC 694 900 registado a débito nesta rubrica resulta da aplicação do resultado líquido negativo do exercício de 2016 e da correção da aplicação do resultado de 2015, aprovada em Assembleia Geral, como segue:

	<u>mESC</u>
Aplicação do resultado do exercício de 2016	344 709
Aplicação do resultado do exercício de 2015	<u>350 191</u>
	<u>694 900</u>

NOTA 13 – PROVISÕES

A provisão para outros riscos e encargos representa a melhor estimativa possível (baseada em informações dos serviços jurídicos) dos encargos em que a Sociedade poderá eventualmente vir a incorrer a respeito de litígios, de foro laboral, fiscal, danos materiais e humanos e outros, em que é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço.

Os movimentos ocorridos nesta rúbrica, decompõe-se como se segue:

	<u>mESC</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1 de janeiro	98 020	71 417
Aumentos	629	26 603
Reduções	(5 402)	-
Utilizações	<u>(8 662)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>84 585</u>	<u>98 020</u>

NOTA 14 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS						
A. Banco Angolano de Investimento						
Empréstimo - mESC 781 000	77 901	398 050	475 951	72 774	473 554	546 328
B. Banco Comercial do Atlântico						
Descoberto em depósitos à ordem	34	-	34	34	-	34
	<u>77 935</u>	<u>398 050</u>	<u>475 985</u>	<u>72 808</u>	<u>473 554</u>	<u>546 362</u>
C. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS						
Empréstimo B	-	-	-	1 139 698	-	1 139 698
Empréstimo C	-	2 270 249	2 270 249	-	2 270 249	2 270 249
Empréstimo D	240 472	359 707	600 179	601 180	598 907	1 200 087
Empréstimo E	-	1 816 500	1 816 500	-	-	-
	<u>240 472</u>	<u>4 446 456</u>	<u>4 686 928</u>	<u>1 740 878</u>	<u>2 869 156</u>	<u>4 610 034</u>
D. EMPRÉSTIMOS DE RETROCESSÃO DO ESTADO						
Projeto Água e Saneamento da Praia - 2ª fase	45 154	23 037	68 191	22 730	45 461	68 191
Dessalinizador Acciona	16 124	306 347	322 471	-	322 471	322 471
Extensão da central do Palmarejo	-	2 653 010	2 653 010	-	2 653 010	2 653 010
Dessalinizador Uniha	-	714 843	714 843	-	714 843	714 843
Projeto de Recuperação e Reforma do Setor de Electricidade						
Extensão da central do Lazareto	-	1 800 843	1 800 843	-	1 800 843	1 800 843
Extensão da central do Palmarejo	-	2 161 137	2 161 137	-	2 161 137	2 161 137
Projeto Reforço Capacidade de produção de electricidade						
Central única em São Nicolau	-	372 621	372 621	-	372 621	372 621
Central única em Santo Antão	-	651 168	651 168	-	651 168	651 168
Central única no Fogo	-	634 105	634 105	-	634 105	634 105
Reforço Capacidade de produção e distribuição de água no Sal e São Vicente	-	1 846 960	1 846 960	-	-	-
Reforço e Otimização do Sistema de Energia Elétrica na Ilha do Sal	-	1 113 589	1 113 589	-	-	-
	<u>61 278</u>	<u>12 277 660</u>	<u>12 338 938</u>	<u>22 730</u>	<u>9 355 659</u>	<u>9 378 389</u>
	<u>379 685</u>	<u>17 122 166</u>	<u>17 501 851</u>	<u>1 836 416</u>	<u>12 698 368</u>	<u>14 534 784</u>

A. BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS

- Linha de crédito – mESC 781 000

De acordo com o contrato celebrado entre o Banco Africano de Investimentos de Cabo Verde, SA. (BAICV), Banco Angolano de Investimentos, S.A. (BAI) e a Electra, SA, em 31 de julho de 2012, a Sociedade converteu um empréstimo, denominado financiamento intercalar no montante de mESC 781 000 para empréstimo de Médio e Longo Prazo.

Este empréstimo vence juros mensais à taxa anual de 7%, contando com uma maturidade de 126 meses.

O empréstimo encontra-se garantido por (i) aval do Estado no montante mESC 390 500 e (ii) hipoteca de primeiro grau sobre a parcela do terreno com todas as benfeitorias edificadas ou edificar, sito na zona da Palmeira - ilha do Sal, onde se situa a central elétrica da Palmeira, (iii) Penhor mercantil sobre equipamentos da

central de Produção de energia da Palmeira, conforme relatório de avaliação, de 17 de Novembro de 2010, em que se anexa ao presente contrato e a listagem dos principais equipamentos no valor global de USD 6 780 000 equivalente a mESC 564 296 a favor do BAICV.

C. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

A condição credora da Sociedade para com os acionistas EDP e ADP havia sido adquirida pelo Banco Comercial do Atlântico (BCA) por mESC 4 394 025, tendo este concedido à Sociedade um financiamento de igual montante, destinado à liquidação desse crédito, constituído por três créditos separados e autónomos. Estes créditos foram regularizados com recurso à emissão de três empréstimos obrigacionistas (A, B e C), no montante global de mESC 4 552 352.

Os termos e condições dos empréstimos obrigacionistas a data do balanço, resumem-se como se segue:

(i) Empréstimo obrigacionista B – mESC 1 139 698

Empréstimo pelo prazo de 10 anos, remunerado à taxa fixa anual de 6,65%. O pagamento de juros foi feito em prestações semestrais e sucessivas, e foi liquidado integralmente no final da maturidade, em junho de 2017.

(ii) Empréstimo obrigacionista C – mESC 2 270 249

Empréstimo pelo prazo de 20 anos, remunerado à taxa variável semestral calculada entre a maior entre as taxas EURIBOR a seis meses ou a TBA divulgada pelo Banco de Cabo Verde, uma ou outra adicionada de 2,0%. O pagamento de juros deverá ser feito em prestações semestrais e sucessivas, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade, no ano de 2027.

(iii) Empréstimo obrigacionista D – mESC 1 202 360

Empréstimo pelo prazo de 8 anos, remunerado à taxa variável semestral, calculada com base na taxa base anual (TBA) divulgada pelo Banco de Cabo Verde, adicionada de um spread de 2,45% (Floor de 6,6%). O pagamento de juros deverá ser feito em prestações semestrais e sucessivas. A amortização do principal deveria ser efetuada semestralmente em 10% do valor emitido e a partir do 6º cupão, com

início em julho de 2016, tendo sido regularizado em julho de 2017 as prestações vencidas no montante de mESC 601 180. Este empréstimo foi contraído para liquidar o denominado Empréstimo obrigacionista A, no montante de mESC 1 142 405, o qual era remunerado à taxa fixa anual de 6,121%.

(iv) Empréstimo obrigacionista E – mESC 1 816 500

Empréstimo pelo prazo de 8 anos, remunerado à taxa fixa anual de 5,6%. O pagamento de juros e outras despesas deverá ser feito em prestações semestrais e postecipadas. A amortização do principal será efetuada ao par, de uma só vez, na data de pagamento do 16º cupão (junho/2025). Este empréstimo foi contraído com o objetivo de liquidar o Empréstimo obrigacionista B e uma parcela do Empréstimo obrigacionista D, nos montantes de mESC 1 139 698 e mESC 601 180, respetivamente, sendo o remanescente de mESC 75 622, para implementação de novos projetos de investimentos.

Os empréstimos obrigacionistas encontram-se garantidos por aval do Estado de Cabo Verde.

D. EMPRÉSTIMOS DE RETROCESSÃO DO ESTADO

° Projeto de Água e Saneamento da Praia – 2ª fase

De acordo com o Contrato de Concessão entre o Governo de Cabo Verde e a Electra, assinado em 24 de Maio de 2002, o Estado de Cabo Verde entregou à Electra as obras e equipamentos que constituem a rede de drenagem pública de águas residuais das zonas do Palmarejo e Tira Chapéu e as estações elevatórias de Lém Ferreira e Chã de Areia, realizadas no âmbito da Segunda Fase do Projeto de Água e Saneamento da Praia, inserido no Programa Energia, Água e Saneamento, financiado pelo IDA - Banco Mundial. Em consequência da referida entrega, o Estado de Cabo Verde e a Electra assinaram o respetivo contrato de retrocessão, nos termos do qual o empréstimo, no valor de mESC 68 191, deveria ser amortizado em 15 prestações anuais, após um período de diferimento de 5 anos, e vence juros

anuais à taxa EURIBOR acrescida de 0,75%. À data do balanço a parcela de capital vencido e não liquidado ascende a mESC 40 032.

° Dessalinizador Acciona

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e o Instituto de Crédito Oficial de Espanha (ICO), datado de 18 dezembro de 2009, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº01029008.0, o montante de 3.372.052,50 Euros (três milhões, trezentos e setenta e dois mil, cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos) para financiar a implementação do Projeto de Ampliação da Central Dessalinizadora de Palmarejo. Os equipamentos financiados foram entregues pelo GCV à Sociedade em 23 de março de 2012, tendo as partes celebrado um Empréstimo de Retrocessão, no valor de 2.924.506 Euros (dois milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e seis euros) nos seguintes termos e condições:

O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 20 anos, após um período de graça de 5 anos, a contar a partir da data de início de funcionamento dos ativos financiados, ou seja, 23 de março de 2012, vencendo-se a primeira em agosto de 2017 e a última em Agosto de 2037.

Mediante um acordo entre as partes, a ELECTRA SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do empréstimo ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.

O empréstimo vence juros à taxa anual de 0,65%.

° Extensão da Central do Palmarejo

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e a Agencia Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), datado de 5 Março de 2008, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nºCAVP1, o montante de 4.468.000.000 JPY (Quatro bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões yen Japonês) para o financiamento do Projeto de Reforço da Capacidade de Produção, Transporte e Distribuição de

Eletricidade na Ilha de Santiago. Os equipamentos financiados foram entregues pelo GCV à Sociedade em dezembro de 2012, tendo as partes celebrado um Empréstimo de Retrocessão, nos seguintes termos e condições:

O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 20 anos, após um período de graça de 6 anos, a contar a partir da data de início de funcionamento dos ativos financiados, ou seja 31 de dezembro de 2012, vencendo-se a primeira em junho de 2019 e a última em junho de 2039.

Mediante um acordo entre as partes, a Electra SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do acordo de retrocessão ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.

O empréstimo vence juros à taxa anual de 0,65%.

° Dessalinizador Uniha

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e o Governo da Áustria, datado de 26 abril de 2011, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº10PA 701, o montante de 6.482.954,40 Euros (seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e quarenta cêntimos) para o financiamento do Projeto de Ampliação da Central Dessalinizadora de Palmarejo.

Os equipamentos financiados foram entregues pelo GCV à Sociedade em outubro de 2013, tendo as partes celebrado um Empréstimo de Retrocessão, nos seguintes termos e condições:

O empréstimo será amortizado em 27 prestações semestrais, iguais e consecutivas, após um período de graça de 6 anos, a contar a partir da data de início de funcionamento dos ativos financiados, ou seja, em 21 de outubro de 2013, vencendo-se a primeira em março de 2020 e a última em setembro de 2033. Vence juros à taxa anual de 0,65%.

° Projeto de Recuperação e Reforma do Sector de Eletricidade

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e o Banco Mundial (BM/ IBRD), datado de 03 fevereiro de 2012, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº8115-CV, o montante de € 40.200.000,00 (Quarenta milhões e duzentos mil euros) para a implementação do Projeto de Recuperação e Reforma do Sector de Eletricidade. Dos fundos disponibilizados pelo BM/ IBRD, o GCV compromete – se em ceder, sob forma de retrocessão, à Electra SA, o montante de € 37.500.000,00, correspondente a mESC 4.134.938. No âmbito deste acordo foram já retrocedidos para a Sociedade os projetos relativos às extensões das centrais do Lazareto e Palmarejo, cujo valor total ascende a mESC 3 961 980 (ver quadro acima), nos seguintes termos e condições:

- (i) O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 25 anos, após um período de graça de 5 anos, a contar a partir da data de início de funcionamento dos ativos financiados, que ocorreu em abril de 2015 e maio de 2015, respetivamente.
- (ii) Mediante um acordo entre as partes, a Electra SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do acordo de retrocessão ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.
- (iii) Seis meses após o encerramento do projeto, os montantes utilizados deverão ser apurados entre ambas as partes e o plano de amortização, que fará parte do presente acordo, será feito pela Direção Geral do tesouro.
- (iv) O empréstimo vence juros à taxa Euribor a seis meses acrescida de um spread de 1,05%.

° Projetos de reforço da capacidade de produção de eletricidade

No quadro dos acordos de Empréstimos celebrados entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e os financiadores (a) OFID – “OPEC Fund for International Development”, (b) EBID - Banco de Investimento e de Desenvolvimento da CEDEAO e (c) ORET - “Dutch Development-Related Export Transactions”, datados de 11 de abril de 2008, 20 de novembro de 2012 e 7 de junho de 2013, respetivamente, os

referidos credores puseram a disposição do GCV, através dos Acordos de Empréstimos nº1179PB, nº 0071/AP/LA e CV/WM07093, os montantes de 8 500 000 Euros, 8 747 000 Euros e 3 937 000 Euros, respetivamente, para o financiamento de três centrais única nas ilhas de Santo Antão, Fogo e São Nicolau.

As centrais foram entregues pelo GCV à Sociedade em julho, outubro e novembro de 2015, respetivamente, não existindo ainda qualquer acordo formal de retrocessão, sendo, no entanto, expectável que terão o mesmo enquadramento que o "Projeto de Recuperação e Reforma do Sector de Eletricidade" atrás referido.

° Projeto de Reforço da capacidade de Produção e Distribuição de Água Potável nas Ilhas do Sal e São Vicente

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), datado de 4 julho de 2011, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº8115-CV, o montante de € 22.200.000,00 (Vinte e dois milhões e duzentos mil Euros) para a implementação do Projeto de Reforço da capacidade de Produção e Distribuição de Água Potável nas Ilhas de Sal e São Vicente, nos seguintes termos e condições:

- (i) O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 15 anos, após um período de graça de 8 anos, sendo que a primeira prestação será paga em 15 de novembro 2020 e a última em 15 de maio 2035.
- (ii) Mediante um acordo entre as partes, a Electra SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do acordo de retrocessão ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.
- (iii) O empréstimo vence juros sobre a cada parcela desembolsada e acumulada, na base de 360 dias.
- (iv) A taxa de Juros será a mesma taxa acordada no empréstimo assinado AFD,

segundo os mesmos procedimentos na sua elaboração.

- (v) A Direcção Geral do Tesouro encarregará de comunicar a Electra. SA, as taxas recebidas da AFD para cada tranche de desembolso, bem como a taxa consolidada que será aplicada após o período limite dos desembolsos.

° Projeto de Reforço e Otimização do Sistema de Energia Eléctrica na Ilha do Sal

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), datado de 30 novembro de 2015, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº8115-CV, o montante de € 26.000.000,00 (Vinte e seis milhões de Euros) para a implementação do Projeto de Reforço e Otimização do Sistema de Energia Eléctrica na Ilha do Sal, nos seguintes termos e condições:

- (i) O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 15 anos, sendo que a primeira prestação será paga em 30 de março 2021 e a última em 15 de março 2035.
- (ii) Mediante um acordo entre as partes, a Electra SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do acordo de retrocessão ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.
- (iii) O empréstimo vence juros sobre a cada parcela desembolsada e acumulada, na base de 360 dias.
- (iv) A taxa de Juros será a mesma taxa acordada no empréstimo assinado AFD, seguindo os mesmos procedimentos na sua elaboração.
- (v) A Direcção Geral do Tesouro encarregará de comunicar a Electra. SA, as taxas recebidas da AFD para cada tranche de desembolso bem como a taxa consolidada que será aplicada após o período limite dos desembolsos.

NOTA 15 – FORNECEDORES

	<u>mESC</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ARE - Agência de Regulação	409 625	372 125
Cabeólica	193 951	155 441
Wartisilla	43 329	49 656
Papattroka	24 470	2 709
Aguas e Energia de Boa Vista	21 666	21 666
MTCV - Instalações Técnicas, Lda	13 244	21 892
Nirosoft	12 042	12 042
Ferdinand Freese	9 758	14 061
Caterpillar Interm. Power Solutions	9 556	38 977
Man Diesel	8 192	20 068
ENACOL	8 137	8 371
I.D. E Technologies, Ldt	5 195	5 195
Efacec - Maquinas Electricas, SA	4 548	4 548
IFH	4 187	4 187
Acciona	3 628	10 588
S.T.E.T	3 552	3 552
Electric Wind	2 579	1 399
Logica -CGI	2 350	2 476
Alfa Laval	2 194	2 194
Só Constroi	2 137	4 314
Elpor	1 748	494
Resul	747	2 105
Primavera Software	2	3 199
Outros	81	842
	<u>786 918</u>	<u>762 101</u>

O valor devido à ARE, totalmente vencido, refere-se à taxa de regulação do sector, o qual carece ainda de aprovação do Ministério das Finanças.

A dívida a pagar à Cabeólica resulta de fornecimentos de energia eólica, na Praia, Mindelo, Sal e Boavista, referente aos meses de novembro e dezembro de 2017.

Os saldos a pagar à Wartisilla, Papattroka, Man Diesel, Ferdinand Freese e MTCV relacionam-se, essencialmente, com o fornecimento de peças e materiais elétricos.

NOTA 16 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (Saldo credor)

Os valores incluídos nesta rubrica decompõem-se como segue:

	mESC	
	2017	2016
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	918 484	574 305
Previdência Social	170 417	215 874
Imposto de selo	31 185	31 185
IRPS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	2 628	2 701
Outras	566	(11)
	<u>1 123 280</u>	<u>824 055</u>

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

O saldo representa o imposto a entregar ao Estado referente ao período de agosto 2015 a dezembro de 2017.

IRPS - Imposto sobre o rendimento Pessoas Singulares

Corresponde às retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal referente a dezembro 2017.

Previdência social

Representa as contribuições da Sociedade para a previdência social, sendo mESC 5 408 referentes ao exercício de 2017 (2016: mESC 5 012 referentes ao exercício de 2016) e os restantes mESC 154 643 relativos a anos anteriores (2016: mESC 210 873). Em março de 2016, as partes assinaram um acordo assinado, nos termos do qual a dívida de mESC 253 214 passa a ser regularizada em 60 prestações mensais, vencendo a primeira em março de 2016 e a última em fevereiro de 2021. Em consequência, procedeu-se à determinação do valor presente deste saldo, por referência à taxa de juro média dos financiamentos da Sociedade (5,26%), tendo o mesmo sido reduzido em mESC, 17 928, registados em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 22). A respetiva atualização é anualmente registada como Outros gastos e perdas, ascendendo o valor referente a 2017 a mESC 1150.

As prestações regularizadas em 2017 no âmbito do acordo ascenderam a mESC 46 957.

Imposto de selo

O saldo compreende (i) mESC 31 533 decorrentes do não pagamento regular desde 1992 até 1998 e (ii) mESC 18 298 referentes ao período após 2009, deduzidos de mESC 18 646, no âmbito do encontro de contas com o Estado de Cabo Verde efetuado em 2016.

NOTA 17 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

		mESC	
		2017	2016
Electra Norte	(i)	589 756	305 570
Juros a pagar	(ii)	299 260	242 403
Estado de Cabo Verde	(iii)	281 173	281 173
Taxas RTC	(iv)	270 978	272 908
Projecto Redução de Perdas - Linha Credito Portuguesa		146 233	146 233
CIP	(vi)	36 398	36 411
Estado - renda do prédio da sede	(vii)	27 795	26 175
Credores Acrescimos de Gastos		23 021	23 525
Estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias (ver Nota 21 e 1.15)		21 712	20 867
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social		20 000	20 000
Camara Municipal do Sal		19 788	-
EDP - Electricidade de Portugal		16 540	16 540
Estado - projecto de electrificação de zonas rurais	(viii)	16 477	16 477
MCA - Millennium Challenge Account		13 137	13 137
Estado - fornecimento de potência suplementar		11 674	11 674
AdP - Águas de Portugal		6 616	6 616
Taxas RNCV		4 854	4 854
Remunerações a pagar (ver Nota 21)		4 425	4 438
Electra Sul		-	4 269
Intermediarios		2 572	2 572
Camara Municipal Boa Vista		1 918	1 918
Outras Cauções Bancárias		1 063	1 840
Outros, inferiores a mESC 2 000		129 029	121 714
Outros credores contas gerais		1 944 420	1 581 314
Credores por fornecimentos de imobilizado		31 816	34 171
Outras contas a pagar		1 976 236	1 615 485

(i) Electra Norte

O saldo de mESC 589 756 (2016: mESC 305 597) a pagar à Electra Norte resulta das seguintes operações:

	mESC	
	2017	2016
Saldo transitado do exercício anterior	305 597	341 685
Pagamentos efetuados pela Electra Norte por conta da Electra SA	1 959 710	1 972 887
Cobranças de clientes da Electra SA efetuadas pela Electra Norte	(116 405)	(149 456)
Encontro de contas com referência a 31 de dezembro	<u>(1 559 146)</u>	<u>(1 859 519)</u>
Saldo no final do exercício	<u>589 756</u>	<u>305 597</u>

As contas bancárias da Sociedade encontram-se bloqueadas no âmbito do processo de execução fiscal municipal, aguardando o julgamento, razão pela qual todos os pagamentos e recebimentos da Sociedade são efetuados nas contas bancárias das subsidiárias Electra Norte e Electra Sul.

O encontro de contas de mESC 1 559 146 (2016: mESC 1 959 950) entre as duas entidades, com referência a 31 de dezembro, compreendem (i) mESC 3 965 313 (2016: mESC 4 280 442) relacionados com saldos a receber da Electra Norte, relativos à venda de energia e água por atacado, uso de rede, serviços partilhados e cedências de materiais, registados em clientes (ver Nota 7) e (ii) mESC 2 406 167 (2016: mESC 2 320 492) referentes aos valores a pagar pela Sociedade relacionados com a faturação dos serviços de produção de energia e água e serviços de cobrança, registados na rubrica de Fornecedores.

(ii) Juros a pagar

Compreendem, essencialmente, juros vencidos e especializados relacionados com os seguintes empréstimos (ver Nota 14):

	mESC	
	2017	2016
Estado de Cabo Verde (ver Nota 14 (D))	281 956	194 674
Obrigações (ver Nota 14 (C))	17 304	33 726
Banco Comercial do Atlântico (ver Nota 14 (A))	<u>-</u>	<u>14 002</u>
	<u>299 260</u>	<u>242 402</u>

(iii) Estado de Cabo Verde

O saldo desta rubrica, sem qualquer movimento nos últimos anos, compreende, essencialmente:

(a) mESC 156 859 referentes a pagamentos efetuados pelo Estado de Cabo Verde por conta da Sociedade a fornecedores pelo fornecimento, instalação e supervisão de montagem dos grupos G3 e G4.

(b) mESC 43 493 correspondentes ao excedente dos pagamentos efetuados pela Direção Geral do Tesouro a título de reembolso do IVA face ao saldo do referido imposto a receber registado pela Sociedade.

(c) mESC 41 076 relativos a uma transferência efetuada pela Direção Geral do Tesouro, havendo expectativa da mesma ser futuramente convertida em Capital.

(d) mESC 12 000 referentes a entrega destinada ao Projeto de construção de 8 perfurações pela empresa Montero&Ricart.

(e) mESC 28 925, relativos a uma transferência efetuada pela Direção Geral do Tesouro, para reforço da Iluminação Pública.

Não se encontram acordadas as condições de reembolso da dívida.

(iv) Taxas RTC

O saldo desta rubrica diz respeito às taxas faturadas pela Sociedade a entregar à RTC. As taxas são pagas no mês seguinte ao do seu recebimento do cliente.

O total de taxas refaturadas no exercício de 2017, ascendeu a mESC 4 405 (2016: mESC 6 197), sendo a respetiva comissão de 10% sobre as cobranças efetuadas em 2017, no valor de cerca de mESC 396 (2016: mESC 529), registada em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 23).

(vi) CIP - Municípios

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública e "incide sobre o fornecimento de energia elétrica, sendo devida a título mensal por cada consumidor de energia elétrica fornecida pela Concessionária" faturados aos clientes de acordo com BO nº4 I Série de 21 de janeiro 2013. Assim, um saldo de

igual montante integra a rubrica de Clientes (ver Nota 7), que após cobrado deverá ser entregue aos municípios.

(vii) Estado – renda do prédio da sede

O saldo desta rubrica corresponde a rendas de parte do edifício da sede, referentes ao período de 2000 a 2017, devidas ao Estado.

(viii) Estado – projeto de eletrificação de zonas rurais

O saldo desta rubrica corresponde à parcela remanescente da comparticipação atribuída pelo Estado, no exercício de 2007, no âmbito do projeto de eletrificação de zonas rurais nas ilhas de Santiago, São Nicolau, Fogo e Maio.

NOTA 18 – DIFERIMENTOS (PASSIVO)

O saldo desta rubrica inclui, essencialmente, (i) mESC 51 873 (2016: mESC 55 416) referente ao excedente dos ativos tangíveis, líquidos, afetos à produção recebida dos Municípios integrados na ELECTRA sobre a participação dos mesmos no capital social da Sociedade, e (ii) mESC 75 002 (2016: mESC 93 542) referentes a subsídios de investimento recebidos do Estado para aquisição de ativos tangíveis também afetos à produção. O valor proporcional das depreciações do exercício é compensado em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 22).

NOTA 19-VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E GASTO COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

As vendas por tipo de produto podem ser apresentadas da seguinte forma:

	mESC	
	2017	2016
Partes relacionadas		
Electra Norte		
Eletricidade		
KWh por atacado	2 647 971	2 608 881
Uso de rede de eletricidade	188 231	194 759
Água		
M3 por atacado	404 951	452 911
Uso de rede de água	66 792	92 134
Cedência de materiais	46 586	207 864
Serviços partilhados	86 534	73 321
	<u>3 441 065</u>	<u>3 629 870</u>
Electra Sul		
Eletricidade		
KWh por atacado	4 275 581	4 200 813
Uso de rede de eletricidade	227 569	233 683
Água		
M3 por atacado	698 843	715 248
Uso de rede de água	109 332	94 023
Uso de rede de saneamento	67 398	61 096
Cedência de materiais	61 670	260 936
Serviços partilhados	112 662	89 236
	<u>5 553 055</u>	<u>5 655 035</u>
	<u>8 994 121</u>	<u>9 284 905</u>

Vendas por atacado e uso de rede

Conforme referido na Nota Informação Geral, a Sociedade e a suas subsidiárias celebraram o Contrato de Cedência do Estabelecimento de Exploração de Produção, nos termos do qual foi transferido para as subsidiárias o estabelecimento de exploração de produção de energia elétrica e água dessalinizada e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização.

Nos termos do Contrato assinado entre as partes, o Estabelecimento compreende as seguintes atividades:

a) Planear, produzir e entregar nas redes de transporte e distribuição, conforme for o caso, em qualidade e nos horários definidos entre as Partes, as unidades volumétricas de energia elétrica e de água para consumo humano que vier a ser ordenada pela Cedente;

b) Operar os equipamentos e instalações das unidades produtoras, na forma mais económica, eficiente e eficaz possível.

Nesta base, as vendas às partes relacionadas correspondem aos montantes faturados pela Sociedade à Electra Sul e Electra Norte referentes ao fornecimento de eletricidade e água, no âmbito do Contrato de Fornecimento por Atacado, nos termos do qual estas se comprometem a adquirir à Electra SA toda a energia elétrica e água saídas das centrais de produção e induzidas respetivas redes.

Na formação do preço de compra entram:

- i) Os gastos de produção debitados pela Electra Sul, no âmbito do Contrato de cedência de exploração de produção.
- ii) Os gastos dos departamentos da Electra SA relacionados com as atividades de planeamento e gestão de infra-estruturas, do comprador único e da regulação económica, os quais incluem:
 - Gastos de funcionamento dos departamentos;
 - Gastos com pessoal de departamentos;
 - Quota-parte dos custos de serviços partilhados que lhe sejam atribuídos.
- iii) Custos e rentabilidade de ativos de produção, os quais incluem:
 - Amortização e depreciação;
 - Rentabilidade do valor líquido dos ativos afetos, fixada em 1,5%.

Pela venda por atacado, a Sociedade fatura às subsidiárias o equivalente a 17,58 e 134,45 (2016: 17,23 e 168,67) escudos por cada KWh de energia e tonelada de eletricidade e água vendida, respetivamente. As quantidades faturadas foram de 393 831 175 KWh (2016: 395 222 994 KWh) de eletricidade e 8 209 700 toneladas (2016: 6 925 704 toneladas) de água.

A diminuição das quantidades faturadas de eletricidade (em KWh) deve-se ao facto de em 2017 terem sido excluídas as quantidades de energia utilizada na

dessalinização de água e que se encontram incorporadas na definição do preço atacado de água.

Pelo uso de rede de distribuição, a Sociedade fatura às subsidiárias o equivalente a 1,42, 33,03 e 130,44 (2016: 1,78, 49,40 e 77,89) escudos por cada KWh de energia, tonelada de água vendida e m3 de caudal de água tratada, respetivamente. As quantidades faturadas foram de 292 816 470 KWh (2016: 240 668 705 KWh) de eletricidade, 5 332 245 toneladas de água (2016: 3 768 371 toneladas) e 516 701 m3 (2016: 784 401 m3) de caudal de água tratada.

Cedência de materiais

Representam o custo de materiais diversos de consumo vendidos, ao preço de custo, às duas subsidiárias. A partir do exercício de 2017, a sociedade deixou de faturar as suas subsidiárias os valores relativos aos materiais de manutenção de equipamentos, pelo facto dos mesmos estarem incorporados na definição do preço de atacado de eletricidade e água, o que justifica a diminuição ocorrida no exercício.

Serviços partilhados

Relacionam-se com valores faturados às duas subsidiárias no âmbito do contrato de prestação de serviços partilhados, em que a Sociedade presta serviços nas áreas de suporte aos negócios e em áreas complementares da gestão.

Os gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas em 2017 e 2016 foram os seguintes:

	mESC	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo de produção	5 478 768	5 220 685
Compra de energia	1 074 511	1 052 689
Consumo de materiais diversos	447 345	339 822
Compra de água	<u>4 003</u>	<u>16 824</u>
	<u>7 004 627</u>	<u>6 630 020</u>
Variação do consumo	5,65%	-8,62%
Aumento da produção de electricidade	7,50%	4,80%
Aumento da produção de água	18,50%	11,00%
Consumo de materiais diversos	31,64%	-23,43%

O Custo de produção corresponde aos gastos de produção de eletricidade e água faturados pelas subsidiárias, Electra Sul e Electra Norte, de acordo com os termos do Contrato de cedência de exploração de produção, incluindo:

- Custos de compra de combustível
- Custos de manutenção;
- Gastos de funcionamento dos departamentos de produção;
- Gastos com pessoal de departamentos de produção;
- Quota-parte de custos de serviços partilhados que lhes sejam atribuídos.

NOTA 20 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

		mESC	
		2017	2016
Trabalhos especializados	(i)	229 929	271 906
Conservação e reparação	(ii)	35 940	56 253
Comunicação		20 298	29 918
Seguros	(iii)	22 526	21 364
Serviços bancários	(iv)	5 082	2 821
Comissões a intermediários	(v)	3 167	3 260
Vigilância e protecção		7 179	6 338
Rendas e alugures		3 994	3 280
Combustível		2 489	2 331
Material Escritório		1 883	2 351
Outros		24 191	23 140
		<u>356 677</u>	<u>422 963</u>

(i) Trabalhos especializados

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, (i) mESC 162 237 (2016: mESC 238 185) referentes a serviço assistência técnica contratualizado com a Wartisilla, (ii) mESC 34 859 referentes a serviço assistência técnica contratualizado com a Winpower, para as ilhas de Santo Antão, São Nicolau e Fogo, (iii) mESC 14 098 (2016: mESC 14 730) referentes ao serviço de manutenção do sistema comercial Elag, (iv) mESC 3 912 (2016: mESC 4 157) relativos à assistência técnica prestada pela Primavera ao sistema ERP, (v) mESC 3 308 relativos à assistência técnica prestada pela Top Grid ao sistema SGA (cadastro de activos) e (vi) mESC 2 605 (2016: mESC 2 129) de serviços de Auditoria.

(ii) Conservação e reparação

Relacionam-se com gastos de manutenção e conservação dos equipamentos afetos à produção de eletricidade e água.

(iii) Seguros

Esta rubrica regista os custos relacionados com os serviços de seguros de incêndio das centrais e seguro obrigatório de viaturas.

(iv) Serviços bancários

Compreendem, essencialmente, comissões de serviços prestados pelas instituições financeiras.

(v) Comissões a intermediários

Esta rubrica regista os custos relacionados com os serviços de cobrança prestados pela Electra Norte e Electra Sul, no âmbito do contrato de prestação serviço de cobrança de dívidas.

NOTAS 21- GASTOS COM O PESSOAL

As despesas com o pessoal apresentam a seguinte composição:

	mESC	
	2017	2016
Ordenados e salários	109 128	107 159
Encargos sobre remunerações	25 752	23 519
Subsídio de natal	8 764	9 000
Subsídio de férias	11 297	10 603
Isenções de horário	13 681	12 916
Subsídio de coordenação	12 345	12 152
Remuneração dos órgãos sociais	10 128	13 308
Outros gastos com pessoal	12 121	13 140
	<u>203 216</u>	<u>201 797</u>
Nº Médio de Funcionários	115	110
Nº de Funcionários no final do ano	115	111
Nº de Efectivos	91	91
Nº de Contratados a prazo	24	20

NOTAS 22 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica é composta pelos seguintes itens:

	mESC	
	2017	2016
Compensação de depreciações de ativos tangíveis subsidiados (ver Notas 1.1, 3 e 18)	18 541	20 974
Dividendos	12 405	17 781
Alienações	11 370	-
Compensação de depreciações de ativos tangíveis recebidos dos Municípios (ver Nota 18)	3 543	4 629
Reafaturações - período anterior a 30 de Junho de 2013	1 458	28 375
Comissão sobre cobrança de taxas de rádio e televisão	396	529
Efeito do desconto da dívida ao INPS (ver Nota 17)	-	17 928
Outros ganhos	16 901	8 648
	<u>64 614</u>	<u>98 865</u>

NOTAS 23 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica é composta pelos seguintes itens:

	mESC	
	2017	2016
Regularizações da conta projetos	44 171	-
Taxa de regulação (ver Nota 15)	40 000	40 000
Refaturações - período anterior a 30 de Junho de 2013	5 981	19 918
Impostos directos e indirectos	4 504	7 563
Outras perdas	11 410	7 993
	<u>106 066</u>	<u>75 475</u>

As regularizações da conta de projetos compreendem alguns projetos em curso de exercícios anteriores, que se encontravam registados nas rubricas de Ativo fixo tangível (mESC 26 744) e Intangível (mESC 17 427), que foram descontinuados durante o exercício de 2017 (ver Notas 3 e 4).

A Taxa de regulação faturada anualmente pela Entidade Reguladora ascende a mESC 40 000 (ver Nota 15).

NOTA 24 – GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES

O saldo de mESC 1 258 375 (2016: mESC 1 304 554 compreende mESC 1 169 225 (2016: mESC 1 218 207) de depreciação do exercício de ativos fixos tangíveis (ver Nota 3) e mESC 89 150 (2016: mESC 86 347) de amortizações de ativos intangíveis (ver Nota 4).

NOTA 25 – JUROS E GANHOS SIMILARES OBTIDOS

O valor registado representa juros de mora debitados a clientes devido a atrasos na liquidação das faturas.

NOTA 26 – JUROS E PERDAS SIMILARES SUPORTADOS

O saldo desta rubrica compreende os juros referentes aos empréstimos (ver Nota 14) e outras perdas, como seguem:

	<u>mESC</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos obrigacionistas	214 466	230 562
Empréstimo do Estado	67 691	98 674
Banco Angolano de Investimentos	35 139	41 068
Banco Comercial do Atlântico		
- Linhas de crédito e conta caucionada	-	623
Ecobank	-	578
Banco Caboverdiano de Negócios	-	93
Bolsa de Valores		
- Custódia de obrigações	2 792	2 767
- Despesas emissão de obrigações	1 273	2 297
- Comissão relativa á operação de venda de obrigações	1 500	1 500
Outros juros	<u>582</u>	<u>1 493</u>
	<u>323 443</u>	<u>379 655</u>

NOTA 27 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Conforme referido na Nota 1.8, com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Apesar de apresentar resultados positivos em 2015 e 2014 nos montantes de mESC 818 541 e de mESC 225 856 respetivamente, a Sociedade não registou qualquer valor em Imposto Sobre o Rendimento (IUR), por ter reportado prejuízos apurados em anos anteriores.

Os resultados negativos apurados em 2016 (mESC 171 657) e em 2017 (mESC 847 673) geram impostos diferidos ativos no valor total mESC 259 929, os quais não foram registados devido à imprevisibilidade da sua recuperação.

Não foram considerados quaisquer ajustamentos à matéria coletável por não serem significativos.

NOTA 28 – RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número de ações como segue:

	<u>mESC</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	(847 673)	(171 657)
Número de acções	<u>1 585</u>	<u>1 585</u>
Resultado por acção básico (ESC)	<u>(535)</u>	<u>(108)</u>

NOTA 29 - GARANTIAS

À presente data, as garantias prestadas pela Sociedade relacionam-se essencialmente com financiamentos obtidos, conforme se descreve na Nota 14.

Adicionalmente, nos termos da cláusula 18ª do contrato de concessão, a Sociedade deverá entregar ao Estado de Cabo Verde uma garantia bancária correspondente a 2,5% das receitas de exploração do ano anterior ao da assinatura do contrato, o que até esta data ainda não aconteceu.

NOTA 30 - PARTES RELACIONADAS

- (i) Excetuando os Municípios e o próprio Estado de Cabo Verde na qualidade de clientes, os principais saldos e transações ocorridas entre a Sociedade, o Estado de Cabo Verde, a Electra Norte, a Electra Sul e a Cabeólica, sumarizam-se como segue (em mESC):

	Balançaço					Transações		
	Clientes (ver Nota 7)	Contas a Receber (ver Nota 9)	Contas a Pagar (ver Nota 17)	Fornecedores (ver Nota 15)	Empréstimos (ver Nota 14)	Vendas e prestação de serviços		
						Juros (ver Nota 26)	Compras	
2017								
Estado	-	167 / 16	281 1/3	-	12 338 938	-	67 691	-
Cabeolica	-	-	-	193 951	-	-	-	1 376 128
Electra Norte	-	-	589 / 56	-	-	3 441 065	-	2 090 516
Electra Sul	6 549 935	-	-	-	-	5 553 055	-	3 388 252
2016								
Estado	-	59 965	281 1/3	-	9 378 389	-	98 674	-
Cabeolica	-	-	-	155 441	-	-	-	1 329 855
Electra Norte	-	-	305 570	-	-	3 629 870	-	2 017 325
Electra Sul	4 970 646	-	-	-	-	5 655 035	-	3 203 360

- (ii) Não existem transações com os Administradores.
- (iii) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Despesas com o pessoal ascendem a mESC 10 128 (2016: mESC 11 097) e as do Conselho Fiscal a mESC 400 (2016: mESC 1 388).

NOTA 31 - EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Em janeiro de 2014, a Sociedade foi condenada, no âmbito do processo de execução fiscal municipal, pelo Tribunal Judicial da Comarca da Praia a pagar ao Município da Praia o montante de mESC 704 311 pela ocupação do solo e subsolo do domínio público municipal e do espaço aéreo do território municipal.

No prazo legal, a Sociedade impugnou o referido processo de execução fiscal junto do Supremo Tribunal de Justiça, pugnando pela inexistência da obrigação de pagamento da quantia exequenda.

Presentemente o processo encontra-se em fase de julgamento, não sendo previsível uma data para o seu desfecho, dado tratar-se de um processo de litigância complexa e inédita nos tribunais em Cabo Verde. Há ainda a possibilidade de recurso ao Tribunal Constitucional. É entendimento da Administração que não é provável que a Sociedade venha a assumir este encargo, até pelo facto do custo de ocupação de espaços municipais nunca ter sido elegível para o cálculo da

tarifa pela entidade reguladora. Assim, caso venha a ser condenada a Sociedade entende que será compensada pela via da tarifa ou por outra via.

Por identidade de razão, outros municípios reclamam da Sociedade compensação pelo uso dos seus espaços, não havendo, entretanto, quaisquer decisões judiciais.

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer outro acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

NOTA 32 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO

	mESC	
	2017	2016
Acréscimo de gastos		
Especialização de juros (ver Nota 17 (iii))	299 260	242 402
Especialização de Manutenção	13 024	15 087
Especialização de compra de energia de Dezembro	731	648
Acréscimos de gastos diversos	23 021	23 525
	<u>336 036</u>	<u>281 662</u>
Acréscimo de rendimentos		
Acréscimos de rendimentos diversos	2 722	1 879
	<u>2 722</u>	<u>1 879</u>
Diferimentos de gastos		
Seguro	14 723	13 536
Outros	810	809
	<u>15 533</u>	<u>14 345</u>
Diferimentos de rendimentos		
Activos tangíveis recebidos dos Municípios (ver Nota 18)	51 873	55 416
Subsídios de investimento recebidos do Estado (ver Nota 18)	75 002	93 542
Diferimentos de rendimentos diversos	801	801
	<u>127 676</u>	<u>149 760</u>

NOTA 33 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

Resultante do contrato de concessão a Electra comprometeu-se a efetuar um determinado conjunto de investimentos, não se conseguindo neste momento determinar o montante ainda não realizado.

NOTA 34 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.



RELATÓRIO E PARECER DE AUDITORIA

Exercício de 2017



Relatório do Auditor Independente

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SA (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas a) a d) apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SA em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reservas

- a) Não nos foi possível aferir sobre a razoabilidade da reversão de mESC 156 349 registada no exercício de 2017 (2016: mESC 230 675) e do saldo resultante de mESC 2 288 183 à data do balanço (2016: mESC 2 444 532) de perdas por imparidade em saldos a receber de clientes do setor privado, conforme Nota 7 integrante do anexo às demonstrações financeiras. Acresce ainda o facto de as dívidas de entidades públicas e autarquias em 31 de dezembro de 2017 no valor de mESC 316 234 (2016: mESC 364 100) não terem sido objeto de análise de imparidade, pese embora apresentarem antiguidade mínima de 54 meses. Não existindo acordos de regularização para este montante, consideramos que não se encontram reunidas todas as condições que nos permitem concluir sobre o grau de recuperação destas dívidas nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento.
- b) Conforme se refere na Nota 17 integrante do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa transferiu para as suas subsidiárias a totalidade das cauções prestadas pelos clientes no ato de assinatura dos contratos de fornecimento de eletricidade e água, quando uma parcela não quantificada, deveria ser regularizada por contrapartida de valores a receber de clientes em situação de incumprimento. Nas circunstâncias, não estamos em condições de determinar o efeito que a obtenção de informação adicional teria nas demonstrações financeiras anexas.
- c) A Sociedade não dispõe de um modelo de apuramento dos desvios tarifários e de recuperação dos mesmos, pelo que não estamos em condições de avaliar os efeitos nas demonstrações financeiras anexas associados a esta situação.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv

Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o n° 893, NIF 200119036

- d) A Sociedade detém 100% do capital da Electra Sul, Sociedade Unipessoal, S.A. e da Electra Norte, Sociedade Unipessoal, S.A., respondendo, por isso, pelas suas obrigações para com terceiros. Relativamente à Electra Sul, não nos foi possível (a) aferir sobre a razoabilidade do aumento de mESC 326 666 registada no exercício de 2017 e do saldo resultante de mESC 1 727 797 à data do balanço de perdas por imparidade em saldos a receber de clientes do setor privado e (b) avaliar o potencial efeito que a análise e conciliação da diferença não justificada de mESC 114 920 entre o saldo da rubrica de Clientes e o saldo da aplicação comercial que lhe serve de suporte provocaria nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, ambas as subsidiárias apresentam dívidas de entidades públicas e autarquias no montante total de cerca de mESC 1 276 000 (2016: cerca de mESC 908 000), com antiguidade elevada e sem qualquer ajustamento por imparidade. Não existindo acordos de regularização para essas dívidas, consideramos que não se encontram reunidas as condições que nos permitem concluir sobre o grau de recuperação das mesmas, nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas segundo o princípio de continuidade normal das atividades da Sociedade no futuro próximo. Contudo, a sua situação económico-financeira naquela data apresentava os seguintes indicadores relevantes:

- (i) O capital próprio em 31 de dezembro de 2017 apresenta-se negativo em mESC 3 424 466 (ver Nota 12 integrante do anexo às demonstrações financeiras). De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, é intenção do Conselho de Administração propor na próxima Assembleia Geral a resolução desta situação. No caso de não ser tomada qualquer deliberação pode o acionista ou qualquer credor requerer ao tribunal a dissolução da Sociedade, enquanto aquela situação se mantiver.
- (ii) O ativo realizável a curto prazo, no montante de cerca de mESC 1 440 000, excluindo o saldo líquido a receber da Electra Sul, Sociedade Unipessoal, SA, é insuficiente para fazer face às responsabilidades de curto prazo de cerca de mESC 4 260 000 (ver Nota 1.12 (iv) integrante do anexo às demonstrações financeiras). Adicionalmente, os encargos financeiros anuais com os financiamentos ascendem a aproximadamente mESC 320 000 (ver Nota 26 integrante do anexo às demonstrações financeiras).

Neste contexto, a capacidade da Empresa solver os seus compromissos e a evolução futura das suas atividades estão dependentes da manutenção do apoio financeiro do seu acionista, o Estado de Cabo Verde.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além das matérias descritas na secção “Bases para a Opinião com Reservas” e na secção “Incerteza material relacionada com a continuidade”, consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<i>Ativos afetos à concessão</i>	
<p>Divulgações relacionadas com os ativos afetos à concessão apresentadas nas Notas 1.1 (ii) e 4 integrantes do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>As atividades de distribuição de energia elétrica e água são exercidas no âmbito de um contrato de concessão celebrado com o Estado de Cabo Verde. Atendendo às características da concessão, o tratamento contabilístico dos bens afetos à concessão segue a IFRIC 12 do International Financial Reporting Interpretations Committee que, entre outros aspetos, estabelece que as obrigações contratuais de manter ou restabelecer as condições das infra-estruturas devem ser reconhecidas e mensuradas de acordo com a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Para tal a Electra elabora planos de investimento de substituição dos bens da concessão de forma a avaliar o registo das respetivas provisões.</p>	<p>A abordagem de auditoria para este tema incluiu, entre outros, a verificação da correta aplicação da IFRIC 12 aos ativos afetos à concessão, em especial a razoabilidade do critério de amortização adotado, a atualização do plano de substituição dos ativos de concessão e a eventual aplicabilidade de uma margem sobre os investimentos de expansão realizados pela Empresa.</p> <p>Verificamos ainda a adequidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras</p>

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Pela relevância e complexidade que a aplicação do IFRIC 12 apresenta e ainda o nível de julgamento em relação aos investimentos de substituição, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Recuperabilidade dos investimentos em subsidiárias e partes relacionadas

Divulgações relacionadas com os investimentos financeiros em subsidiárias e saldos e transações com as mesmas e outras partes relacionadas apresentadas nas Notas 1.4, 5 e 30 integrantes do anexo às demonstrações financeiras.

A Electra detém participações financeiras no montante de mESC 962 689, registadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo analisadas a cada data de relato por forma a identificar indícios de imparidade.

Na qualidade de entidade dominante, ao deter 100% do capital da Electra Sul, Sociedade Unipessoal, S.A. e da Electra Norte, Sociedade Unipessoal, S.A., responde, por isso, pelas suas obrigações para com terceiros, sendo registada uma provisão sempre que tal se mostre necessário.

A Electra transmitiu para as duas subsidiárias o estabelecimento de exploração de transporte e distribuição de energia elétrica e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização, através de Contratos de Subconcessão. Complementarmente, as partes celebraram Contratos de Cedência do Estabelecimento de Exploração de Produção, nos termos dos quais é transferida para as duas filiais o estabelecimento de exploração de produção de energia elétrica e água dessalinizada e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização. Fruto destes contratos estabelecem-se diversas transações entre as empresas.

A abordagem de auditoria para este tema incluiu, entre outros, a compreensão e avaliação dos procedimentos de controlo associados aos investimentos financeiros e transações com as subsidiárias, análise de imparidade dos investimentos financeiros e dos saldos a receber das subsidiárias, análise do reconhecimento pela Electra das responsabilidades das suas subsidiárias para com terceiros, bem como a razoabilidade dos saldos e transações com as subsidiárias, enquadrados nos contratos celebrados.

Foi ainda verificada a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Matérias relevantes de auditoria***Síntese da abordagem de auditoria***

Pela sua relevância, complexidade e nível de julgamento este tema constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

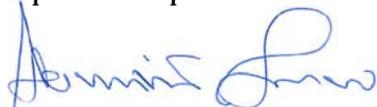
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

14 de junho de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos. Em particular, (i) informamos que o Relatório de governo societário cumpre, no essencial, com o disposto no Regulamento da Auditoria Geral de Mercados de Valores Mobiliários e (ii) alertamos para o facto da Empresa apresentar capital próprio negativo, pelo que recomendamos que sejam tomadas medidas para a resolução dessas situações.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos o respetivo Relatório do Auditor Independente, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados no Relatório do Auditor Independente, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados no Relatório do Auditor Independente;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Direito, Avenida Cidade de Lisboa, Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o nº 893, NIF 200119036*

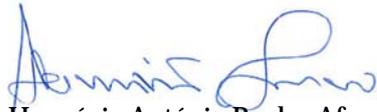
Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

14 de junho de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso